

Liliana Isabel Marques Serrano

Lucernas, Candis e Candeias.

Para uma Distribuição Geográfica no
Território Português



Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra

2011

Liliana Isabel Marques Serrano

Lucernas, Candis e Candeias.

Para uma Distribuição Geográfica no
Território Português

Dissertação de 2º Ciclo

Mestrado em Arqueologia e Território

Especialização em Arqueologia Medieval

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra

2011

Resumo

A abordagem proposta incide na análise de utensílios de iluminação, visando deprender a sua evolução crono-morfológica, do período paleocristão (séculos IV e V) à Reconquista (séc. XIII) e a sua distribuição geográfica no actual território português. A metodologia adoptada fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, considerando-se publicações científicas, onde há referência à exumação de lucernas, candis ou candeias, e sempre que tais luminárias, inseridas em colecções de museus, foram alvo de estudo.

Dos resultados obtidos pode inferir-se uma relação de continuidade entre as distintas formas, verificando-se afinidades e ausência de rupturas entre produções.

Na análise da distribuição geográfica identificaram-se lucernas tardias em 37 sítios, localizados sobretudo no litoral e em regiões meridionais. A maioria resulta de produções locais ou regionais, registando-se, de igual modo lucernas de origem norte africana.

Relativamente aos candis, há uma clara predominância de exemplares conhecidos, posteriores ao período emiral. A sua dispersão revela maior incidência no Sul do país, em particular no Alentejo e Algarve. Nos 31 sítios onde se registaram, verifica-se a relação com importantes eixos viários ou fluviais, frequentemente associados aos principais assentamentos. Raros exemplares provêm de regiões a norte do Tejo, denotando-se, à semelhança das lucernas, demarcada ausência no interior.

A partir da segunda metade do séc. XII e até às primeiras quatro décadas do séc. XIII, são as candeias simples ou com pé alto, que, tendo já substituído os candis, perpetuam a sua forma. Identificadas em 16 sítios, surgem sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo e no sul do país. Os exemplares de pé alto são menos comuns, concentrando-se sobretudo no Baixo Alentejo e Algarve, em estrita relação com vias de comunicação.

Concluí-se que a persistência de algumas formas se traduz numa continuidade em relação às produções precedentes. De igual modo, a dispersão geográfica dos vários objectos de iluminação corrobora tal inferência, verificando-se padrões e frequências coincidentes, além da clara relação com eixos viários, que se inscrevem na longa diacronia.

Palavras-chave

Iluminação; Tardo-Romano; Período Islâmico; Publicações; Portugal

Abstract

We focused our approach on the extensive analysis of illumination devices, studying both their chronologic and morphologic nature, since the Early Christianity until the Christian “Reconquista”, as well as their geographic spreading in the current Portuguese territory. Developing an intense bibliographic research, there were considered papers referring the exhumation of *lucernae*, “candis” and “candeias”, along with museum collections with these kinds of lamps.

The results support the idea of a morphological continuity among different luminaria.

Considering their geographical distribution, there were identified 37 sites with late *lucernae*, concentrated in the south and near the coastline. Even though the majority comes from local and regional productions, others are known of African origin.

The analysis of the dissemination of “candis” shows a clear dominance of those posterior to the emirate, located mostly in Algarve and Alentejo, related to the major settlements, rivers and roads. There are scarce known artifacts to the north of Tagus, especially in the countryside.

From the late 12th century to the 40’s of the 13th, “candeias” and “candeias de pé alto” emerge, replacing the “candil” form. From Lisbon and the Tagus Valley to Alentejo and Algarve, there are 16 known places. In fewer number than the simple form, “candeias de pé alto” are related mostly to Baixo Alentejo and Algarve, strictly associated to the main communication routes.

There is a clear connection between distinct forms of lighting from different periods. This idea is corroborated in the analysis of the geographic distribution, which shows similar patterns, as well as an obvious connection with the main communication axes, reflecting their diachronic life.

Keywords

Lighting; Late-Roman; Muslim Period; Publications; Portugal

Agradecimentos

O caminho percorrido, manifestamente solitário e, muitas vezes, sinuoso, teve como reverso, a aprendizagem, que seria inviabilizada, caso não contasse com o apoio incondicional e desinteressado dos meus amigos. A todos devo mais que um mero agradecimento, redigido em tão escassas linhas. Representa, assim, um desafio prestar um modesto e comovido reconhecimento, a todos os que nunca deixaram de estar presentes, com uma palavra de conforto, um livro emprestado, com uma informação preciosa, com um tecto para oferecer, com inesgotável paciência e, sempre, com boa vontade, diluíram as dificuldades, deixando o seu indelével contributo.

A persistência das dúvidas e os frequentes períodos de desânimo foram colmatados pelo apoio e orientação incondicionais da Doutora Helena Catarino.

Devo, igualmente, um agradecimento aos familiares que, embora nem sempre tenham partilhado dos meus interesses e motivações, nunca me negaram auxílio. À minha mãe, que nunca me deixou desamparada, tal como à minha avó, sinto-me particularmente grata, sobretudo, por me terem ensinado a nunca desistir. À minha irmã e às minhas sobrinhas, agradeço a compreensão pelos prolongados períodos de ausência e o constante incentivo. Ao Lopes, estou grata pelas centenas de *kms* que fez, levando-me onde precisei, quando não tinha como o fazer por conta própria.

Pelo Instituto de Arqueologia, no decurso das pesquisas, contei com o auxílio da D. Gina e da D. Alice, que em muito contribuíram para que, atempadamente, tivesse acesso à bibliografia necessária, deixo-lhes o meu reconhecimento.

Ao Dr. José Luís Madeira agradeço a cedência de um mapa base, que tornou mais apelativa a informação, que posteriormente introduzi.

Estou, igualmente, grata à equipa da Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola, cuja gentileza e profissionalismo se traduziram numa pesquisa profícua.

À Doutora Susana Gómez Martínez agradeço a simpatia e a cedência de bibliografia essencial ao desenvolvimento do trabalho.

Por último, menciono os amigos desta longa jornada académica, que, pela sua dedicação, me têm tornado, indubitavelmente, mais rica: à Anita, à Elisabete, ao Emanuel, à Patrícia, ao Tó Zé, ao Fábio, ao Nuno e, sobretudo à Mafalda, que tanto me tem ensinado, agradeço tudo o que fizeram por mim, na expectativa de poder retribuir um dia.

Índice

Resumo / Palavras-chave	iii
<i>Abstract / Keywords</i>	iv
Agradecimentos.....	v
1. Introdução	1
2. Objectivos e Metodologia	3
3. Sinopse Bibliográfica	6
4. Os objectos de iluminação em estudo	43
4.1. Partes constituintes, tipos de fabrico e decorações	47
4.1.1. Lucernas	47
4.1.2. Candis.....	56
4.1.3. Candeias	61
5. Análise e interpretação	65
5.1. Evolução crono-morfológica.....	65
5.2. A distribuição geográfica no território português	79
6. Síntese e conclusões.....	85
Bibliografia	88
Anexo I - Exemplo de fichas modelo.....	114
Anexo II - Quadro de tipos, equivalências e cronologias de lucernas	118
Anexo III - Mapas de distribuição geográfica.....	120
Anexo IV - Fichas de material	126

1. Introdução

Perante a diversidade de materiais passíveis de exumar em contextos arqueológicos, a cerâmica detém, indubitavelmente, um papel de extrema relevância, possibilitando a sua análise obter inúmeras informações. Transversal a distintas culturas, perene ao longo dos tempos, é relativamente comum comparativamente a outros materiais. À abundância de matéria-prima aliava-se a simplicidade dos processos de fabrico tornando acessíveis tais utensílios, viabilizando, por conseguinte, a sua frequente substituição. Não obstante, a resistência que lhe foi conferida determinou a sua preservação e permitiu definir tipologias a partir da sua evolução morfológica, depreendendo daí cronologias relativas, inferindo centros produtores, circulação de produtos entre distintas regiões, etc.

No amplo conjunto destes materiais, optámos por evidenciar os utensílios de iluminação, dirigindo às lucernas, candis e candeias algumas considerações, cuja pertinência se encontra intrinsecamente associada à sua inquestionável relevância. Luminárias de uso doméstico comum, identificadas nos mais variados contextos: habitações, locais de culto, trabalho em minas, necrópoles e outros, como atestam inúmeras publicações que se dedicam à sua análise. A informação escrita que menciona tais achados deve ser entendida como o reflexo do reconhecimento do seu interesse histórico-arqueológico, contribuindo a sua análise para o conhecimento do modo de vida das populações pretéritas.

A morfologia das distintas luminárias consubstancia, em última instância, o modo como cada população exercia o seu controlo sobre a luz, definindo a sua intensidade, transportando-a aos lugares onde reinava a escuridão. Nas palavras de José António Ferreira de Almeida “O homem quebrou as limitações das trevas: ao dilatar as fronteiras do dia aumentou o período útil da sua existência, multiplicou as possibilidades de acção e de defesa. Foi singular a fortuna desta vitória sobre a noite, quer na vida doméstica quer na vida colectiva; nenhum povo que viesse a conhecê-la, alguma vez a perdeu, fosse qual fosse a fortuna do fluxo e refluxo cultural; ela tornou-se indispensável a todos os géneros de vida, para todos os trabalhos, sob todos os climas e em quaisquer regiões do globo” (Almeida, 1953, p. 13).

Tal perspectiva influenciou a selecção desta temática e, perante a impossibilidade de elaborar uma análise mais abrangente, dilatando-a no tempo e no espaço, definimos como área de estudo os actuais limites do território português, durante os séculos VI e V

até aos séculos XII e XIII. Período de conturbações sociais e local onde, no decorrer dos séculos, uma vasta plêiade de povos, com maior ou menor sucesso, perpetuou o seu legado (também) na cultura material.

A estreia nesta temática levou-nos a experienciar diversas propostas de organização deste estudo. A fim de tornar lógica a sequência de ideias, optámos pela sua planificação em cinco capítulos, seguidas por um anexo, onde serão incluídos os mapas de distribuição geográfica e as respectivas descrições e ilustrações para os diferentes utensílios neles mencionadas.

Nos dois primeiros capítulos inclui-se a “Introdução” e a exposição dos “Objectivos e Metodologia”. Fundamentando-se a análise proposta, na pesquisa bibliográfica, o capítulo 3 será inteiramente dedicado à história da investigação. A sinopse bibliográfica dirigida a cada uma das formas seguirá a ordem cronológica das publicações desde finais do séc. XIX ao início do séc. XXI.

Segue-se o capítulo 4, que terá início com uma análise aos utensílios de iluminação e às potencialidades intrínsecas ao seu estudo. Posteriormente, individualizando as lucernas, os candis e as candeias, será feita uma abordagem às partes constituintes, aos tipos de fabrico e decorações exibidas, a que se segue a “Análise e interpretação” dos dados recolhidos (capítulo 5).

No subcapítulo 5.1 serão abordadas as características morfo-tipológicas dos utensílios de iluminação, propondo-se a um “quadro evolutivo” e a respectiva interpretação. Será, depois, efectuada a análise da distribuição geográfica de cada uma das luminárias, no actual território português (5.2). A informação será disposta em cinco mapas, três dos quais com os grupos individualizados (lucernas, candis e candeias), o quarto a evidenciar candis e candeias de metal e o último com a distribuição de conjunto.

É a partir da análise crítica destes mapas de distribuição que podemos inferir possíveis continuidades e rupturas. Esta opção permitirá assim, verificar se existe associação possível entre a frequência destes utensílios e as vias de comunicação que, por sua vez, se inscrevem na longa diacronia.

Por fim, no capítulo 6 terá lugar a sistematização das ideias e dos resultados obtidos. Dar-se-á como concluído este desafio, quando se expuserem as principais dificuldades encontradas aquando da sua realização.

2. Objectivos e Metodologia

Propomos uma abordagem plural que vise, através da consulta bibliográfica, apreender o máximo de informações acerca das lucernas, candis e candeias identificados no actual território português. Um dos principais objectivos reside em interpretar a evolução crono-morfológica destes utensílios e a sua dispersão espacio-temporal, entre o séc. IV até meados do séc. XIII¹. Definir tais limites não será de todo a “fórmula” indicada para apreender o objecto de estudo na sua essência, como produto de um espaço e de um tempo, como utensílio do quotidiano presente igualmente no culto dos mortos. Porém, contribuirá para o seu entendimento, enquanto reflexo da sociedade, no período que caracteriza o final do Império Romano, os alvares do Cristianismo e, posteriormente, no período islâmico. As lucernas, os candis e as candeias espelham características típicas do seu tempo, exibindo tendências artísticas na sua decoração, símbolos religiosos, etc. Este processo contínuo de alterações morfológicas tornará passível a sua inclusão num período em detrimento de outro. Neste sentido, optámos por recuar até às lucernas paleocristãs, evidenciando, por um lado, o culminar da evolução das lucernas de disco. Permitindo, por outro, que seja passível de verificar se, nos exemplares mais tardios, são denotadas características que os aproximem da morfologia dos primeiros candis de período emiral.

A nível espacial, o objectivo proposto focar-se-á no actual território português. Não obstante, sempre que seja considerado pertinente poderemos remeter ou associar como eventuais paralelos, utensílios congéneres, identificados em sítios arqueológicos, ou patentes em colecções estrangeiras.

Poderíamos, efectivamente, ter feito outras opções restringindo ou dilatando os seus limites. Porém, tendo em conta “o estado da arte”, as evidentes lacunas nas publicações nacionais, considerámos que seria pertinente incidir a nossa análise no território português.

Perante o exposto, consideramos que, estabelecendo tais balizas, surgem novas possibilidades que se prendem sobretudo com o “refinar” da pesquisa e, por conseguinte, os resultados obtidos.

A metodologia adoptada para o efeito terá como base a pesquisa bibliográfica e o consequente tratamento e sistematização da informação recolhida. A consulta efectuada

¹ Ainda que, no decurso do texto sejam referidas sumariamente luminárias que se inserem em realidades cronológicas distintas do supracitado horizonte temporal.

incidirá sobretudo em publicações nacionais², artigos, livros e monografias, sem no entanto negligenciar “notícias” ou sumárias referências ao achado destas luminárias. De igual modo, a selecção efectuada, que se preconiza criteriosa, privilegiará bibliografia mais recente, visando a necessária actualização de dados. Fontes mais antigas serão igualmente contempladas e referidas sempre que se considere pertinente. A necessária sinopse bibliográfica visa, por um lado, evidenciar a importância da identificação destes achados e, por outro, salientar os diferentes tipos de publicações que a eles fazem menção. Após a sua análise estaremos aptos a definir e a clarificar os termos utilizados no decurso do texto, com o propósito de suprimir eventuais dúvidas, que possam ser despoletadas pela adopção de distintas terminologias das utilizadas por outros autores³.

Seguindo análogo raciocínio, afigura-se pertinente esclarecer os termos e as respectivas definições por nós utilizadas. Optámos por atribuir a designação “*lucerna*” exclusivamente à luminária romana. Termo que terá derivado do grego “*lychnos*” e que terá dado origem à palavra latina “*lychnus*”, remetendo para um instrumento que através da combustão da mecha embebida em combustível líquido, o azeite por exemplo, produzia luz (Maia e Maia, 1997, p. 24). Em oposição a outros utensílios designados por *fax e candela*, luminárias que usavam de combustível sólido (Almeida, 1953, p. 46). Relativamente à definição de “*candil*” e “*candeia*”, serão distinguidos com base na sua morfologia. Designamos por “*candil*”⁴, o utensílio de iluminação mais comum em período islâmico e que apresenta forma fechada. O termo “*candeia*”⁵ restringir-se-á aos contentores de fogo cuja morfologia lhes conferiu forma aberta. Quando tais luminárias patenteiam um pé alto, serão designadas “*candeias de pé alto*”, a fim de acentuar este aspecto morfológico, ausente nos demais exemplares. Preterimos assim, tanto para os *candis* como para as *candeias* termos como “*lamparina*” e “*lucerna*”, “*lâmpada*”, etc.

² Visando a procura de paralelos e como forma de apreender o máximo de informações, acerca de cada tipo de luminária, poderemos igualmente remeter para estudos efectuados por autores, que se dediquem à análise destes utensílios em realidades espaciais díspares.

³ Vários autores se têm dedicado a esta temática, na perspectiva de sistematizar os termos utilizados nas diversas publicações. Segundo Cláudio Torres “a uniformidade dos termos utilizados afigura-se essencial na medida em que permitirá com maior facilidade o cruzamento de dados e o colmatar de ambiguidades (Torres, *et alii*, 2003, p. 125). Recentemente numa publicação referente à cerâmica islâmica do *Gharb al-Ándalus*, um grupo de investigadores explana terminologias, de forma clara e concisa, recorrendo inclusivamente à representação gráfica (Bugalhão, *et alii*, 2009, pp. 455; 476).

⁴ Vocábulo de origem árabe “*Qandil*” (Rosselló Bordoy, 1991, p. 174).

⁵ Não obstante, em castelhano o termo “*candeia*” não se verifica, mantendo-se as designações “*candil de cazoleta abierta*” e “*candil de pie alto*”. Tipologias V e I de Rosselló Bordoy (1978, pp. 50 e 51), respectivamente.

Realizada a necessária *sinopse bibliográfica*, lucernas, candis e candeias serão minuciosamente descritos tendo em conta critérios que se prendem com a sua morfologia, tipo de fabrico e decoração. Os dados obtidos constituirão uma ferramenta útil, no sentido de definir a evolução crono-morfológica de cada luminária. Tal desafio implicará a necessária análise crítica às publicações, visando que a ausência de critérios uniformes, que comumente transparece nos textos, desenhos e fotografias apresentados, não represente um obstáculo.

A análise da dispersão espacial destes objectos de iluminação fundamentar-se-á, como acima referido, em mapas, que serão criados propositadamente para o efeito, recorrendo ao *software* adequado à sua execução e posterior tratamento de imagem⁶. Os padrões de distribuição obtidos serão, posteriormente, conjugados com as vias, tendo como base o traçado da rede viária romana, segundo Vasco Mantas (1996).

A informação exibida será complementada por fichas, cujos campos se pretendem representativos, fazendo-se a correspondência entre os sítios referidos nos mapas e o número atribuído a cada tipo de luminária.

Preconiza-se clarificar aspectos, como o local de proveniência dos artefactos, característica morfo-tipológicas e bibliografia, sem negligenciar, de igual modo, a representação gráfica e/ou fotográfica sempre que possível. A selecção dos campos, bem como a estrutura destas fichas terá em conta a necessidade de apresentar a informação de forma concisa e apelativa⁷. Para tal efeito, tomámos como exemplo o modelo base de fichas construído por Susana Gómez (2004). Porém, a nossa análise ficará sempre condicionada pelas informações delegadas por outros. Perante o exposto, a solução encontrada passará inevitavelmente por uma adaptação dos campos aos conteúdos com que nos iremos deparar nas diferentes publicações. Importa, ainda, salientar que serão verificáveis pequenas alterações nos campos das fichas, consoante sejam dirigidas a lucernas, candis ou candeias, sendo tal imposição consequência das distintas características morfológicas que patenteiam.

Por último, estamos conscientes das limitações inerentes a um estudo desde âmbito, condicionado por diversos factores, em particular o facto de se basear exclusivamente

⁶ Optou-se pela utilização do programa *ArcGis* 9.2 da *ESRI* na concepção dos mapas e pelo programa *Adobe Illustrator CS5* no tratamento das imagens. Os mapas apresentados têm como base o *Mapa Hipsométrico de Portugal Continental*, adaptado do Atlas do Ambiente Digital (<http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/>)

⁷ Com vista à sistematização e uniformização de dados, preenchemos uma ficha modelo para cada luminária (anexo 1). Contudo, por razões que se prendem, por um lado com o número elevado de exemplares e, por outro, porque muitos deles não permitem uma descrição completa, optámos por apresentar a mesma informação em forma de catálogo.

em dados bibliográficos que, como é natural, estão sempre em actualização. Por muito exaustivos que sejamos, haverá sempre algumas lacunas de leitura. Não obstante, perspectivamos atingir com este trabalho uma actualização do tema e tecer algumas considerações pertinentes, deixando assim o nosso contributo, ainda que modesto, de um ponto de partida para trabalhos futuros.

3. Sinopse Bibliográfica

Deparamo-nos frequentemente com referências ao achado de utensílios de iluminação, em particular no que respeita às lucernas. Utensílio de uso corrente, cuja trivialidade é atestada pela presença nos mais variados domínios da vida pública e privada, no âmago da religiosidade, do culto, da magia, da superstição, etc. (Teixeira, 1938, pp. 380; 381). À utilização em larga escala aliavam-se produções especializadas, movidas pela intenção de incluir neste pequeno objecto, aspectos artísticos de vanguarda. A fragilidade que a sua delicadeza impunha, determinava a sua frequente substituição, daí que muitos autores vejam nestes utensílios a possibilidade de inferir cronologias, considerando-os veículos privilegiados de informação. Julgamos que a proliferação de publicações estará intrinsecamente relacionada com os aspectos supracitados.

- **As Lucernas** são referidas na bibliografia portuguesa desde os finais do séc. XIX. Na verdade, as publicações nacionais que contemplam informações relativas a utensílios de iluminação resumem-se, muitas vezes, a descrições sumárias, em jeito de “notícia” ou quase “curiosidade”, atribuindo-lhes um papel secundário, por vezes pouco significativo no conjunto em que se inserem.

Remontando aos finais de oitocentos, n’ *O Archeólogo Português* encontram-se diversas referências a estes achados. Segue-se uma sucinta análise.

Na descrição da “Sepultura de Cocceia Clarilla” (Vasconcellos, 1895a, pp. 265; 266) e no espólio que lhe está associado é referida a existência de uma lucerna de barro. O achado é proveniente da cidade de Beja, concretamente do Campo d’ Oliva. Ainda que o autor considere a sua beleza, indicando que possui a decoração de um quadrúpede, no disco, a informação é diminuta. No entanto, a nota 1 da página 265 é utilizada para salientar a importância de futuramente incluir a representação deste utensílio

“Procurarei obter desenho ou fotografia d' esta lucerna, para publicar n' *O Archeólogo*”.

No ano seguinte, nas “Acquisições do Museu Ethnographico Português” é referido que o supracitado museu adquiriu diversos artefactos, entre os quais “três lucernas romanas de barro, e uma partida” (Vasconcellos, 1895b, p. 218). Ainda no mesmo artigo, o autor indica que no ofertório do Sr. Francisco Cabral de Aquino Mascarenhas, de Setúbal, estão contempladas “duas lucernas de barro”, sem mais informação (*ibidem*, p. 221). A informação patente é muito sintética, denota-se a ausência de uma descrição pormenorizada e das respectivas ilustrações.

Em 1896, o cónego Pereira Botto no artigo “Archeologia do Algarve” dá a conhecer todo o espólio funerário exumado na Quinta das Antas (Tavira), incluindo-se neste conjunto uma lucerna. O autor comenta a decoração patente no disco e apresenta o seu desenho, que embora pouco pormenorizado, permite ir um pouco mais além da sintética referência (Botto, 1896a, pp. 152; 153).

Por outro lado, é visível alguma preocupação no detalhe da descrição e representação gráfica de uma lucerna publicada no artigo “Notícias do Museu Archeologico de Faro”, proveniente da Horta do Pinto (Faro), onde o motivo do disco “*Mercurius Caducifer*” é descrito e representado com minúcia (Botto, 1896b, pp. 26 e 27).

Em 1902, Leite de Vasconcellos dedica dois parágrafos de um reduzido artigo *d' O Archéologo* à identificação de uma lucerna, proveniente dos arredores de Serpa, concretamente do sítio “Cidade da Rosa”. O autor indica ainda que este exemplar poderá ser do séc. III ou IV, baseando-se na cronologia das moedas romanas exumadas no mesmo local (Vasconcellos, 1902a, p. 175).

Do sul do país provém, igualmente, o “Relatório de uma excursão archeologica ao Alemtejo e Algarve”, onde Bernardo de Sá enumera a panóplia de antiguidades oferecidas por um particular ao Museu Ethnologico, entre as quais se conta uma “lucerna romana, mutilada” (Sá, 1906, pp. 197; 198). Sem qualquer outra informação e apesar da referência ao lugar onde residia o doador (Mexilhoeirinha, concelho de Lagoa), não poderemos daí inferir o local de proveniência ou sequer relacioná-lo com os outros objectos do conjunto cedido.

Três anos mais tarde, Santos Rocha publica “Thesouro funerário da Lameira Larga. Epoca luso-romana”, descrevendo o espólio funerário de uma sepultura romana encontrada no concelho de Penamacor refere uma lucerna, no entanto, o autor apenas menciona a sua simplicidade e dimensões, atribuindo-lhe, aparentemente, pouco relevo (Rocha, 1909, pp. 44; 49).

Em 1913, José Leite de Vasconcellos revê no estudo da decoração dos discos das lucernas, em particular motivos associados à religiosidade e ao culto, a possibilidade de inferir conhecimento sobre as “Religiões da Lusitânia”. No capítulo “Religiões da época dos bárbaros”, p. e. o autor faz referência a lucernas cuja decoração remete para a representação de deuses, em particular destacamos uma lucerna encontrada em Tróia (Setúbal) de “typo christão”. Este exemplar encontra-se representado à escala natural e possui a representação de dois meninos segurando uma vara com um grande cacho de uvas, em posição central⁸. O autor admite a possibilidade de se tratar de uma reminiscência pagã (Vasconcellos, ed. 1988, p. 586). Todavia, tal como salienta José Carlos Caetano, “não são as lucernas em si que o interessam, mas o facto de as considerar testemunhos de cultos às divindades representadas nos discos e usa-as para provar a existência desses cultos em território nacional” (Caetano, 2001, p. 53).

Em 1927, com a publicação das “Antiguidades do Alentejo” descreve com maior detalhe uma lucerna do séc. I proveniente do Monte Redondo (Redondo), referindo que tem verniz vermelho, que não tem asa, possui um bico com duas volutas, disco incompleto e marca de oleiro no fundo, “ACATOS” que se assemelha a “AGATOS”, que significa “*bom*”, etc. Exemplar cuja cronologia atribui ao séc. I, é também representado graficamente (Vasconcellos, 1927 – 1929, p. 179).

Dois anos depois, na *Revista de Guimarães*, Rui de Serpa Pinto faz referência as lucernas da colecção do Museu Martins Sarmiento. O autor inicia a sua abordagem a esta temática referindo aspectos como a variedade de motivos que decoram o disco, a utilização das lucernas em diversas ocasiões, processo de fabrico, partes constituintes, etc. (Pinto, 1929, pp. 169; 181). Salienta de igual modo, um aspecto que se prende com a menor quantidade de lucernas no Norte do país, justificando deste modo o interesse retido na colecção do Museu vimaranense (*ibidem*, p. 179).

Na década seguinte, José Leite de Vasconcellos volta a mencionar o aparecimento de uma lucerna, proveniente do lugar de Tapada do Paianes (Nisa). Indicando que esta possui a figura de Mercúrio, não tece outros comentários acerca da peça (Vasconcellos, 1933, p. 178). Contudo, faz uma breve alusão à escassez de exemplares completos de lucernas, depreendido daí que o seu preço em Portugal seria superior ao que encontrou em Itália e em França, onde este utensílio é mais comum (*ibidem*, p. 179).

⁸ Este exemplar, pela decoração invulgar que apresenta, tem sido referido por diversas vezes. A título de exemplo referimos os estudos de arte visigótica de Almeida (1962, fig. 318, est. LVI) e mais recentemente em Maciel (1996, fig. 52 c, p. 212).

Do final dos anos 30, referimos ainda um outro artigo, publicado na revista *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Trata-se do estudo de três exemplares de lucernas, recolhidos aquando dos trabalhos de saneamento na cidade de Braga. O autor antes de iniciar a sua análise descritiva, procura clarificar a origem destes utensílios, as funções a que se destinavam, a sua constituição, a diversidade dos motivos decorativos, etc. Evidenciando, assim, tal com fizera alguns anos antes Rui de Serpa Pinto, uma certa preocupação didáctica para com os leitores menos familiarizados com termos mais específicos (Teixeira, 1938, pp. 379; 387). Sugerindo de igual modo, o interesse e a importância associada ao estudo destes “delicados e elegantes antepassados das candeias actuais” (*ibidem*, p. 379). No que respeita à exposição dos três exemplares de lucernas recolhidos de um local próximo à Fonte do Ídolo, deparamo-nos com uma descrição bastante clara e com fotografia. A decoração é tida como um elemento fulcral, como tal o autor não se limita apenas a enumerar os motivos decorativos patentes em cada lucerna, explana a sua origem, interpreta o seu possível significado. Remetendo ainda para a era cristã a cronologia destes exemplares.

Do final da década de 40, destacamos o aparecimento de um molde de lucerna, publicado por Abel Viana no *Arquivo de Beja*. Ainda que desprovido de contexto estratigráfico, tem como local de proveniência Alcácer do Sal (Viana, 1948, pp. 12; 13). O interesse desde achado advém sobretudo da raridade de exemplares de molde identificados em território nacional.

A década de 50 é associada a um período de transição no que respeita às publicações nacionais que mencionam estes utensílios. Assiste-se não só à proliferação de publicações sobre lucernas, como também à melhoria da qualidade da informação que patenteiam (Caetano, 2001, p. 54). Até então, predominavam as referências sumárias, as análises pouco pormenorizadas e a comum ausência de desenhos ou fotografias das peças. A consciencialização dos meios e critérios de análise utilizados por autores estrangeiros terão contribuído para dar ênfase à importância do estudo destas luminárias. Além disso, o desenvolvimento da prática arqueológica veio paulatinamente considerar o contexto estratigráfico dos achados como elemento fulcral, em detrimento das “peças desenraizadas”, onde se incluem as lucernas, desprovidas de contexto, verificando-se, muitas vezes, que se ignora o próprio local de proveniência. Exemplares com estas características eram comuns no acervo dos museus nacionais.

Em Espanha, verifica-se semelhante situação. Na década de 40, Gil Farrés adverte para o facto de que a maior parte dos exemplares, contemplados no acervo

museográfico de Mérida, necessitem do contributo de fontes exteriores para aferir a sua cronologia. O que poderá contribuir para levantar questões que se prendem com a credibilidade dos períodos de produção, estipulados com base em amostras de outras províncias, podendo não corroborar a realidade peninsular (Gil Farrés, 1947 – 1948, p. 97).

Posto isto, consideramos pertinente executar uma exposição, que vise compreender o panorama nacional de publicações sobre lucernas, a partir dos anos cinquenta do séc. XX.

Em 1951, José António Ferreira de Almeida publica um artigo de apenas sete páginas, dedicado exclusivamente ao estudo de três lucernas dos séculos I e II d. C. existentes na coleção do museu de Santiago do Cacém, provenientes das ruínas romanas de *Mirobriga* e da freguesia de Santo André. O autor descreve minuciosamente os exemplares, dimensões, motivos decorativos, tipologias, etc. Referindo ainda, que “A evolução da forma do *rostrum* e das volutas fornece uma base fundamental para o estabelecimento da cronologia” (Almeida, 1951, p. 126).

No ano seguinte, Bairrão Oleiro apresenta o *Catálogo de lucernas romanas*, (Oleiro, 1952 a) seguindo uma disposição criteriosa de descrições e representações das lucernas, criando um modelo de ficha seguido por outros autores, (como Nunes Ribeiro e Lyster Franco *apud* Caetano, 2001, p. 57). Divulga igualmente, quatro exemplares da mesma coleção num artigo publicado em Valência. Entre os exemplares descritos encontra-se uma das primeiras referências a um molde. Apercebendo-se desde logo da sua importância, depreende a sua utilidade como prova da produção destas luminárias em *Conimbriga*. Pertinente é também o comentário que seguidamente tece “Pena é que não tenhamos dados nenhuns sobre as condições e circunstâncias em que se verificou este achado” (Oleiro, 1952 b, p. 213).

Em 1953, José António Ferreira de Almeida apresenta o primeiro estudo exaustivo sobre lucernas. É *O Arqueólogo Português* que veicula a “Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal”, dedicando cerca de 200 páginas à análise destes artefactos. A estreia em tal empreendimento resultou não só num compêndio dos exemplares de coleções públicas nacionais, como também num claro reconhecimento da importância histórico-arqueológica destes utensílios, tendo mencionado o autor uma panóplia de informações até à data pouco divulgadas. A origem destes utensílios no seio da cultura helénica, a evolução morfológica que foram sofrendo, a importância do estudo da iluminação artificial, focando os mais diversos aspectos sócio-culturais

romanos, vida religiosa e laica, etc., a atribuição de tipologias, com base em autores estrangeiros Walters, Palol Salellas, Dressel, Loeschcke e Broneer e paralelos, bem como os processos de fabrico, locais de produção, etc. constituem o conteúdo da obra (Almeida, 1953, pp. 5; 208). Trata-se de um estudo abrangente que visa reunir o máximo de informações sobre as lucernas e sobre o contexto social em que se integravam, colmatando uma lacuna criticada *a priori* pelo autor “Tão mal providos estamos neste ponto que o meu propósito nasceu das deficiências que por todo o lado encontrei e que de início tento remediar num âmbito restrito” (*ibidem*, p. 5). Por outro lado, não descreve todos os exemplares com idênticos critérios, a representação das 291 lucernas apresentadas sofre igualmente diferenciação. A título de exemplo, veja-se os números 187, 188 e 189 da estampa XLII, cujo reduzido tamanho não possibilita ao leitor verificar as características que José António Ferreira de Almeida menciona no decurso do texto.

Do ano seguinte, destacamos o estudo de nove lucernas, entre as quais se destaca o “tipo rã”, “Egipto-copta” (Ferreira e Tavares, 1954, p. 27). A descrição de cada um destes utensílios possui bastante detalhe, são apresentadas as dimensões e fotografias. Por outro lado, no que concerne ao contexto, a informação contida é menos clara, citando os autores “Os objectos (...) recolhidos em vários pontos da Serra de Sintra em escavações eventuais por trabalhadores empregados nas matas nacionais”.

Devido à raridade destes artefactos em bronze, salientamos a lucerna de bronze proveniente da mina de Jales, publicada por Octávio da Veiga Ferreira e Pires Teixeira em 1955. Exemplar do séc. I, foi identificada numa entulheira, no interior do 2º piso de uma galeria. A sua importância, reconhecida pelos autores terá motivado a descrição completa que apresentam no artigo. Como complemento à informação, associam um mapa de dispersão de lucernas identificadas em minas portuguesas⁹, bem como a ilustração de alguns tipos de lucernas provenientes destes contextos. Entre os exemplares encontra-se uma lucerna paleocristã, cuja origem terá sido a mina da Caveira (Grândola) (Ferreira e Teixeira, 1955, pp. 392; 397)¹⁰.

Dois anos mais tarde, novamente na *Revista de Guimarães* são divulgadas duas

⁹ Estácio da Veiga refere o aparecimento de “candeias de barro”, de período indeterminado, em minas do Algarve remetendo que “os trabalhos antigos” com que se deparam as explorações modernas, não são todos de período romano, devendo “ser atribuídos aos árabes durante a época em que ocuparam a nossa península” (Veiga, 1891, vol. 4, p. 136).

¹⁰ Claude Domergue refere tal achado no interior da mina da Caveira (Grândola), salientando que “les vestiges recueillis à l’ intérieur des mines sont rares” (Domergue, 1990, p. 216).

lucernas “*bilychnis*” provenientes de Aljustrel. Estudo minucioso, contando no entanto com algumas lacunas, exhibe somente as dimensões do exemplar mais completo e, no que concerne à ilustração, ignora os exemplares fragmentados (Viana, *et alii*, 1957, pp. 516; 520).

Ainda na década de 50, Ruy Freire de Andrade dá a conhecer as lucernas da necrópole de Valdoca (Aljustrel) na revista *Arqueologia e História*. Apresentando uma descrição pormenorizada dos exemplares e do contexto onde foram identificados, sem negligenciar, de igual modo, a representação gráfica com escala. Os campos, preenchidos com minúcia, não descurem a “fabricação” e o “estado actual” dos utensílios (Andrade, 1958, pp. 157; 172).

Em Peroguarda, concelho de Ferreira do Alentejo, o depósito votivo identificado, levou ao estudo de inúmeros exemplares adquiridos por Nunes Ribeiro (1959, pp. 79; 102) para o acervo museográfico de Beja. A importância desta colecção foi desde logo assumida pelo autor que se propõe à sua detalhada análise, tomando como referência os artigos de Bairrão Oleiro (1952) e Freire de Andrade (1958).

Já nos anos 60, Luís de Albuquerque Castro dá a conhecer as “lucernas mineiras” provenientes da galeria do Texugo, na mina de ouro da Ribeirinha (Tresminas). O autor atribui relevo às decorações do disco remetendo para paralelos nas tipologias de Dressel, Broneer, Walters e Palol Sallelas (Castro, 1960, pp. 281; 299).

De outra área mineira, mais concretamente da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel) são também apresentadas algumas lucernas. Todos os materiais, sem excepção são descritos pormenorizadamente, preenchendo com informações relevantes o número 5 da revista *Conimbriga* (Alarcão e Alarcão, 1966a, pp. 7; 104).

No mesmo ano, os supracitados autores publicam no *Arquivo de Beja* os “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)”. Entre as cerâmicas identificadas encontram-se alguns fragmentos de lucernas, que descrevem detalhadamente (Alarcão e Alarcão, 1966 b, pp. 292; 314).

Merece, de igual, modo destaque, o artigo de Vítor dos Santos Gonçalves publicado no *Arquivo de Beja*. Na descrição efectuada pelo autor, acerca de Tróia (Setúbal) menciona a recolha de uma lucerna de volutas do tipo Dressel 11 (Gonçalves, 1965, pp. 5; 22).

Do mesmo autor e Carlos Tavares da Silva é o artigo das “lucernas romanas e paleocristãs do museu de Setúbal” (Gonçalves e Silva, 1966, pp. 617; 624). Além do interesse particular pela cronologia supracitada, consideramos relevante proceder agora a uma

abordagem crítica à publicação. O contexto das seis lucernas em análise é desconhecido, apenas é mencionado o local de proveniência, restringindo-o à região de Setúbal. No que concerne ao teor da descrição, apresenta campos bastante completos, denotando-se a procura de paralelos no tópico “comparação”, ausente, no entanto, em alguns exemplares.

Referente a Setúbal é também o artigo “Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião”, onde Carlos Tavares da Silva refere a existência de duas lucernas cristãs (Silva, 1966, pp. 572; 577).

Dois publicações de José João Rigaud de Sousa dão conta do aparecimento de um molde de lucernas proveniente de Braga, datado do segundo quartel do séc. I a. C, depreendendo a existência de um centro produtor em *Bracara Augusta* (Sousa, 1965/1966, pp. 165; 172) e (Sousa, 1966, pp. 589; 599). Neste último, publicado na revista *Lucerna*, remete igualmente para a existência de uma lucerna paleocristã de idêntica proveniência.

Em 1969, volta a publicar, na revista *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, dando a conhecer o “novo molde” identificado em Braga, corroborando as anteriores conclusões a que havia chegado (Sousa, 1969, pp. 301; 321).

Do mesmo ano, salientamos o estudo das lucernas de *Conimbriga*, da autoria de Claudette Belchior. Catálogo que reúne exemplares exumados até 1962, alguns já publicados por Ferreira de Almeida (Almeida, 1953) e Bairrão Oleiro (Oleiro, 1952b) na década anterior, como refere a autora (Belchior, 1969, p. 13). A análise e apresentação de cada lucerna tem como base aspectos relacionados com características formais, evidenciando assim a sua evolução desde o séc. I a. C até ao séc. IV. Após elucidar o leitor acerca das “Lucernas decoradas com motivos cristãos”, salienta o achado de um molde cujo fabrico se associa à produção de lucernas de bico redondo (Belchior, 1969, p. 78). A descrição é bastante completa, no entanto nem todos os exemplares têm a respectiva ilustração.

Do final desta década, encontramos também uma sintética referência ao achado de uma lucerna em Oeiras acompanhada da respectiva ilustração, datada do séc. II (Matos, 1969, pp. 191; 194).

A última publicação que mencionamos desta década é o “Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades”, cuja organização esteve a cargo de Jorge de Alarcão e Manuela Delgado. Evidenciando a importância das lucernas, os autores dedicam-lhes algumas páginas, onde têm lugar paralelos e inferências cronológicas, descrições de

cada exemplar e sua representação gráfica. Ainda que parte dos exemplares já tenha sido publicado por Ferreira de Almeida em 1953 (Alarcão, e Delgado, 1969, pp. 63; 77).

De 1970, evidenciamos a publicação de Gonçalo Lyster Franco, contando com uma introdução bastante completa e atribuindo relevo à proveniência e o contexto estratigráfico, parte posteriormente para outra importante consideração: “São talvez de considerar os vários problemas que se levantam em face de um número tão avultado de lucernas surgido, completamente isolado de qualquer outro elemento arqueológico” (Franco, 1970, p. 3). À semelhança do que fora depreendido em Peroguarda por Nunes Ribeiro (1959), ou anos mais tarde em Santa Bárbara de Padrões, por Maria Maia e Manuel Maia (1997), tratar-se-ia de um depósito votivo? Antes de proceder à descrição das lucernas identificadas no sítio da Horta do Pinto, em Faro, o autor apresenta as definições base das partes que as constituem, utilizando a terminologia clássica. Posteriormente passa à descrição dos 54 exemplares e fragmentos seguindo uma ordem cronológica por tipos de fabrico (Franco, 1970, pp. 161; 194).

No ano seguinte, é publicada a dissertação de licenciatura em Ciências Históricas de Maria Luísa Estácio da Veiga dos Santos, pautando-se pela diversidade das informações aí contidas, referentes ao período romano no Algarve. Relativamente às lucernas, descreve alguns exemplares, considerando-os raros e indicando que se encontram distribuídos sobretudo, pelo Museu Nacional de Arqueologia e pelo Museu Municipal de Faro (Santos, 1971, p. 194). A maioria dos fragmentos mencionados é proveniente de Torre de Ares (Tavira), sítio que, segundo a autora, constitui “uma fonte inesgotável de variadíssimos tipos de cerâmica romana” (*ibidem*, p. 238)¹¹.

Em 1971, Adília Alarcão publica na revista *Conimbriga* dez exemplares de lucernas, onde se incluem alguns fragmentos, de proveniência desconhecida à exceção dos números 1 e 3 exumados no Pátio da Universidade. A informação incluída nos campos pré-definidos é concisa, apresentando descrições completas e ilustrações das lucernas completas e como para os fragmentos passíveis de facultar informação (Alarcão, 1971, pp. 1; 86).

No ano seguinte, Carlos Alberto Ferreira de Almeida publica “Notas sobre a alta Idade Média no Noroeste Peninsular”, tecendo algumas considerações acerca de um período histórico, onde há por colmatar tantas lacunas (Almeida, 1972, pp. 113; 136). Refere algumas *villae* e castros, mencionando a existência de lucernas cristãs em

¹¹ Tal como comprovou, anos mais tarde, o estudo desenvolvido por Jeannette Nolen (1994), a que adiante faremos menção.

Lousada e no sítio da Fonte do Milho (Poiães, Peso de Régua) “ocupado pelo menos até ao séc. V” (*ibidem*, p. 129).

Em 1974, Jorge de Alarcão refere, a propósito da “necrópole do monte do Farrobo”, em Aljustrel, o aparecimento de algumas lucernas associadas, porém já desaparecidas. Entre os exemplares recolhidos, o autor refere dois fragmentos que se terão conservado, pertencendo ao tipo 27 de Dressel-Lamboglia (Alarcão, 1974, pp. 24; 31).

No mesmo ano, Claudette Belchior apresenta uma “breve notícia de algumas lucernas do Museu de Faro”. Os exemplares apresentam uma descrição pormenorizada, que reúne informações acerca das pastas, fabricos, decoração, morfologia, dimensões, proveniência e tipologia, bem como a respectiva representação fotográfica. Entre as lucernas mencionadas neste estudo, destacamos o exemplar nº 707, uma vez que se trata de uma lucerna paleocristã, inserindo-se cronologicamente no séc. IV (Belchior, 1974, p. 14).

Salientamos de igual modo, os estudos realizados por Maria Elisabeth Cabral. A autora dá início à divulgação de vários artigos que abordam de forma específica as lucernas. Em 1974, dá a conhecer cinco lucernas inéditas da Barrosinha (Cabral, 1974, pp. 175; 184).

A publicação das “Lucernas romanas de Alcácer do Sal” surge associada a um projecto de “revisão” de anteriores publicações que a autora considera incipientes. Reconhecendo, igualmente, a importância do estudo das marcas de oleiro, indicando que se trata de um “trabalho fundamental e urgente, para um profundo conhecimento de centros de fabrico e difusão, e do seu mercado interno e externo” (*idem*, 1974 – 1977, p. 347).

Apresenta, no ano seguinte, um artigo de particular interesse, não só para quem se interessa pelo estudo das lucernas, como também para todos aqueles que procuram ingressar pela análise de motivos decorativos associados a simbolismos paleocristãos. O *crismón* patente na decoração das lucernas tardias de Tróia representa, a par de outros motivos congéneres, de temática cristã, uma forma privilegiada de veicular ideais religiosos (*idem*, 1975, pp. 163; 167).

Ainda da mesma autora, destacamos a análise efectuada às “Lucernas romanas de Mirobriga”. À semelhança do que sucedeu com as lucernas de Alcácer do Sal, também as de Mirobriga já haviam sido alvo de publicação, na sua maioria, em 1953, por José António Ferreira de Almeida, todavia a autora considera tal estudo “deficiente” e no sentido de colmatar as lacunas existentes, propõe-se a elaborar uma (re)interpretação

destes utensílios, de onde destacamos alguns exemplares cuja cronologia remete para o final do séc. III e séc. IV (*idem*, 1976 – 1977, pp. 455; 468)¹².

Possivelmente, terá sido esta mesma razão, que levou à publicação das marcas de oleiro das lucernas de Balsa, Torre d' Ares, alguns anos depois (*idem*, 1978, 237; 248).

Ainda que não seja uma publicação dirigida apenas para estes utensílios, considerámos pertinente e importante mencionar o *Châpitre X (Cerámiques diverses et les verres) das Fouilles de Conimbriga n.º V*. As autoras divulgam as lucernas encontradas em *Conimbriga* no decurso das intervenções arqueológicas realizadas. Seguindo uma orientação que tem por base a cronologia e alguns elementos morfológicos característicos de determinadas épocas (Alarcão e Ponte, 1976, pp. 93; 114).

No mesmo ano, apresentam ainda os resultados do estudo de 63 exemplares provenientes do Alentejo. Ainda que o seu contexto seja pouco preciso, denota-se a preocupação de retirar o máximo de informações de cada lucerna, procurando paralelos tanto a nível nacional como internacional. A ilustração apresentada, gráfica e fotográfica permite complementar as descrições patentes no texto (*ibidem*, pp. 73; 90).

Ainda na década de 70, nos “materiais dispersos” do “Espólio Arqueológico da Herdade do Reguengo (Vaíamonte)” foi identificada uma lucerna do tipo Dressel 11 B. Sendo descrita e representada com detalhe pelo autores (Caeiro, 1979, pp. 113; 120).

O estudo de Claudette Belchior, publicado em 1979, distinguiu uma das lucernas identificadas na necrópole romana de Valdoça, Aljustrel. Pelas suas características singulares, tendo como material de suporte o bronze e exibindo a decoração de um canídeo, merece particular atenção por parte da autora, que procura encontrar paralelos em publicações internacionais. Porém, no mesmo artigo refere um aspecto comum verificado em duas lucernas da supracitada necrópole, a marca de oleiro “L.I.R”. A mesma já se encontrava referenciada por José María Luzón, tendo sido igualmente verificada em Riotinto (Huelva), área mineira incluída, tal como Aljustrel, na Faixa Piritosa Ibérica (Luzón, 1967, pp. 138; 150 *apud* Belchior, 1979, pp. 75; 80). A problemática reside na disparidade das cronologias atribuídas aos exemplares que patenteiam a mesma marca, tanto em Portugal, como em Espanha.

Menos profícua a estas publicações foi a década de 80. Salientamos, contudo

¹² No entanto, a sua escassez levou a autora a concluir “Uma pergunta, no entanto, fica sem resposta. Porquê um número tão reduzido de lucernas numa estação arqueológica como Mirobriga?” (Cabral, 1976 / 1977, p. 461). Tal questão aplica-se a outros sítios, sendo debatida no capítulo 4. 3.

algumas publicações.

Em 1980, Joaquina Soares apresenta um estudo focado na estação romana de Tróia. Entre os materiais provenientes das diversas necrópoles referidas pela autora encontram-se duas lucernas acompanhadas da respectiva ilustração. Uma delas é do tipo Dressel 9, incluindo-se na 1ª metade do séc. I., a outra, do tipo Dressel 31 remete para o séc. IV – V (Soares, 1980, p. 29).

No estudo de Manuel Leitão e Salette da Ponte acerca da colecção das lucernas romanas do museu Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, são descritos sete exemplares, entre os quais lucernas completas e fragmentos, quatro já haviam sido publicados por Ferreira de Almeida, em 1953 (Leitão e Ponte, 1980, pp. 151; 158).

Do ano seguinte é o estudo de António Teixeira e Rodrigo Silva que, dão a conhecer um novo molde de lucerna aparecido em Serpa, “Sítio do Nicolau”, datado de meados do séc. III (Teixeira e Silva, 1986, pp. 147; 152).

Ainda em 1986, é publicado na revista *Conimbriga* um artigo onde são apresentadas algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e Évora. A informação é escassa, sendo mencionadas duas lucernas entre o espólio constituindo por 88 peças. Uma das lucernas poderá ser datada de finais do séc. III e inícios do séc. IV, outra, cuja origem é devidamente clarificada será da segunda metade do séc. I (Ponte, 1986, pp. 99; 129).

Na transição dos anos 80 para a década seguinte, Manuela Martins e Manuela Delgado referem os achados de lucernas na cidade de *Bracara Augusta*. Os exemplares referidos apontam para diversas cronologias. As autoras apresentam descrições minuciosas e a representação gráfica de todas as lucernas (Martins e Delgado, 1989/1990, pp. 41; 186).

De *Mirobriga* há notícia da identificação de lucernas que remontam ao final do séc. III e séc. IV, possivelmente produções locais. Porém, as reduzidas dimensões dos fragmentos dificultam a obtenção de informações mais concisas (Biers, 1988, p. 128).

De 1990, um artigo da *Conimbriga* divulga o estudo das lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil (Nunes, *et alii*, 1990, pp. 69; 90). O contexto dos achados é conhecido, e além da descrição pormenorizada dos exemplares, os autores dão a conhecer o sítio arqueológico e dedicam um campo exclusivo aos “comentários”, partindo para a discussão e esbatendo problemáticas em torno do conjunto tardo-republicano.

A mesma revista dá a conhecer os resultados obtidos dos trabalhos decorridos na

necrópole da Lage do Ouro (Crato). Helena Frade e José Carlos Caetano fazem referência ao achado de lucernas que “parecem ser de fabricos regionais comuns nos sécs. III e IV”, salientando-se a presença de um exemplar com a marca de oleiro *GES* (Frade e Caetano, 1991, pp. 39; 57).

Do cemitério romano da rua das Alcaçarias (Faro), Teresa Júdice Gamito publica o espólio associado, que contempla lucernas. Um dos exemplares é de bronze. Os materiais analisados remetem para uma cronologia balizada entre a segunda metade do séc. II e século seguinte (Gamito, 1992, pp. 99; 118).

Cerca de um ano depois, Luís Pita apresenta “Lucernas inéditas da necrópole romana do Monte do Farrobo (Aljustrel)”. Divulgando estes materiais, procura, de igual modo, verificar se a cronologia atribuída, em 1974, por Jorge de Alarcão para a utilização da supracitada necrópole é corroborada. Apresenta campos bastante completos “proveniência”; “conservação”; “descrição”; “dimensões”; “tipologia” e “cronologia”, sem negligenciar a informação obtida através da análise dos restantes artefactos, que tal como as lucernas, foram exumados nas sepulturas (Pita, 1993, p. 68), evidenciando, assim, a importância do contexto arqueológico no estabelecimento de cronologias.

A publicação *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*, sob a coordenação de Cláudio Torres e Santiago Macías, contempla duas lucernas tardias. A primeira apresenta no disco a decoração de um cordeiro e uma folha de videira, exibindo na orla motivos cruciformes e em forma de ferradura, é datada dos séculos V e VI. O outro exemplar, cuja cronologia remete para os séculos VI e VII, apresenta uma cruz no *discus* rodeada de círculos concêntricos (Torres e Macías, S., 1993, p. 85).

Em 1993/1994, Graça Cravinho publica na revista *Conimbriga* “Algumas peças da *Villa* de Freiria (Cascais)”. O espólio em análise é constituído por pedras de anel, terracotas e uma lucerna descrita com a respectiva fotografia (Cravinho, 1993/1994, pp. 333; 348).

Da mesma publicação, é ainda, de salientar o artigo da autoria de João Carlos Faria e Marisol Ferreira referente à estação arqueológica da Horta do Crespo, em Alcácer do Sal. Entre os materiais analisados é referida uma lucerna do tipo Dressel-Lamboglia 30 B decorada, “ornamentada com pérolas” e apresentado asa de fita. A descrição é concisa e o desenho não foi descurado (Faria e Ferreira, 1993 – 1994, 349; 357).

Em 1994, José Olívio Caeiro divulga lucernas datáveis dos séculos I a IV provenientes da “Cidade das Rosas” (Serpa). Apresenta um inventário que descreve cada lucerna de modo bastante sucinto, remetendo para as “notas” como complemento à

informação (Caeiro, 1994).

Salientamos que, no mesmo ano, Jeannette Nolen dá a conhecer as *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, incluindo lucernas no espólio analisado. Cerca de seis dezenas de exemplares entre os quais, se contam em maior número lucernas do tipo “Riotinto-Aljustrel”. Interessa-nos particularmente a identificação de cinco lucernas em *Sigillata Clara D*, cuja cronologia remete para os finais do séc. IV podendo ir além do séc. VI: do tipo Hayes II, apresentam motivos cristãos no disco (Nolen, 1994, pp. 44; 45).

Da necrópole romana de Gulpilhares, em Vila Nova de Gaia, Deolinda Folgado refere alguns exemplares, de que apenas restam descrições sumárias. Através da sua análise, a autora depreende a sua cronologia tardia (Lobato, 1995, pp. 66 e 67).

O conjunto de doze exemplares recolhidos aquando da intervenção arqueológica na “Casa do Procurador” foi publicado por Luís Pita, em 1995. A cronologia destes exemplares remete para meados do séc. III a meados do séc. IV d. C. A generalidade dos campos e o tipo de descrições efectuadas é semelhante à verificada na publicação da necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel) (Pita, 1995, pp. 15; 31). O contexto dos achados referido no texto é apresentado em fotografia e desenho, de modo a possibilitar ao leitor um conhecimento claro do local de proveniência, integrado nas estruturas da supracitada habitação. A ilustração das peças é de igual modo esclarecedora, a todos os desenhos e fotografias são associadas as respectivas escalas.

Inteiramente dedicada à *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo* é a tese de Doutoramento de Manuel Justino Maciel, dirigindo algumas páginas à análise de lucernas tardias provenientes de Tróia (Setúbal) e Torre d’ Ares (Tavira), particularmente no que concerne aos motivos decorativos que exibem no disco (Maciel, 1996, pp. 208; 212).

Da Comenda (Setúbal) provém um fragmento de lucerna tardia, enquadrando-se no tipo Dressel 31. Apresenta uma marca “S” no exterior do fundo. A informação é sintética e a cronologia atribuída, séc. IV e V, é corroborada pelo conjunto constituído essencialmente por materiais norte-africanos (Diogo e Trindade, 1996, pp. 7; 12).

No concelho de Castro Verde surge um achado invulgar que contempla várias centenas de lucernas. Trata-se do depósito votivo de Santa Bárbara dos Padrões, cuja intervenção se realizou em 1994. Tendo como responsáveis Maria Maia e Manuel Maia, que cerca de dois anos depois publicam no *Arquivo de Beja* as suas *reflexões* acerca dos motivos decorativos que algumas lucernas patenteiam no disco, em particular *esfinges e*

sereias (Maia e Maia, 1996, pp. 301; 310). Porém, é no ano seguinte que dão a conhecer com maior detalhe as luminárias identificadas em Santa Bárbara e, conseqüentemente, a singularidade deste achado. Dada a impossibilidade de publicar todas as lucernas identificadas, os autores optaram por editar apenas as decoradas ou que patenteavam marcas (Maia e Maia, 1997, p. 14). Não descuram informações como as “circunstâncias do achado”, a descrição minuciosa da estratigrafia, dedicando ainda um capítulo às “lucernas” salientando o seu papel na sociedade romana. Evidenciando adiante a “nomenclatura” adoptada bem como a “metodologia” que irá seguir e a problemática associada às tipologias “Qualquer pessoa que se debruce sobre o estudo das lucernas romanas depara-se com o problema da sua classificação, sentindo-se perdido num labirinto de tipologias personalizadas e numa floresta de números e siglas” (*ibidem* p. 31).

No mesmo ano, são publicados na revista *Conimbriga* alguns materiais inéditos recolhidos na necrópole da Barrosinha (Alcácer do Sal), entre os quais, lucernas. A análise efectuada levou os autores a considerar o espólio funerário datável do séc. III (Sousa e Sepúlveda, 1997, pp. 103; 122).

De *Bracara Augusta* salientamos o estudo de duas lucernas vidradas, utensílios importados largamente difundidos pelo Império romano. Não obstante, como refere o autor, constituem exemplares relativamente escassos, na medida em que lhes foi aplicada a técnica do vidro de chumbo (Morais, 1997 – 1998, pp. 165; 173).

Três anos mais tarde, António Manuel Dias Diogo e Eurico de Sepúlveda publicam na *Revista Portuguesa de Arqueologia* as lucernas provenientes das escavações, realizadas entre 1989 e 1983, no Teatro Romano de Lisboa. Ainda que, o conjunto se encontre bastante fragmentado, onde apenas 12, 5 % das lucernas são passíveis de classificação, o artigo é profícuo em informações, contando com exemplares tardios no conjunto. O catálogo que apresenta no final é uma sinopse dos principais campos mencionados no texto, permitindo uma consulta objectiva, a cada exemplar em particular (Diogo e Sepúlveda, 2000, p. 153).

No mesmo ano, Eurico Sepúlveda e Vitor Rafael Cordeiro de Sousa dão a conhecer as lucernas romanas do Museu Municipal de Torres Vedras através da publicação de um catálogo bastante completo. Aspectos como a contextualização histórico-arqueológica do concelho, bem como o seu enquadramento geográfico não foram descurados. A ilustração é igualmente notável, desenhos e fotografias a cores, permitem ao leitor a leitura clara de todos os pormenores mencionados na descrição das peças. Salientamos o

facto de focar as marcas de oleiro, procurando esclarecer a sua origem, evocando possíveis paralelos, e apresentando um mapa que remete para a dispersão de lucernas romanas em bronze nos museus e localidades portuguesas (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 38). Acerca deste último aspecto, depreende-se de imediato a escassez destes utensílios em bronze, podendo indiciar que tratar-se-iam de objectos de luxo.

Do ano seguinte, salientamos a tese de Mestrado de José Carlos Caetano, onde são analisadas as lucernas romanas de *Conimbriga*, identificadas nas intervenções arqueológicas decorridas entre 1963 e 1970 (Caetano, 2001). O autor dá início ao seu estudo remetendo para a origem e contexto dos achados, apresentando posteriormente uma considerável panóplia de aspectos intrínsecos a estes utensílios, tais como a sua tecnologia, tipologias, estudos sobre lucernas em Portugal, etc. Os resultados são apresentados de forma sistematizada e metódica.

Ainda em 2001, Felix Teichner propõe uma nova interpretação para a área 21 da *villa* romana de Milreu (Estói), com base numa planta elaborada por Estácio da Veiga. Entre os materiais referidos, o autor menciona e apresenta o desenho de uma lucerna de importação norte-africana proveniente da área de produção de azeite. Embora fragmentada nas zonas do bico e disco, permite verificar a existência de um cristograma como motivo decorativo principal (Teichner, 2001, pp. 187; 198).

De 2002, salientamos a publicação das lucernas associadas à necrópole romana da Lage do Ouro (Caetano, 2002, pp. 197; 217), onde se encontram exemplares tardios, já mencionados por José Carlos Caetano e Helena Frade na publicação dedicada a este sítio arqueológico em 1991.

No mesmo ano, Rosa Varela Gomes refere a existência de uma lucerna tardia, proveniente da mina de Santo Estêvão, São Bartolomeu de Messines (Silves). Segundo a autora este exemplar, em *terra sigillata* africana poderá ter sido utilizado até ao séc. VIII (Gomes, 2002, pp. 79 e 81). Tendo sido referido por Claude Domergue (1990, p. 218) é, igualmente, mencionado por Helena Catarino que associa a sua presença à continuidade da exploração mineira no séc. IV, referindo que, “ainda que de forma descontínua, [as minas] laboravam no período tardo-romano e islâmico” (Catarino, 2005 – 2006, p. 118). Importa ainda salientar que nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Estácio da Veiga dedica algumas linhas a esta mina, indicando que dela se extraíram algumas “candeias de barro” entre o espólio “genuinamente romano” (Veiga,

1880, vol. 3, p. 52)¹³.

De facto, a exploração mineira na Faixa Piritosa Ibérica (FPI) durante os séculos IV e V poderá, de igual modo, assumir-se nas minas de Aljustrel e Caveira (Grândola), tendo sido identificadas lucernas paleocristãs no interior de galerias, com já havíamos mencionado.

Mais a norte e referindo-se à *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém, Catarina Viegas refere alguns exemplares de lucernas, na sua maioria datáveis dos séculos I e II (Viegas, 2003).

Apresentam-se, no mesmo ano, os resultados da intervenção arqueológica realizada em S. Miguel da Mota (Alandroal). No local, que se associa ao culto da divindade indígena Endovélico, identificou-se uma lucerna tardia do tipo Atlante X (Guerra, *et alii*, 2003, pp. 415; 179).

Publicado em 2004, o *Catálogo do Espaço-Museu Villa Romana do Rabaçal*, menciona o aparecimento de algumas lucernas descritas no capítulo “A cerâmica e a iluminação”. Os exemplares referidos, alguns reduzidos a minúsculos fragmentos, remetem, na sua maioria, para cronologias tardias (Pessoa e Rodrigo, 2004, pp. 139; 141).

No que concerne à produção local / regional de lucernas tardias é particularmente visível na cidade de Braga, como se depreende da análise da publicação *Autarcia e comércio em Bracara Augusta* (Morais, R., 2005). Pautam-se pela diversidade tais exemplares, comumente designados por “lucernas atípicas”.

Um exemplar, igualmente de produção local / regional, foi identificado no sítio de Chafurdas (Fatela, Fundão), datável dos séculos IV e V (Carvalho, 2007, p. 533). A importância deste achado, que apresenta um pequeno peixe decorado no disco é perceptível nas palavras do autor “constituirá mesmo um dos testemunhos mais antigos (senão mesmo o mais antigo) do cristianismo nestas terras da Beira Interior” (*ibidem*).

Um ano mais tarde, Carlos Pereira apresenta a sua dissertação de Mestrado sobre as lucernas romanas, de *Scallabis*, mencionando alguns aspectos que demarcam a singularidade do objecto em análise. Encontram-se no conjunto estudado, ainda que em diminuída percentagem, alguns fragmentos tardios (Pereira, 2008, pp. 70; 73).

No mesmo ano, o suplemento nº 4 do *Arqueólogo Português* é dedicado às

¹³ Nesta publicação, verifica-se uma advertência (possivelmente a primeira) à necessária distinção das “candeias de barro árabes, wisigothicas e romanas”, indicando o autor que “quando hoje mesmo talvez nem todos os archeologos, (...) as possam distinguir e estreimar” (Veiga, 1880, vol. 3, p. 52).

necrópoles da Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). A publicação, da autoria de Mélanie Cunha dedica-se à análise do espólio e à interpretação dos contextos funerários e dos dados associados à intervenção arqueológica realizada por Manuel Heleno, em 1934. Entre os materiais exumados, é referida uma lucerna datável do terceiro quartel do séc. IV a inícios do séc. V, do tipo Hayes I B (Cunha, 2008, p. 66 e fig. 126, p. 216).

Tal exemplar é igualmente apresentado no catálogo *Sit Tibi Terra Levis – Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal* (Fabião, *et alii*, 2008, p. 50).

Embora menos fértil em informações, como se poderia prever, uma vez que incide em temática distinta, o artigo intitulado “Octávio Veiga Ferreira: percursos em Cascais e pela Arqueologia Clássica”, da autoria de José d’ Encarnação, faz referência a uma lucerna cristã. A informação é parca, visando, na publicação supracitada, tecer algumas considerações, a propósito do enquadramento cronológico de uma epígrafe dedicada à divindade indígena *Ilurbeda*, identificada em Góis, associada à referida luminária¹⁴ (Encarnação, 2008, p. 359).

Do ano seguinte, salientamos um relatório produzido no contexto da intervenção da EDIA, S. A. (Empresa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.), no Bloco de Rega de Brinches (Serpa). No reduzido conjunto de oito pequenos fragmentos de lucernas aí registados, seis pertencem à forma Dressel-Lamboglia 30 A e um à forma Dressel-Lamboglia 30 B. O fragmento mais recente associa-se à última fase de ocupação, cuja cronologia se insere entre os finais do séc. IV até ao séc. VI, pertencendo à forma Atlante X (Larrazabal, 2009, pp. 47; 52).

Do Algarve, há referência a uma lucerna do mesmo tipo, exumada na área urbana de Lagos. Tal exemplar, associa-se à fase de abando do compartimento “de cariz doméstico” durante os séculos IV e V (Filipe, *et alii*, 2009, p. 314).

De Braga, mais uma publicação remetendo para um estudo de cerâmicas, onde se incluem lucernas, na maioria caracterizadas por “atípicas de produção local” (Delgado e Morais, 2009, pp. 102; 105). Exemplares tardios integram o catálogo, tendo sido, a sua maioria, alvo de anterior publicação por um dos signatários (Morais, 2005). Não obstante, algumas lucernas apresentadas neste “guia” são inéditas¹⁵.

Do mesmo ano, importa ainda salientar uma publicação direccionada para os

¹⁴ Proveniente de uma mina, remete para a continuidade da sua exploração “deduz-se que as minas foram exploradas durante todo o Império romano e até posteriormente” (Encarnação, 2008, p. 359).

¹⁵ Vide Delgado e Morais (2009, p. 104, n.ºs 321 e 326).

trabalhos arqueológicos desenvolvidos aquando das intervenções da EPAL (Empresa Portuguesa das Águas-Lives, S. A.), na *villa* da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo. As lucernas aí publicadas remetem para a continuidade de ocupação, entre os inícios do séc. I e os finais do séc. V. Os exemplares tardios inserem-se nas tipologias Dressel-Lamboglia 30 e Atlante VIII (AA. VV, 2009, pp. 50; 54).

Por último, remetemos para o artigo de João Carlos Quaresma sobre as relações de intercâmbio de bens e gentes de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão). A publicação refere alguns exemplares tardios destas luminárias, incluídos na tipologia Dressel 30, que o autor remete para os séculos III/IV (Quaresma, 2011, s. p.).

Da exposição efectuada, podemos reter que a partir dos anos cinquenta do séc. XX, as publicações dedicadas às lucernas romanas se conhecem em maior número. Tornam-se alvo de maior interesse pelos investigadores, traduzindo-se tal facto na consequente proliferação de monografias e outros estudos de carácter específico. A divulgação deste importante artefacto é efectuada numa perspectiva mais abrangente, onde se salientam as suas características morfológicas, procurando, de igual modo, estabelecer paralelos, identificar tipologias, interpretar e reconhecer motivos decorativos, etc. Denotando-se assim, a ruptura cada vez mais acentuada com as publicações precedentes, não só na quantidade, como também na qualidade dos conteúdos. José Carlos Caetano procurou esclarecer possíveis causas para que só a partir dos anos cinquenta do séc. XX se tenha despendido maior atenção às lucernas (Caetano, 2001, p. 51), lançando a crítica à ausência de estudo dos materiais provenientes das escavações arqueológicas empreendidas na época, que ficaram “encaixotados” e assumindo o reduzido número de exemplares existentes em Portugal, comparativamente a colecções de museus espanhóis (*ibidem*, p. 52).

Acrescentamos que o crescente interesse pelas lucernas se encontra relacionado com o próprio desenvolvimento da Arqueologia portuguesa enquanto ciência.

- **Os candis** são referidos nas publicações desde os inícios do séc. XX e, tal como se verificou com as lucernas, é n' *O Archeólogo Português* que se “estream” tais notícias.

Uma das primeiras referências remete para o achado de um candil em metal proveniente do sítio da Horta, freguesia de Cacela “entre o Arrife e Torre, ao pé de umas sepulturas que ahi appareceram” (Vasconcellos, 1899 – 1900, pp. 247; 248). A peça é acompanhada de uma descrição pormenorizada e devidamente ilustrada. O cuidado na sua apresentação deverá, certamente, relacionar-se com a raridade do achado.

Em 1902, coube ao mesmo autor apresentar as “Candeias árabes do Algarve”. Pela descrição efectuada e pela representação gráfica dos exemplares verificamos que se refere a candis¹⁶. Dois deles em bronze, provenientes de Cacela são minuciosamente descritos, encontrando alguns paralelos em Espanha, através das publicações de Rodrigo Amador de los Rios. De igual modo, o autor se empenha em exhibir dois candis em cerâmica, um deles de disco impresso, proveniente de Silves (*idem*, 1902b, pp. 119; 123).

Quatro anos mais tarde, Bernardo de Sá refere o aparecimento de “candeias árabes” no Algarve. Porém, contrariamente ao verificado na publicação de Leite Vasconcellos, não existe qualquer ilustração que possa confirmar se as luminárias, provenientes de Silves e Loulé seriam candis ou candeias. Pela sumária descrição que é dirigida a estes materiais, apenas podemos inferir que um dos seis exemplares mencionados é de facto, uma candeia, pois apresenta forma aberta (Sá, 1906, pp. 197; 201).

As décadas seguintes não se verificaram profícuas a publicações referentes a estas luminárias. Por outro, ainda na primeira metade do séc. XX, Abel Viana demonstra empenho em dar a conhecer o acervo do Museu Regional de Beja. Entre os materiais descritos e exibidos “em vitrine”, salienta as “candeias árabes” identificadas em diversas áreas da cidade. As peças que o autor procura descrever, de forma completa, são na maioria candis. Contudo, a própria organização do texto e da imagem, dificulta a clara compreensão de cada exemplar, na sua singularidade (Viana, 1945, pp. 333; 338). Contrariamente ao que se verifica na publicação dos “Restos de Óssonoba, no Largo da Sé, em Faro”, onde descreve detalhadamente cada um dos cinco candis aí identificados, exibindo o seu desenho, permitindo reconhecer os aspectos morfológicos e decorativos mencionados (*idem*, 1949, pp. 27; 30).

¹⁶ A terminologia adoptada, bem com a caracterização dos utensílios de iluminação terá lugar no ponto 4.

Alguns anos mais tarde, apresenta os materiais exumados no Barranco da Nora - Castro de N^a Sr.^a da Cola (Ourique). No número 14 da estampa XL, podemos verificar um candil fragmentado no bico, no colo e na asa (*idem*, 1960).

Na intervenção arqueológica no Vale do Bôto (Castro Marim), foram identificados três candis. A referência a estes achados apresenta, além da representação gráfica e fotográfica, uma descrição minuciosa das pastas e da morfologia. A indicação cronológica é igualmente contemplada e a tipologia é definida com base na *Série Candil*, de Rosselló Bordoy (1978) (Catarino, *et alii*, 1981, pp. 9; 27).

Do final da década de oitenta, salientamos o catálogo *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, onde se exibem e descrevem os materiais provenientes de Mértola. Da autoria de Cláudio Torres, acompanhou uma exposição na Gulbenkian durante o *IV Congresso Internacional – Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, que teve lugar em Lisboa em Novembro de 1987. Entre os materiais apresentados encontram-se alguns candis (Torres, 1987, n^os 27 e 28). Um dos exemplares, em metal, é igualmente referido no catálogo *Mértola Almoravide e Almohade*, edição bilingue com textos em francês e árabe, onde se pode verificar a descrição detalhada acompanhada pela respectiva representação (Torres, 1988, s. p. fig. 14).

De 1988, afigura-se essencial referir dois importantes estudos, de Helena Catarino e de Rosa Varela Gomes. A primeira foca-se no Algarve Oriental dando a conhecer os resultados das escavações realizadas nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim (Catarino, 1988). Em ambos se identificaram candis, concretamente em Vale do Bôto e no Castelo Velho de Alcoutim. No primeiro arqueossítio, o estado de conservação permitiu a reconstituição de quatro exemplares, apresentando, alguns, superfícies vidradas em verde de óxido de cobre, predominando, no entanto, aqueles em que está ausente decoração ou vidrado. No conjunto, destaca-se um exemplar com superfícies vidradas a verde intenso (F10 – 11) (*ibidem*, p. 64).

No que respeita aos candis exumados no Castelo Velho de Alcoutim, contam-se dois exemplares inteiros e alguns fragmentos de um terceiro, onde não é visível qualquer tratamento de superfícies ou decoração. As restantes peças apresentam superfícies vidradas e decoradas, exibindo uma delas (K – 3 – 32) decoração a negro de manganés (*ibidem*, pp. 83 e 84).

Salientamos ainda, que nesta publicação são, pela primeira vez, mencionados espevitadores de candil. Utensílios de metal de pequenas dimensões, utilizados para

controlar a mecha, visando regular a intensidade da luz foram identificados em Vale do Bôto (*ibidem*, p. 55).

Relativamente à tese de Rosa Varela Gomes, foi publicada no nº 1 da revista *Xelb* intitulado-se: “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves”. As diferentes pastas, formas e decorações dos inúmeros fragmentos identificados são minuciosamente descritas e sistematizadas. O “reportório formal” revela-se igualmente útil, na medida em que permite verificar qual a representatividade de cada tipo de utensílios no conjunto analisado. A fim de apurar a origem dos diferentes materiais, a autora revela empenho na apresentação de paralelos, que se traduzem em elementos úteis à sua “integração cultural”. Entre os materiais provenientes da camada de ocupação muçulmana mais antiga, referente aos inícios do emirado, encontraram-se fragmentos de candis¹⁷, à semelhança do que se verifica nas camadas 3 (período almorávida) e 2 (período almóada) (Gomes, 1988).

Do início dos anos 90, destacamos a publicação das *Actas do IV Congresso Internacional – Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, que teve lugar em Lisboa, em Novembro de 1987. Entre os diversos artigos será pertinente referir o estudo de Santiago Macías sobre o espólio cerâmica proveniente dos silos 4 e 5 de Mértola. No conjunto apresentado encontram-se dois candis fragmentados, cuja cronologia remete para os séculos XI a XII (Macías, 1991, p. 405; 428).

Na mesma publicação, José Luís de Matos dá a conhecer a “Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila” (Vilamoura, Loulé), reportando-se, de entre as descrições de estruturas e materiais, a quatro candis. Não descarta aspectos como as dimensões, a morfologia, a técnica de fabrico, a decoração exibida e o local de proveniência de cada exemplar, acompanhadas da respectiva ilustração (Matos, 1991, pp. 429; 456).

Data do ano seguinte a publicação das *Actas do III Congreso de Arqueología Medieval Española*, realizado em Oviedo, em 1989. Entre as comunicações proferidas, Helena Catarino, referindo-se às escavações realizadas no Castelo Velho de Alcoutim, refere a identificação três candis e alguns fragmentos de colo e receptáculo. A descrição das peças acompanha o desenho (figuras 7 e 8) (Catarino, 1992b, pp. 296; 305).

De Mértola se conhece, em 1993, a proposta de datação do já referido espólio proveniente dos silos 4 e 5. No conjunto identificaram-se fragmentos pertencentes a três candis. Ainda que dois deles não permitam determinar a cronologia, o último aparenta

¹⁷ Advertimos que a autora não utiliza o termo candil, preferindo-o à designação “*lucerna*” ou “*lamparina*”.

ser califal. A descrição dos “contentores de fogo” é sumária, mas esclarecedora, incluindo a decoração, remetendo, posteriormente, para o desenho (Macías, 1993, p. 32; 33). Do mesmo autor salientamos, os vestígios arqueológicos provenientes de Moura, entre os quais diversos candis dos séculos X e XI, alguns exibindo decoração em corda seca parcial (*idem*, 1994, pp. 133; 136).

Na revista *Arqueologia Medieval*, António Rafael Carvalho e João Carlos Faria dão a conhecer as “Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal”. No espólio apresentado é referido um candil, cuja cronologia remete para os séculos IX a X (Carvalho e Faria, 1993, p. 106, fig. 9)¹⁸. Tal exemplar encontra paralelo com o que, alguns anos antes, fora exumado no Castelo de Palmela (Fernandes e Carvalho, 1993, p. 46).

Mais a sul, Amílcar Guerra e Carlos Fabião referem a existência de uma candeia fragmentada em Mesas de Castelinho (Almodôvar)¹⁹. Trata-se de um candil, único exemplar recolhido até à data, sem qualquer tipo de decoração. Os autores sugerem que poderá ser emiral, advertindo contudo, para as limitações em atribuir uma cronologia precisa, dado o estado de conservação que apresenta (Guerra e Fabião, 1993, p. 98).

Do mesmo ano é, também, o estudo dos candis da colecção do Museu Nacional de Arqueologia, de Eva-Maria von Kemnitz (1993 – 1994). A autora propõe-se a traçar um primeiro esboço da evolução formal destes utensílios islâmicos, partindo essencialmente de aspectos formais e estéticos que permitam por analogia estabelecer paralelos e determinar cronologias. Denote-se que os exemplares em análise são desprovidos de contexto arqueológico, não se conhecendo, sequer, de alguns a proveniência (Kemnitz, 1993 – 1994, pp. 427; 472).

A continuidade de ocupação no período islâmico na *villa* romana de Milreu (Estói) é, de igual modo, evidenciada pela presença de materiais cerâmicos, tendo sido identificados fragmentos de candis “tipo bico de pato” (Teichner, 1993, p. 94).

Também no Algarve, Jeannette Nolen, referindo-se às *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*, descreve um candil (mv-7, nº 17013) do séc. XI (Nolen, 1994, p. 230).

No ano seguinte são publicadas as *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, realizadas em Tondela, em Outubro de 1992, de onde salientamos o

¹⁸ No mesmo artigo é, ainda, mencionado outro exemplar. Perante a apresentação do desenho e a descrição que lhe é atribuída, sugerimos que se trata de uma candeia.

¹⁹ Exemplar igualmente referido na publicação *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500)*, vide Guerra e Fabião (2001, p. 173).

artigo referente às cerâmicas muçulmanas de Silves, entre os séculos VIII e IX. Contam-se, entre o espólio identificado, algumas “lâmparas”. A partir da descrição e do desenho apresentados, concluímos que a autora se refere a candis (Gomes, 1995, pp. 19; 32).

Do final da década de 90, destacamos um candil quase intacto proveniente do Castelo de Silves. A informação que lhe é dirigida foca-se em aspectos essencialmente morfológicos intrínsecos à peça e a similares (*idem*, 1997, pp. 249; 267).

De 1997, salientamos a publicação das actas do VI congresso da *Céramique médiévale en Méditerranée*, que teve lugar em Aix-en-Provence, em Novembro de 1995. Dos diversos artigos apresentados, remetemos para o estudo de Susana Gómez Martínez, a propósito da *Cerâmica Decorada Islâmica de Mértola*. A autora apresenta uma classificação funcional dos diversos utensílios cerâmicos, descrevendo, nas “formas de iluminação”, diversos candis, cuja cronologia se insere entre os séculos IX e XII (Gómez Martínez, 1997, pp. 311; 325).

No mesmo ano, é publicada a tese de Doutoramento de Helena Catarino, no nº6 da revista *al-Ulya*. A obra dividida em três volumes tece algumas considerações associadas ao contexto histórico e a islamização do *Gharb al-Ândalus*. Sob diferentes perspectivas, dá a conhecer aspectos que se prendem com a cultura, a administração e a sociedade, entre os séculos VIII e XIII. Procurando inferir de que modo se terão processado as dinâmicas inerentes a um processo complexo de cinco séculos de ocupação. Na cultura material a “pervivência” e a adopção de novas formas é particularmente visível, como se poderá verificar a partir da análise crono-morfológica elaborada pela autora²⁰. Segundo Helena Catarino (1997), os candis incluídos nas formas 19 A apresentam cronologias que vão desde o período emiral ao período califal. Por outro lado, os candis da forma 19 B terão começado a circular no período califal e reinos de taifa. Tais utensílios foram identificados nas intervenções arqueológicas desenvolvidas no Algarve Oriental²¹ (Catarino, 1997).

No ano seguinte, nas *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* são divulgados os resultados das campanhas realizadas no centro da cidade de Évora. O conjunto de “cerâmica árabe e medieval” identificado contempla um candil tipo “bico de pato”, descrito e desenhado (Teichner, 1998, pp. 17; 31).

²⁰ Voltaremos a esta questão no ponto 4. A fim de esclarecer a tipologia por nós adoptada.

²¹ Concretamente nos castelos de Alcoutim, Relíquias e Salir.

De 1998, salientamos, ainda, o catálogo *Portugal Islâmico - Os últimos sinais do Mediterrâneo*, que apresenta candis e espevitadores, nas fichas descritivas (AA. VV, 1998, figuras. 191 à 198, pp. 166 à 206).

Em 1999, Catarina Viegas e Ana Margarida Arruda publicam as “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”. Entre a panóplia de utensílios descritos e devidamente contextualizados, encontram-se alguns fragmentos de candis de bico, apresentando na sua maioria apresentam vidro amarelo (melado). A cronologia, segundo as autoras remete para o período que medeia os séculos X a inícios do séc. XII (Viegas e Arruda, 1999, p. 174).

Merece, igualmente destaque, o estudo de Helena Catarino publicado na revista *Arqueología y Territorio Medieval*, de onde consta um quadro com as diferentes terminologias em árabe, castelhano e português. Referindo-se, porém, à forma candil para o termo “*candeia*”, em português, remetendo “*candil*” para o castelhano e “*qandîl*” ou “*misbâh*” para o árabe. Alguns candis exumados no Castelo Velho de Alcoutim são igualmente mencionados, referindo a autora que apresentam pouca diversidade morfológica (Catarino, 1999, pp. 120).

No mesmo ano, Rosa Varela Gomes apresenta, na sua dissertação de Doutoramento, um candil de disco impresso proveniente de Silves (Gomes, 1999, pp. 276; 278), exemplar que já havia despertado o interesse de José Leite Vasconcellos no início do séc. XX (Vasconcellos, 1902b, p. 119; 123).

Em 2000, é publicado o catálogo *A Casa Islâmica*, que inclui peças da colecção do Museu Municipal de Faro (Paulo, 2000, pp. 52; 63). Nele podemos encontrar a referência a este utensílio de uso quotidiano e, certamente, indispensável de qualquer habitação. O ponto 4, onde são apresentados “os contentores de fogo”, prima pela clareza de ideias e informação que patenteiam os campos. É notória a preocupação em encontrar paralelos, bem como identificar, não só, o local de proveniência dos materiais, mas também aquele onde se encontram depositados.

Importa também referir que nas *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, no sétimo volume, dedicado à “Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica”, é publicado um artigo de Susana Gómez Martínez, intitulado “Contentores de fuego en el Gharb al-Andalus”. Nele são dedicadas algumas linhas aos utensílios de iluminação, de onde destacamos candis e candeias (Gómez Martínez, 2000, pp. 421; 434).

Mais a norte, Catarina Coelho (2000, p. 217) menciona sumariamente o aparecimento de “três fragmentos de bico de candeia no Castelo dos Mouros, em Sintra.

Um dos exemplares apresenta “pasta branca e bem depurada, com decoração a vidro melado claro”. A informação é muito sucinta e inexplicavelmente, o catálogo exibido no final do artigo não contempla luminárias. Deste modo, inferir que se poderão tratar de candis de bico, não é uma ilação isenta de dúvidas.

De Santarém, apresentam-se os vestígios islâmicos exumados no Convento de S. Francisco, encontrando-se associados à iluminação, um espevitador e um candil em bronze. O primeiro, embora fragmentado, permite verificar que teria uma pequena corrente associada e que se assemelha aos exemplares identificados em Mértola²² (Macías, 1996, p. 92, *apud* Ramalho, *et alii*, 2001 p. 159). No mesmo artigo é ainda mencionado o achado de um candil do séc. XI, muito fragmentado (*ibidem*).

Ainda em 2001, Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado dão a conhecer as cerâmicas islâmicas recolhidos em duas intervenções realizadas na Baixa Pombalina, mais concretamente no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios e Mandarim Chinês. Trata-se de um trabalho bastante completo que visa, igualmente, caracterizar o urbanismo de um dos arrabaldes da cidade (o ocidental). Relativamente aos utensílios de iluminação, as autoras apresentam diversos candis de bico com cronologias que variam entre os séculos IX e XII (Bugalhão e Folgado, 2001, pp. 111; 145).

De Alcácer do Sal, há notícia da existência de diversos candis identificados em contextos almóadas, que, segundo António Paixão e António Carvalho, “não apresentam diferenças significativas com outros provenientes do *al-Andalus*” (Paixão e Carvalho, 2001, p. 229). Verificou-se de igual modo, a existência de um candil de disco impresso, exemplar raro, cuja cronologia se insere entre a segunda metade do séc. XII e inícios do séc. XIII (*ibidem*).

Refira-se também, a publicação do catálogo *Arte islâmica*, coordenado por Cláudio Torres e onde Susana Gómez Martínez dedica algumas páginas ao estudo da “cerâmica islâmica de Mértola”. No conjunto apresentado são referidos candis vidrados e de bico de pato, datáveis dos séculos X, XI e XII, seguidos da respectiva representação fotográfica. Denote-se que a autora clarifica aspectos como a sua evolução cronomorfológica, tipos de decorações, etc. (2001, pp. 63; 70).

Do mesmo ano, destacamos o estudo sobre o *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, onde se verifica um candil de disco impresso. A descrição efectuada é pormenorizada e os autores referem que terá como paralelos o candil encontrado em

²² Vide fig.5 do capítulo 4.

Alvor (M.N.A. 995. 193), assim como alguns identificados na Qala dos Banu Hammad (Argélia) (Gomes e Gomes, 2001, nº 69). O mesmo candil de disco impresso é, também, referido em Gomes (2002, p. 19).

No catálogo *De Scallabis a Santarém*, são referidos diversos candis provenientes da Alcáçova de Santarém. A cronologia de todos os exemplares remete para o séc. XII (AA. VV, 2002, p. 153), embora, alguns apresentem características passíveis de sugerir cronologias mais recuadas.

Referente a Tavira, o catálogo publicado em 2003 apresenta candis do séc. XI. Exibindo além das ilustrações dos materiais, uma descrição morfológica completa (AA. VV. 2003, p. 304).

No ano seguinte, Susana Gómez (2004) apresenta a tese de Doutoramento acerca da cerâmica islâmica de Mértola. Seguindo uma metodologia criteriosa, refere entre o grupo das luminárias, alguns candis. Exemplares descritos minuciosamente, evidenciando a preocupação de uma análise global e privilegiando aspectos como a procura de paralelos no *al-Ándalus*.

Na revista *Trabalhos de Arqueologia* surge a referência a duas lucernas provenientes do Castelo de Silves: um dos exemplares é o já referido candil de disco impresso de período almóada, que apresenta superfícies esmaltadas, de cor verde; o segundo, mais comum, é um candil de bico (Gomes, 2004, p. 34).

Ainda de 2004, salientamos uma publicação dirigida a Alcácer do Sal, focando o período entre os séculos VIII – XIII. De particular interesse afigura-se o candil de bico curto (Carvalho, *et alii*, 2004, p. 51) que, pelas características apresentadas, poderá remeter ao período emiral, constituindo um dos mais antigos exemplares exumados em Portugal.

De Lisboa, há notícia do aparecimento de um bico de candil, durante a intervenção arqueológica no Mandarim Chinês (Bugalhão, *et alii*, 2004, p. 608). Em 2005, a publicação das cerâmicas islâmicas identificadas na “Encosta de Sant’ Ana (Lisboa)”, remete para a ocorrência de candis dos séculos IX e XII (Calado e Leitão, 2005, pp. 459; 470).

No mesmo ano, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes apresentam os resultados da campanha de 2003, no *Ribat* da Arrifana. No conjunto de materiais islâmicos estão representados alguns candis fragmentados (Gomes e Gomes, 2005, pp. 471; 533).

Ainda em 2005, Helena Catarino publica na *Revista Portuguesa de História* a “História da cultura material de época islâmica (...)”, tendo como exemplo uma cozinha

e os utensílios aí exumados no Castelo Velho de Alcoutim. No espólio mencionado encontra-se um candil de bico (fragmentado) (Catarino, 2005a, p. 369).

No artigo intitulado “Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V – X)”, a mesma autora refere a identificação de um candil na mina de Santo Estêvão (Silves). Tal luminária apresenta decoração em corda seca parcial, encontrando-se em Lisboa, no acervo do Museu dos Serviços Geológicos (*idem*, 2005 – 2006, p. 118).

Igualmente relativo ao Algarve, um artigo publicado na *Revista Portuguesa de Arqueologia* refere a identificação de um candil no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos). Do exemplar, resta apenas um fragmento do bico, descrito com minúcia e acompanhado pelo respectivo desenho. Pelas características exibidas, os autores sugerem que a sua cronologia poderá situar-se entre os séculos VIII e X (Silva e Silva, 2005, pp. 55; 106).

De 2006, salientamos dois artigos, proferidos aquando do *Seminário Internacional de Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, intitulado *Al-Ándalus espaço de mudança*. O primeiro, da autoria de Félix Teichner e Thomas Schierl M. A., é referente ao Cerro da Vila, apresentando, entre os materiais em análise, candis com bico de pato e com perfil bitroncocónico. No conjunto, os autores salientam um exemplar com decoração em engobe castanho-manganés (XXVI – 2), com corpo globular de grandes dimensões, associando-o tais características a contextos emirais e califais (Teichner e Schierl, 2006, p. 136).

O segundo artigo, patente na mesma publicação, da autoria de Mário Barroca e Maria José Santos, concerne à análise de um candil, cuja proveniência remete para uma freguesia do concelho de Penafiel. Exemplar que os autores associam à fase inicial do Califado Omíada de Córdova, é de acrescida importância pelo facto de ter sido encontrado a norte do Douro (Barroca e Santos, 2006, pp. 312; 317).

No mesmo ano, a revista *Trabalhos de Arqueologia* divulga, novamente, os resultados das intervenções realizadas no núcleo urbano de Silves. Tendo sido identificada uma luminária atípica em bronze (Silv. I58) de influência oriental, exemplar único em forma de prisma octogonal decorado com oito lóbulos (Gomes, 2006, fig. 1. 47, p. 48).

Referente a esta cidade é, também, o estudo de Ana Cristina Ramos, publicado no nº6 da revista *Xelb*. Baseando-se na tipologia desenvolvida por Helena Catarino, (1997/1998) refere o aparecimento de candis (tipo 19 B) dos séculos X a XI (Ramos, 2006, p. 68).

Na mesma publicação, encontramos referência a um candil identificado em Coimbra, no Beco das Condeixiras. O exemplar, praticamente intacto, foi identificado no decurso das escavações arqueológicas dirigidas por Jorge de Alarcão e Pedro Carvalho, sendo mencionado num artigo da autoria de Helena Catarino e Sónia Filipe (2006, p. 75).

Os diversos utensílios de iluminação, provenientes de um arrabalde de Silves motivaram o estudo de Maria José Gonçalves, Alexandra Pires e Carolina Mendonça (Gonçalves, *et alii*, 2007, pp. 643; 653). Dos 176 exemplares recolhidos, a análise realizada permitiu totalizar diversos tipos formais, destacando-se, de entre os mais comuns, a forma A. 14, que encontra paralelos em Faro e em Mértola. Segundo as autoras poderá tratar-se de uma produção regional (Gonçalves, *et alii*, 2007, pp. 643; 653).

No catálogo de cerâmicas provenientes do *Ribat* da Arrifana (Aljezur) é apresentado um candil (nº 4 “lucerna”) com decoração em corda seca parcial (Gomes e Gomes, 2007, p. 92).

Na “Casa do Lanternim”, em Mértola, foi também identificado um candil, parcamente descrito, mas representado fotograficamente, cuja cronologia deverá localizar-se entre os séculos XI e XII (Rafael e Lopes, 2007, p. 494).

De igual modo, se afigura pouco detalhada a informação associada aos candis identificados aquando da intervenção arqueológica do Cine - Teatro Fareense, datáveis dos séculos X – XI. Alguns apresentam vidrados, outros pingos de vidro no disco (Brazuna e Ramos, 2007, p. 540).

Do mesmo ano, há notícia de um candil exumado na Praça da República, na cidade de Beja, que como frisa a autora, não apresenta sinais de uso, o que poderá prender-se com um defeito de fabrico. A peça conserva, no interior do bico, um pequeno espevitador de chumbo, encontrando-se quase intacta, como ilustram o desenho e a fotografia (Pinto, 2007, p. 528).

Na mesma publicação, pode encontrar-se um artigo, da autoria de Filipe Santos, referente ao povoado rural dos Alcariaais de Odeleite (Castro Marim). A abordagem aos materiais identificados remete para o achado de alguns fragmentos de candis, apresentando superfícies com pingos de vidro verde ou amarelo, por vezes delimitados por traços de manganés. A informação relativa a estes materiais é sintética. Acresce que na representação fotográfica, pode, apenas, observar-se um bico de candil fragmentado (fig. 10 G), o que por certo, terá dificultado a associação destes exemplares

a cronologias mais precisas, remetendo o autor os materiais exumados para o período que decorre entre os séculos IX e XII (Santos, 2007, pp. 582; 584).

De Lisboa referimos dois artigos, ambos relacionados com o arrabalde ocidental, onde se expõe o número de exemplares patentes nos vários contextos intervencionados no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês. Entre o espólio exumado, verificou-se que apenas 5% do total de utensílios cerâmicos correspondia a estas luminárias. A sua cronologia remete para os séculos XI e 1ª metade do séc. XII, tendo sido identificados, em menor número, alguns exemplares do séc. X (Bugalhão, *et alii*, 2007, 317; 344). No outro estudo apresentam-se algumas conclusões do projecto de investigação desenvolvido (Bugalhão, *et alii*, 2008, pp. 113; 134).

No ano seguinte, Maria José Gonçalves apresenta a sua dissertação de Mestrado, dedicada ao estudo de Silves, dando a conhecer os resultados de três anos de intervenções arqueológicas realizadas na parte baixa da cidade (Gonçalves, 2008). Os trabalhos efectuados revelaram importantes estruturas, que inequivocamente deixaram o seu contributo a novas interpretações. Entre a cerâmica de uso doméstico, a autora identificou alguns candis, inserindo-os na tipologia que desenvolvera, divulgada na revista *Vipasca* (Gonçalves, *et alii*, 2007, pp. 643; 653).

Do biénio seguinte, consideramos pertinente referir um artigo da autoria de Mário Barroca, onde pode ler-se “Em termos de espólio móvel, há vestígios mais setentrionais, nomeadamente o achado de candis árabes junto a Chaves (hoje conservados na colecção do Museu Flaviense). No entanto, e como já referimos a propósito do espólio germânico, a mobilidade destes testemunhos diminui o seu valor probatório” (Barroca, 2008 - 2009, nota 79, p. 205). Tais achados encontram-se publicados num artigo de Sérgio Carneiro e Ana Gomes, intitulado “Candis e trempes islâmicos do Museu da Região Flaviense”. Da sua análise pode inferir-se que os quatro exemplares são isentos de decoração, apresentando pastas bem depuradas de tom claro. As datações que lhe são atribuídas situam estes achados entre meados do séc. X e primeira metade do séc. XI, tendo por base, exclusivamente, as suas características morfo-tipológicas, ignorando-se por completo o contexto de exumação. Quanto às quatro trempes, segundo apuraram os autores, encontram paralelos às dos fornos islâmicos de Múrcia, inserindo-se no séc. XI. A proveniência destes materiais é incerta, podendo estar associados a uma localidade da periferia de Chaves, denominada Veiga de Chaves, incorporando o acervo do supracitado museu em meados da década de 80 (Carneiro e Gomes, 2005, pp. 108; 111). A informação referente ao achado de candis nos arredores de Chaves é particularmente

importante, na medida em que a presença destas luminárias no Norte do país é rara. Por outro lado, tal como advertem os autores, a origem destes artefactos não está isenta de dúvidas.

Mais recentemente, na revista *Xelb* foi publicado um artigo referente aos materiais cerâmicos de período islâmico identificados em Coimbra. No conjunto há referência a um bordo de candil, que apresenta pasta branca e pingo de corda seca, exumado em níveis estratigráficos dos séculos X – XI (período califal / reinos de taifa) (Catarino, *et alii*, 2009, p. 338).

Na mesma publicação há ainda a salientar dois artigos. O primeiro, da autoria de Luís Paulo, refere-se à cidade de Tavira, remetendo para a representação gráfica de alguns candis provenientes de *Balsa* (Paulo, 2006, p. 151 *apud* Paulo, 2009, p. 591, fig. 17).

Merece, igualmente, destaque a referência aos materiais islâmicos exumados na margem direita do Guadiana (Reguengos de Monsaraz), onde se identificou, no sítio designado “Monte Roncanito 10” um candil vidrado (Gómez Martínez, *et alii*, 2009, fig. 12, p. 691).

Feita a resenha bibliográfica das informações disponíveis a partir do séc. XIX até aos inícios do séc. XXI (últimas publicações consultadas datam de 2008 – 2009), constata-se que é, sobretudo, a partir da década de 80 do séc. XX que se conhecem, em maior número e com informações mais contextualizadas, aspectos que analisaremos nos capítulos seguintes.

- **As candeias:** tal como se verificou, aquando da sinopse bibliográfica das lucernas e candis, as primeiras referências escritas, que mencionam o aparecimento de candeias podem encontrar-se n’ *O Archéologo Português* e remontam ao início do séc. XX.

Em 1906, no espólio proveniente de Loulé, nos “objectos encontrados avulsamente”, encontra-se uma “candeia vidrada de amarello escuro, aberta”. A informação resumida, na ausência de ilustração, permite, pelo menos, distinguir a candeia aberta dos demais artefactos (Sá, 1906, p. 200).

Na década de 40, Abel Viana descreve alguns exemplares de candeias recolhidos em Beja e que integram a colecção do Museu Regional daquela cidade (Viana, 1945, p. 333; 338). Na “vitrine” reconhecem-se três candeias de bordo trilobado e sem asa, referindo-se o autor à existência de mais três exemplares no Museu (*ibidem*, p. 337).

Nos anos 60, tem início a investigação no “templo cristão-visigótico” de S. Gião (Famalicão, Nazaré), devendo-se a sua descoberta a Eduíno Borges Garcia em 1961. Alguns anos mais tarde, na publicação de uma conferência proferida em 1965, D. Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia, reiteram as suspeitas iniciais, relativas à cronologia da igreja, apresentando alguns elementos arqueológicos e arquitectónicos corroborantes. Interessa-nos, particularmente, a sumária referência ao aparecimento de uma “lucerna (com fractura): Cartaginesa? Árabe? Visigótica? Medieval?” (Almeida e Garcia, 1966, p. 6). O depósito aberto, o bico trilobado e a pasta grosseira denunciam a presença de uma pequena candeia, com vestígios de utilização. Não obstante, a simplicidade morfológica exibida, tanto poderá remeter este utensílio para o período islâmico, como para épocas posteriores. Preconizando complementar tais informações, remetemos para outro artigo, também da autoria de Eduíno Borges Garcia (1978), onde pode ler-se que, nas escavações decorridas entre 1965 – 1966 foi identificada, entre outros materiais, uma “lucerna de barro grosseiro” provavelmente moçárabe (Garcia, 1978, p. 10), ainda que tal afirmação não se faça acompanhar de qualquer esclarecimento.

Na década seguinte, José Luís de Matos propõe-se a uma análise do espólio medieval que integra a colecção do Museu Hipólito Cabaço, em Alenquer. De particular interesse afiguram-se as “45 lâmpadas de iluminação” patentes no acervo. Embora sem descrição pormenorizada, pelas fotografias exibidas podemos depreender que se tratam de pequenas candeias com e sem asa (Matos, 1971, pp. 571; 576).

Já nos anos 80, o catálogo *Cerâmica Islâmica Portuguesa* dá a conhecer, entre os diversos materiais identificados, candeias provenientes de Mértola (Torres, 1987, nºs 29 e 30 e 31), materiais também exibidos no catálogo bilingue *Mértola Almoravide et Almohade*, publicado no ano seguinte (Torres, 1988, figuras 15, 16 e 17)²³.

Ainda em 1988, salientamos a tese de Mestrado de Rosa Varela Gomes, estudo completo, que apresenta uma descrição minuciosa das cerâmicas islâmicas exumadas durante as intervenções arqueológicas realizadas no Castelo de Silves. A metodologia criteriosa, utilizada pela autora, permite apreender a informação de forma clara. Neste sentido, destaca-se, entre os materiais da camada 2, uma candeia (nº inv. Q8/C2-6), por apresentar características formais pouco comuns (Gomes, 1988, p. 213). A luminária apresenta “corpo cilíndrico, pequeno bico, e um elemento, possivelmente, de suspensão

²³ A fig. 17 (com o nº de inventário CR/CF/0003) respeita a uma candeia de pé alto.

no interior do corpo. As superfícies são esmaltadas, de cor verde turquesa (...) (*ibidem*, p. 168). Prosseguindo a descrição desta peça, a autora refere a ausência de paralelos conhecidos. Porém, pela semelhança morfológica verificada, julgamos que deverá assemelhar-se a um exemplar identificado em Alcácer do Sal, de que adiante nos ocuparemos. A autora menciona, ainda, o aparecimento de candeias de pé alto com peanha circular e pega que une o corpo à base, provenientes também da camada 2.

Em 1991, aquando da publicação das Actas do *IV Congresso Internacional – Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Rosa Varela Gomes volta a apresentar a supracitada candeia “invulgar”, incluindo-a no conjunto de materiais almóadas do Castelo de Silves (Gomes, 1991, fig. 24, p. 399).

Reportando-se igualmente ao Algarve, é publicado um artigo de Helena Catarino referente à fortificação muçulmana de Salir (Loulé) e aos resultados das intervenções arqueológicas aí levadas a cabo. Entre os materiais da camada 2, encontra-se uma candeia fragmentada, aqui minuciosamente descrita (Catarino, 1992a, fig. 12, nº 3, p. 45).

No ano seguinte, a revista *Vipasca* divulga os resultados das campanhas realizadas, entre os anos de 1989 – 1992, no Castelo de Aljustrel, implantado em local estratégico do ponto de vista militar e onde há registo de diversos materiais que atestam a ocupação islâmica (Ramos, *et alii*, 1993, p. 13). No supracitado conjunto há referência a duas candeias, uma delas de pé alto, da qual apenas resta parte do pé. A descrição destes materiais, a par de outros recolhidos no mesmo contexto arqueológico é complementada pelo respectivo registo gráfico (*ibidem*, pp. 34 e 35).

Do mesmo ano, referimos uma candeia proveniente de Alcácer do Sal, publicada por António Rafael Carvalho e João Carlos Faria, na revista *Arqueologia Medieval*. Tal exemplar apresenta-se fragmentado, restando parte da base, com bico e arranque de asa (Carvalho e Faria, 1993, fig. 17, p. 107). A forma pouco comum desta luminária, identificada em contextos dos séculos XII e XIII, encontra paralelo em Silves com a supracitada candeia nº Q8/C2-6 (Gomes, 1988, p. 239).

No estudo da colecção de candis do Museu Nacional de Arqueologia, é mencionada uma candeia proveniente do Castelo de Mértola, sendo, igualmente, referidos escassos fragmentos de candeias de pé alto, oriundos de Beja e Mértola (Kemnitz, 1993 – 1994, p. 452; 454).

Entre as cerâmicas identificadas em silos no Castelo de Salir, Helena Catarino refere uma candeia de pé alto “com receptáculo de bordo adelgaçante, paredes curvo-convexas

em taça e pequeno bico em pinça. Trata-se de uma peça com superfícies de tom melado escuro”. A cronologia desde exemplar localiza-se entre os séculos XII e XIII, encontrando paralelo em Mértola (Torres, 1987, p. 31 *apud* Catarino, 1995, p. 29).

A reconhecida importância das cerâmicas islâmicas de Salir traduziu-se numa publicação do Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, onde a autora, de forma concisa e sistematizada, apresenta a descrição de uma candeia completa, bem como o seu desenho e fotografia (Catarino, 1996, p. 28). Esta peça, cuja datação remete para os séculos XII e XIII, encontra paralelo em Mértola (Torres, 1987, fig. 29; *idem*, 1988, fig. 15). As suas características morfológicas não se afiguram comuns, evidenciando um fabrico mais cuidado contrastando, de certo modo, com a generalidade das candeias deste período, caracterizadas pela simplicidade formal.

No mesmo ano, é publicado o estudo referente ao espólio da Cerca do Convento (Loulé) onde se encontra um fragmento de base de candeia de pé de pasta laranja e com vidro de tonalidade castanha-escura (Luzia, 1996, p. 71).

Publicada em 1997, na revista *al-Ulyã*, a tese de Doutoramento de Helena Catarino, a que já nos referimos, dá a conhecer os resultados das várias intervenções realizadas no Algarve Oriental. No Castelo de Salir, embora em escasso número, como refere, foram exumadas candeias de período almóada, correspondentes aos tipos 19 C e 19 D, segundo o “quadro morfológico e periodização dos principais tipos de candeias” (Catarino, 1997, p. 801). Inserem-se no primeiro as candeias de depósito aberto; por sua vez, o segundo é referente às candeias de pé alto. Os exemplares dos dois tipos encontram-se desenhados (*ibidem*, est. CIII, figuras 1 e 2, p. 1187).

Em 1998, no catálogo *Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo* é referida uma candeia em bronze proveniente do Castelo de Silves. O exemplar, datado do séc. XII, integra o acervo do Museu Nacional de Arqueologia (AA. VV., 1998, fig. 194).

No Castelo de Salir, a intervenção realizada em 1998 pôs a descoberto diversas estruturas e espólio associado, integrando o conjunto, uma candeia de pé alto (K10-3-380). Este exemplar encontra-se fragmentado, tendo restado somente a parte superior (bordo, bico, arranque da asa e do pé), como se pode verificar na sua apresentação gráfica (Catarino, 1999 – 2000, fig. 11, nº 4, p. 118).

Em 2000, no catálogo *A Casa Islâmica*, encontramos referência aos contentores de fogo, entre os utensílios de uso doméstico. No conjunto de luminárias provenientes do

Largo da Sé (Faro), contam-se quatro candeias sem decoração (Paulo, *et alii*, 2000, pp. 61 e 62).

Do mesmo ano se conhece o espólio do silo 7 na Rua da Judiaria (Almada), da escassa informação apresentada, importa reter o aparecimento de uma candeia de depósito aberto e um fragmento de outra, de pé alto (Leal, 2000, p. 204). Segundo a autora, apresentam paralelo com os utensílios de iluminação identificados no Castelo de Aljustrel (Ramos, *et alii*, 1993, p. 34 *apud* Leal, 2000, p. 204).

Remetemos, ainda, para o estudo de Susana Gómez, publicado nas *Actas no 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, que refere contentores de fogo. A autora define a terminologia adoptada, na sequência da classificação funcional elaborada alguns anos antes²⁴, aludindo a exemplares de candeias e candeias de pé alto (2000, pp. 421; 434).

A mesma publicação divulga, entre os materiais provenientes de Cacela Velha, uma candeia de pé alto, descrita aquando da análise das cerâmicas almóadas aí exumadas (Alvaro Sánchez, 2000, pp. 453; 464).

No ano seguinte, de novo na revista *al-Madan*, é referido, num sintético artigo, o achado de candeias durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, na Avenida Miguel Fernandes, em Beja. Estes materiais encontram-se associados a outros utensílios de cerâmica islâmica de uso doméstico - caçoilas, panelas, copos e taças, provenientes do interior de mais de três dezenas de silos, aí identificados (Martins, 2001, p. 189).

Do catálogo que se seguiu à exposição *Garb Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, salientamos um artigo referente às cerâmicas almóadas de Alcácer do Sal. Da autoria de António Cavaleiro Paixão e António Rafael Carvalho, apresenta, entre o espólio em análise “contentores de fogo”, onde se encontra a par de um candil de disco impresso e de um fogareiro, um “candil de pé alto”. O último corresponde a uma candeia de pé alto, da qual restam apenas fragmentos da peanha, do receptáculo e dos arranques do pé e da asa, como se pode inferir a partir do desenho (Paixão e Carvalho, 2001, 199; 229).

Em Tomar, a intervenção arqueológica realizada no Castelo revelou inúmeros materiais atribuíveis aos meados / finais do séc. VIII e ao terceiro quartel do séc. XIII. Entre as cerâmicas comuns identificadas, pode observar-se, a existência de uma candeia fragmentada, de bico trilobado e sem asa (fig. 6 H) (Ponte, *et alii*, 2001, p. 433).

No catálogo *Arte islâmica* publicado em 2001, Susana Gómez referindo-se à “cerâmica islâmica de Mértola” alude a três candeias vidradas e uma de pé alto. Dois

²⁴ Vide Gómez Martínez (1997, p. 323).

dos quatro exemplares apresentados são inéditos (n^{os} 101 e 103), os outros dois já haviam sido publicados (Torres, 1987, p. 29 e 30; *idem*, 1988, figuras 15 e 16 *apud* Gómez Martínez, 2001, pp. 160 161).

Mencionam-se do mesmo ano, os materiais provenientes do *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, de onde se destacam candeias com e sem pé alto (Gomes e Gomes, 2001, figuras 60, 61, 70 e 214). Além de uma descrição minuciosa, o catálogo apresenta fotografias dos diversos utensílios. Segundo Rosa Varela Gomes todas as candeias (“*lamparinas*”) identificadas em Silves remontam à fase final de ocupação muçulmana (séculos XII – XIII) (Gomes, 2002, p. 41).

Em Santarém, identificou-se uma candeia de bordo trilobado. Muito embora a sua cronologia remeta para o século XIII, os autores advertem para a utilização desta forma na longa diacronia (Mendes, H., *et alii*, 2002, pp. 259; 276).

De Loulé há notícia do aparecimento de mais uma candeia, proveniente da Cerca do Convento. A este exemplar, fragmentado no reservatório e no bordo, é atribuída uma cronologia entre os séculos XII e XIII (Luzia, 2003, p. 58).

Em 2004, a tese de Doutoramento de Susana Gómez Martínez dá a conhecer as cerâmicas islâmicas de Mértola. Já havíamos referido a importância deste estudo, a propósito dos candis. Porém, importa salientar que no espólio descrito se encontram candeias, de depósito aberto e de pé alto, exemplares cujas cronologias se situam entre os séculos XII e as primeiras quatro décadas do século seguinte.

Em 2006, na revista *Xelb*, é publicado um artigo onde são apresentados os resultados da intervenção arqueológica realizada no Teatro Gregório Marcarenhas, em Silves. Além dos supracitados candis, a autora informa que foram exumadas candeias, com e sem pé alto, datáveis dos séculos XII e XIII (Ramos, 2006, p. 68).

Na mesma publicação, consideramos pertinente referir o artigo que se propõe ao estudo dos materiais cerâmicos provenientes da “Lixeira 2” da “Pensão Castelo”, em Tavira. No conjunto em análise, encontram-se raros exemplos de contentores de fogo. Neste sentido, salientamos a presença de uma pequena candeia, de bico trilobado, no canto superior direito da fig. 2 (Basílio, *et alii*, 2006, p. 109).

De Arouca, salientamos a presença de uns “pratinhos covos”, provenientes do Castelo. As características morfológicas que patenteiam não isentam de dúvidas uma

presumível utilização como recipientes de iluminação (Silva e Ribeiro, 2006 – 2007, pp. 79 e 86)²⁵.

Em 2007, na revista *Vipasca*, é divulgado um estudo acerca da evolução tipológica de utensílios de iluminação provenientes de um arrabalde de Silves. Estudo de particular interesse, atribui aos candis e candeias os tipos A, B, C e D e respectivos sub-tipos. As candeias incluem-se nos tipos C1 e C2, quando apresentam depósito aberto e no tipo D quando têm pé alto. Estes exemplares encontram-se associados ao período almóada, prevalecendo face aos candis (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 645).

Na sua dissertação de Mestrado, Maria José Gonçalves, utilizando a tipologia supracitada, apresenta entre os materiais identificados, candis e candeias com e sem pé alto, incluindo as respectivas descrições e desenhos (Gonçalves, 2008).

Do ano seguinte, destacamos dois artigos publicados no nº 13 da revista *al-'Ulyã*. O primeiro, da autoria de Mário Varela Gomes, refere um conjunto de materiais inéditos, dos períodos almorávida e almóada exumados numa intervenção realizada no Castelo de Loulé. O conjunto em análise provém de um silo de grandes dimensões, posteriormente utilizado como lixeira. Na diversidade de materiais identificados contam-se quatro candeias quase intactas, como se depreende das descrições e dos desenhos apresentados (Gomes, 2009, pp. 66 e 67).

Por último, num artigo da autoria de Isabel Luzia, igualmente referente a Loulé, parco nas descrições, alude-se, entre os diversos grupos formais que compõem o espólio em análise, à existência de fragmentos de candeias (Luzia, 2009, p. 90 e 96).

Denota-se um acréscimo das publicações que referem estas luminárias nas últimas décadas, ainda que em menor número, quando comparadas com as lucernas e candis. Tal situação poderá dever-se, entre outras razões, à simplicidade formal das candeias, constituindo artefactos “menos apelativos”, perante a sumptuosidade da decoração dos discos das lucernas ou dos esbeltos traços que exibem os candis.

Por outro lado, é a sua morfologia que se perpétua. Veja-se, a título de exemplo, o artigo de Isabel Fernandes e António Rafael Carvalho publicado nas *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, em 1995, referente ao estudo do espólio proveniente de Palmela, concretamente da rua do Castelo. Na camada 7b, remetendo para cronologias entre os finais do séc. XIV e a primeira metade do séc. XV, encontrou-se uma candeia (Fernandes e Carvalho, 1995, pp. 91 e 94). A descrição e o

²⁵ Assunto que será discutido aquando da análise da distribuição geográfica das diferentes luminárias.

desenho ai inclusos não apresentam diferenças, comparativamente às candeias de depósito aberto, de período almóada. Idêntica situação se verifica aquando da publicação *Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, onde a autora apresenta o desenho de uma candeia associada a materiais dos séculos XIV e XV, provenientes do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia (Fernandes, 2004, pp. 268 e 270).

Anos mais tarde, durante a intervenção no Claustro do Convento da Graça, em Tavira, identificou-se uma candeia que se associa à produção local, datando dos séculos XV ou XVI (Lopes, *et alii*, 2006, p. 315). Em analogia, refira-se, na análise dos materiais dos séculos XV e XVI, provenientes da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, candeias de depósito aberto e um exemplar de alto fragmentado (Gaspar, *et alii*, 2009, fig. 16, n.ºs 45, 46 e 47, p. 666).

Servem os exemplos para evidenciar a continuidade destas luminárias, na Baixa Idade Média e Época Moderna. Os artefactos que apresentam depósito aberto verificam-se mais comuns, em relação aos que apresentam pé alto, como adiante se evidenciará.

4. Os objectos de iluminação em estudo

A “vitória sobre a noite” no período romano era conseguida por meio de tochas (*taedae, faces*), velas (*candelae*), lanternas (*lanternae*) e lâmpadas de azeite (*lucernae*) (Amaré Tafalla, 1987, p. 15), constituindo a panóplia de objectos utilizados nas mais diversas ocasiões. As lucernas, empregues tanto na iluminação pública como na privada, estavam presentes em diversos momentos da vida laica e religiosa, associadas ao culto dos mortos, a rituais sagrados, à superstição e conotadas com o fogo e a purificação por ele alcançada (*idem*, 1984, p. 9). A luz artificial tornava propícia a actividade nocturna, permitindo a frequência em actividades culturais, p. e.²⁶. Por outro lado, dentro de casa, além das lucernas (*lucernae*) eram também utilizadas velas (*candelae*); quando levadas para rua em conjunto, formavam lanternas (*lanternae*) (Alarcão e Ponte, 1984, p. 77).

A lucerna tornou-se um dos utensílios de iluminação mais comuns, vulgarizando-se por todo o mundo romano, daí que seja comumente identificada em boa parte dos sítios arqueológicos (Beltrán Lloris, 1978, p. 179). Quando esta situação não se verifica, poderão levantar-se algumas questões, como se verificou aquando da intervenção

²⁶ Tal como se pode depreender do conjunto de 88 lucernas identificadas no Teatro Romano de Lisboa (Diogo e Sepúlveda, 2000, pp. 153; 161).

arqueológica na lixeira Baixo-Imperial na Quinta das Longas, em Elvas. Tendo em conta o contexto, seria expectável identificar exemplares rejeitados, dada a fragilidade e rápida substituição que comumente se lhes associa. Com alguma estranheza, os autores referem a escassez de fragmentos de lucernas aí exumados²⁷ (Almeida e Carvalho, 2005, p. 314).

Além da frequência com que se identificam, caracterizam-se pela qualidade estética das decorações que apresentam no disco e orla²⁸. Desde modo, especialistas das mais diversas áreas têm investido no seu conhecimento, o que terá contribuído para a elaboração de diversas tipologias (Bernal Casasola, 1995, p. 369). O seu estudo permite analisar os gostos da sociedade romana, identificando possíveis semelhanças entre os motivos representados em lucernas de longínquas partes do Império, porventura “envolvidas”, num processo de “standardização cultural” (Amaré Tafalla, 1987, p. 43).

Por outro lado, será também aliciante identificar traços regionais que se perpetuaram num horizonte espacial restrito. Neste sentido, Morillo Cerdán alerta para a existência de algumas lacunas, no que concerne ao estudo destes objectos na Península Ibérica, que ainda não foram colmatadas pela investigação. Afigura-se, assim, necessário verificar se determinadas formas, atribuídas a contextos estratigráficos bem definidos na Península Ibérica, corroboram ou refutam as datações propostas por algumas tipologias, que as definem, executadas a partir do estudo de colecções de outras regiões do Império (Morillo Cerdán, 1990, pp. 143; 145; *idem*, 1993, p. 353).

Perante a diversidade de formas, umas coevas, outras sucessivas entre si, muitos autores reconheceram nas lucernas um elemento de datação de excepcional relevo. Todavia, ainda que haja uma certa unanimidade em considerar o contributo destas peças para estabelecer cronologias, denotam-se “diferentes graus de aceitação”. Em muitas publicações, os autores não hesitam em considerar estas luminárias como um elemento de datação de primeira grandeza, caracterizando-as como “fósseis - directores”, evidenciando até, que essa é a sua principal utilidade (Sousa, 1965/1966, p. 165). Outros investigadores, embora considerem significativo ou aliciante o contributo de tabelas tipológicas, que visam obter datações, defendem que as diferenças morfológicas

²⁷ A este respeito, referimos, a título de exemplo, uma observação de Estácio da Veiga que, analisando o espólio fúnebre de uma necrópole no Montinho das Laranjeiras verifica “não haver junto de algum dos sepultados uma única (...) candeia de barro” como seria de esperar numa necrópole romana. Levando o autor a depreender que “não eram cidadãos romanos que allí jaziam mas uns míseros indígenas” (Veiga, 1887, vol. 2, p. 488). Este raciocínio é por si só, revelador da frequente identificação de lucernas, também, neste tipo de contextos.

²⁸ Os motivos decorativos das lucernas são comuns a outros utensílios de cerâmica coevos (Vegas, 1966, p. 81).

por estas referidas, não constituem um elemento seguro para atribuir uma cronologia precisa, devendo ser encaradas como um indicador, a confrontar com as datações passíveis de obter através da estratigrafia. Segundo Amaré Tafalla “no existe una plena evolución lineal”, deste modo, apesar do contributo que os diferentes quadros tipológicos podem oferecer, há sempre dúvidas em relação à cronologia de alguns subtipos (Amaré Tafalla, 1984, p.13). Outro aspecto que importa clarificar reside na conjugação de várias tabelas, por forma a confrontar as cronologias atribuídas por cada autor. Numa primeira instância, a ideia que preconiza obter resultados mais precisos é confrontada com o facto das “conversões” nem sempre encontrarem uma correspondência exacta entre si (Celis Betriu, 2005, s. p.).

Deste modo, será indicado confrontar as datações propostas pelas tabelas com os contextos estratigráficos dos achados, sem basear a análise somente em características morfológicas, sem um critério científico que as corrobore. Nas palavras de Celis Betriu, “Las lucernas necesitan de su contexto estratigráfico para ser fechadas” (*ibidem*, s.p).

Consideramos válido o contributo das tabelas tipológicas. No entanto, sempre que o contexto dos achados for conhecido, não deverá ser negligenciado, sob pena de comprometer os resultados obtidos, numa primeira análise.

A fim de clarificar alguns termos utilizados no decurso do texto, optámos por apresentar um quadro com as diversas formas, equivalências e cronologias de referência, das lucernas tardias (*vide* anexo 2).

No que respeita aos candis e às candeias, ainda que não se assista a idêntica vulgarização de tabelas, a investigação que tem vindo a ser realizada na Península Ibérica, baseando-se na análise de contextos estratigráficos, possibilita, com alguma segurança, conhecer a sua evolução formal. Para o efeito, em muito contribuíram os trabalhos pioneiros de Guillermo Rosselló-Bordoy e Juan Zozaya. Incidindo num horizonte espacial restrito ao *al-Ándalus*, tais ferramentas poderão contribuir para refinar as cronologias propostas pelos diferentes investigadores. Por outro lado, uma análise que se fundamente exclusivamente em características morfológicas ou baseando-se em paralelos, apenas deverá ter lugar quando o contexto estratigráfico for uma incógnita, facto particularmente recorrente nas colecções de muitos museus, o que condiciona a informação passível de retirar do seu estudo.

De facto, a presença de candis nestas colecções poderá relacionar-se com diversos aspectos. Em primeiro lugar, eram as luminárias mais comuns em época islâmica (Vidal Terruel, *et alii*, 2008, p. 65), sendo frequente a sua identificação em sítios deste período.

Terão, igualmente, contribuído para a sua recolha, as características morfológicas que apresentam, que logo os conotam de peças “árabes”, em detrimento de outros materiais (Retuerce Velasco, 1998, p. 383). Além disso, são peças que apresentam menor susceptibilidade à fragmentação e uma forte componente estética, tornando-se mais apelativos comparativamente a outros utensílios coevos. Denote-se que, à semelhança do que se verificou com outros utensílios de cerâmica deste período, os primeiros estudos realizados “fizeram-se mais numa perspectiva relacionada com a História de Arte do que com a Arqueologia” (Catarino, 2005a, p. 364).

Se, por um lado, o “coleccionismo” destes artefactos contribuiu para a sua salvaguarda, por outro, levou ao seu irremediável “desenraizamento”.

Destacando-se dos demais utensílios de iluminação em análise, as candeias afiguram-se com alguma frequência como um objecto de estudo mais apetecível sob o ponto de vista da Etnografia, do que propriamente da Arqueologia. Não obstante, a informação passível de aferir a partir da perspectiva etnográfica é igualmente pertinente.

Ao contrário das lucernas romanas ou dos candis islâmicos constituem luminárias que perduraram na longa diacronia, sendo relativamente comuns até que “O gaz, o petróleo, a estearina, fazendo uma profunda revolução no systema iluminatorio, puzeram em debandada aquelles agentes, que se podem considerar relíquias archeologicas” (Viterbo, 1913, p. 59). As referências do início do séc. XX, com que frequentemente nos deparamos, evidenciam uma certa nostalgia perante tais luminárias, evidenciando a sua importância no lar. Rocha Peixoto, dedicando-se à *Iluminação Popular* remete para a sua inequívoca utilidade, fazendo referência ao elemento transversal a todos os utensílios de iluminação – o fogo - tornando-se clara a necessidade da sua conservação “como recurso maravilhoso e até divino!” (Peixoto, 1905, p. 3).

Sob a perspectiva da Arqueologia, quem se dedica ao estudo de luminárias depara-se com uma “mescla terminológica”, que poderá condicionar ou, em última instância, conduzir a interpretações erróneas por parte do leitor. É relativamente comum verificar que o número de “candeias”, patente em inúmeros estudos, é, subitamente, reduzido, quando nos apercebemos que, na realidade, estamos perante lucernas ou candis.

Acrescente-se que o estudo das candeias torna-se pertinente, na medida em que consubstancia o desenlace da evolução morfológica, que se vem assistindo desde a lucerna romana, ou da sua ancestral grega - *lychnus*. Um estudo da iluminação na longa diacronia não faria sentido sem a referência às candeias.

4.1. Partes constituintes, tipos de fabrico e decorações

A abordagem sumária aos processos de fabrico e distintos elementos que compõem as lucernas, os candis e as candeias afigura-se útil, sobretudo como forma de clarificar termos para os quais frequentemente remeteremos no decurso do texto. Como veremos, o processo de fabrico no período romano caracteriza-se pelo recurso generalizado à moldagem e pela sua ampla utilização. Por outro lado, na Idade Média denota-se o progressivo abandono desta técnica. Registando-se com menor frequência, é preterido ao fabrico manual e a torno (Gómez Martínez, 2004, p. 533). Porém, a partir do séc. XII parece ressurgir, evidenciando-se tanto em contextos cristãos como islâmicos, sem, no entanto, se poder comparar à dimensão e alcance do período romano (*ibidem*, p. 547)²⁹.

4.1.1. Lucernas

A fim de clarificar os elementos constituintes, optámos por destacar a designação latina, uma vez que é menos susceptível às terminologias adoptadas por cada autor. Considerámos, igualmente, útil exibir o desenho de uma lucerna tardia, de modo a facilitar a visualização dos diferentes constituintes, mencionados no decurso do texto (*vide* fig. 1).

Um dos elementos de primordial importância numa lucerna é o *infundibulum* (reservatório ou depósito de combustível). Nele se acumulavam gorduras de origem vegetal ou animal em estado líquido. O uso generalizado do azeite como combustível poderia, efectivamente, associar-se ao desenvolvimento ou incremento da prática agrícola (Sánchez Galiano e Serván López, 1992, p. 3)³⁰. No prolongamento do *infundibulum* encontra-se o *rostrum* (bico). Trata-se das duas partes mais importantes de uma lucerna, o depósito de combustível e o bico que segura a mecha, tendo partido desta génese a sua evolução morfológica. Mediando o *rostrum* e o *infundibulum* encontramos o canal. Os restantes elementos vão verificar-se em alguns tipos, estando ausente noutros (Maia e Maia, 1997, p. 25). É de facto no envasamento do bordo de

²⁹ Neste sentido, remetemos para a importância dos candis almóadas de disco impresso, a que adiante voltaremos.

³⁰ Outra perspectiva apresenta José Carlos Caetano (considerando as indicações de Cleo Fitch e Norma Goldman), constituindo o azeite um bem alimentar, para os pobres, o uso das lucernas estaria de certa forma condicionado a “uma emergência” (Fitch e Goldman, 1994, p. 9 *apud* Caetano, 2001, p. 9). É certo que outros combustíveis poderiam ser utilizados. No entanto, se considerarmos que os mais pobres pouco utilizavam a iluminação artificial das lucernas, será pertinente ponderar se os exemplares cerâmicos menos elaborados lhes estariam reservados?

uma simples taça, com estrangulamento para segurar a mecha, que surge o *discus* (disco) da lucerna, como cobertura do receptáculo do combustível, protegendo-o do desperdício. A introdução do disco é uma inovação associada aos romanos, pelo que, nas suas ancestrais luminárias gregas – *lychnus* não se verifica (Zozaya, 1990, p. 56)³¹. A sua importância veio reflectir-se também no que concerne à decoração, local central e privilegiado para veicular os mais diversos motivos decorativos, ao sabor das modas e da criatividade de cada oleiro³².

Associada ao *discus* encontra-se a *margo* (orla), frequentemente decorada, contemplando, por vezes, a função de “emoldurar”, dando destaque aos relevos representados no disco.

No sentido oposto ao *rostrum* encontramos a *ansa* (asa). A sua localização na extremidade distal ao orifício de combustão prende-se com a comodidade do seu manuseio e transporte, de forma segura, sem verter o combustível. Inicialmente, a asa teria um orifício, *a posteriori* tornando-se maciça (sem perfuração). Tal é o caso evidenciado na imagem seleccionada como exemplo (fig. 1).

O orifício de iluminação não é mais que o local onde se dá a combustão da torcida, que absorveu, por capilaridade, o azeite ou outro combustível líquido. Alguns autores referem-se a tal abertura como “orifício de combustão” (Pereira, 2008, p. 23), designação que também adoptámos, pois afigura-se mais clara.

Outra abertura de particular relevo, patente no disco das lucernas, associa-se à introdução do combustível dentro do reservatório, designando-se “orifício de alimentação”. O disco é muitas vezes plano ou côncavo, neste último caso, a concavidade teria um papel preponderante aquando da reposição do combustível, pois “afunilava” o líquido para o orifício e, por conseguinte, para o interior do depósito. Menos comum é a presença do orifício de arejamento, apenas visível em alguns exemplares, encontrando-se entre o *rostrum* e o orifício de alimentação. A sua funcionalidade não está isenta de dúvidas, contudo, é comumente aceite a hipótese da sua utilidade “para arejar”, quando o orifício de alimentação estava tapado (Amaré Tafalla, 1984, p. 11).

³¹ A génese da lucerna romana na *lychnus* grega tem sido mencionada por diversos autores, não se verificando divergências sobre este aspecto. Amaré Tafalla (1984, p. 9) salienta que a lucerna “llega directamente a través del mundo griego o por el intermediario etrusco”. A importação destas luminárias do mundo grego, numa primeira fase, terá dado lugar à posterior produção local.

³² Denote-se que a “*lychnos*” possuía depósito aberto, limitando-se a decoração à *margo* geralmente exibindo “padrões convencionais”. Por outro lado, a lucerna irá apresentar no *discus*, rebaixado ou côncavo, o motivo central, remetendo para a decoração da orla a função de “moldura” (Almeida, 1953, p. 42).

Visando sustentar o corpo da lucerna, existe um fundo plano, no qual se inseria frequentemente a marca de oleiro. Também denominada base da lucerna é a parte inferior do *infundibulum* que serve para lhe dar estabilidade (Sánchez Galiano e Servían López, 1992, p. 6).

Com um carácter mais ornamental que funcional, encontramos alguns exemplares com volutas, protuberâncias diversas, aletas, elementos em forma de crescente ou folha junto à asa, etc. (Caetano, J., 2001, p. 9), elementos que, regra geral, não são comuns às lucernas tardias, daí que não nos ocupemos deles por agora³³.

Por último, referimos a mecha ou torcida (*ellyphnium*), feita a partir de matéria vegetal, possivelmente folhas de *verbascum* (Pinto, 1929, p. 177) e, também, linho, papiro, medula de junco, entre outros (Teixeira, 1938, p. 379).

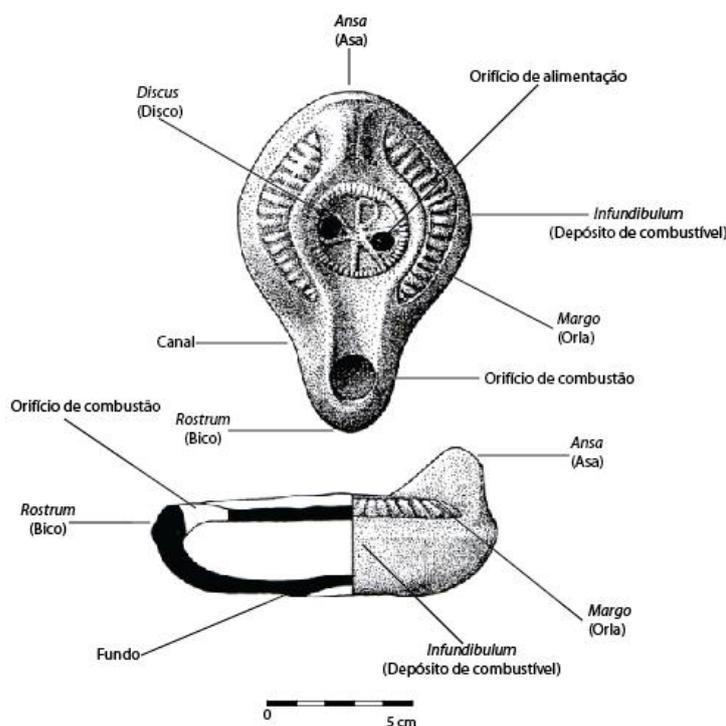


Fig. 1) Lucerna tardia de Tróia (?) com *crismón*. Adaptado de Maciel (1996, p. 211).

Tais luminárias poderiam ser produzidas em diversos materiais de suporte: cerâmica (mais comum), vidro, pedra, metal (bronze, ferro, ouro), etc. Assim, consoante a matéria-prima apresentada, adoptava-se o tipo de fabrico mais adequado (Caetano, 2001, p. 9). O oleiro desempenhava o papel mais importante na produção destes utensílios do quotidiano, remetendo para cinzeladores ou escultores apenas escassos exemplares de luxo. Por conseguinte, a argila, matéria-prima primordial e abundante

³³ As lucernas de volutas inserem-se “no período que vai de Tibério / Flávios ao séc. II” (Carvalho, 2008, p. 94).

contribuiu para o estabelecimento de *officinae* nas mais diversas regiões. Deste modo, a análise física e química das pastas utilizadas poderá indiciar o local de proveniência das lucernas (Almeida, 1953, p. 47). O conhecimento destes locais remeterá para informações não despidiendas, afigurando-se passível inferir, por exemplo, relações comerciais entre regiões mais ou menos longínquas.

À exceção do talhe, método raro, associado aos exemplares em pedra, consideram-se três tipos de fabrico de lucernas: manual, a torno e através de um molde. O fabrico manual de lucernas terá sido um método pouco utilizado, atendendo ao escasso número de exemplares conhecidos. A técnica consistia no manuseamento da pasta até esta alcançar a forma pretendida (Pereira, 2008, p. 24).

O fabrico a torno é o mais antigo, contudo, com a divulgação do fabrico a molde, perde paulatinamente a importância. À produção de taças a torno rápido seguia-se o estrangulamento do bordo, criando-se o suporte adequado para segurar a mecha embebida no combustível. A tendência de envasamento do bordo para o interior traduziu-se na produção de um recipiente fechado, apenas com orifício no disco destinado a encher o reservatório de combustível líquido.

A partir do séc. I, torna-se comum a produção de cerâmicas através de moldes, vulgarizando-se a decoração no disco. Os diversos motivos que exibem contribuem para a transformação de um objecto simples do quotidiano numa obra de arte (Amante Sánchez, 1988, p. 213). A elaboração teria em conta razões de ordem económica e prática, privilegiando-se exemplares duradouros que permitissem auferir maior lucro. Utilizavam-se sobretudo dois tipos de moldes, em gesso ou em cerâmica (Almeida, 1953, p. 57). Porém, embora em menor quantidade, existiam também moldes em pedra, privilegiando-se neste caso, rochas que facilitassem o talhe, tal como o calcário (Caetano, 2001, p. 12).

O modelo criado consistia no protótipo (matriz, arquétipo ou *patrix*) dos exemplares de lucernas que dele saíam. Duas valvas, cujo encaixe se encontrava previamente definido, compunham o molde. A superior seria mais elaborada, uma vez que patenteava a decoração exibida no *discus* e na *margo*. Por outro lado, a valva inferior seria mais simples, contemplando o receptáculo de combustível e a base que sustinha todo o corpo da lucerna. A parte superior do molde obrigava, então, a maior atenção e cuidado.

A decoração criada em relevo no molde, reflectir-se-ia em negativo na lucerna, já as concavidades patentes, preenchidas com argila e pressionadas manualmente com

veemência contra as paredes do molde, dariam lugar aos relevos da peça final. Denote-se que o recurso a estiletos para, através de punções avivar a decoração das peças, era relativamente comum (Almeida, 1953, p. 58). Este facto que terá sido prejudicial à qualidade dos motivos apresentados no disco, sendo permeável, contudo, à criatividade de cada oleiro, permitindo a criação de decorações diversas, “deturpando”, possivelmente, de forma mais ou menos acentuada, a intenção original, aquando da criação da matriz. Por outro lado, a qualidade dos relevos no produto final poderia igualmente prender-se com a matéria-prima utilizada para o molde. Segundo José Carlos Caetano, o uso frequente de gesso, preferencialmente nas pequenas olarias, teria, face à cerâmica, a vantagem de secar com maior rapidez, apresentando como aspecto negativo, a pior definição dos relevos (Caetano, 2001, p. 13).

A união das duas valvas era executada através do uso de argila líquida, “barbotina”, processo também usado na aplicação da asa; a união das duas partes era executada quando a argila ainda estava fresca (Franco, 1970, p. 4). Assim, após a secagem natural da lucerna e enquanto a argila permanece moldável, o oleiro poderá proceder ao aperfeiçoamento da decoração da peça. À aplicação da asa e da marca de oleiro, caso não estivessem contempladas no molde, seguia-se a abertura dos orifícios de alimentação, iluminação e arejamento (Pereira, 2008, p. 25).

Antes da cozedura as lucernas seriam ainda submetidas à aplicação de engobe, atribuindo-lhes coloração, brilho metálico e impermeabilidade (*ibidem*), o que, além de lhes conferir beleza e elegância, proporcionava maior resistência.

Relativamente ao fabrico por meio de moldes, há ainda um aspecto que consideramos pertinente referir e que consiste na prática da “remoldagem”, ou seja, os arquétipos criados não são mais que cópias de lucernas pré-existentes (Caetano, 2001, pp. 21 e 22) negligenciando, assim, a originalidade. Daí que, não raras vezes, chegassem mesmo a copiar a marca de oleiro. Atendendo à importância da “moldagem” e da nitidez que apresenta a lucerna, poderá inferir-se a sua qualidade e, por conseguinte, tecer algumas considerações acerca da classe social do seu proprietário. Contudo, tal raciocínio não está isento de subjectividade. A este respeito, referimos o estudo de Jeanette Nolen, a propósito das lucernas encontradas em Torre de Ares, *Balsa*. A autora distinguiu a nitidez das moldagens “Muito Nítida”; “Nítida”; “Pouco Nítida”, “Fraca” e “Muito Fraca”, visando, ainda que de modo subjectivo, como a própria admite, através da análise dos dados obtidos depreender graus de exigência da clientela local. Evidenciam uma “moldagem muito nítida” exemplares em *terra sigillata* clara D,

que a autora considera pertencerem a moldes novos, podendo sugerir que se tratavam de artigos de luxo (Nolen, 1994, p. 38). Por outro lado, lucernas de fabrico mais simples, possivelmente de fabrico local, como as do tipo “Rio Tinto – Aljustrel”, poderiam estar associadas a classes menos favorecidas (*ibidem*).

Lucernas em bronze ou fabricadas em metais preciosos estariam associadas a casas de famílias abastadas, por outro lado, as mais simples utilizavam as de barro³⁴. Salientamos que, até à data, não se conhecem em Portugal, exemplares destas luminárias em metal, atribuíveis aos períodos tardo-romano / visigótico.

Ainda que se considere a moldagem com um processo de fabrico amplamente difundido, não poderíamos deixar de referir que até à data, no que respeita ao território nacional, os moldes de lucernas são conhecidos apenas em sete sítios. A sua proveniência é vária: três exemplares foram exumados na cidade de Braga (Sousa, 1965 / 1966, pp. 165; 172; *idem*, 1966, pp. 589; 599; *idem*, 1969, pp. 309; 311 e Morais, 2004, p. 338); um em *Conimbriga* (estudado por Oleiro, 1952b, p. 27, est. VII, fig. 12; Almeida, 1953, pp. 183; 185, est. XLIII, fig. 211 e Belchior, 1969, p. 78); um em Alcácer do Sal, (Viana, 1948, pp. 3; 62); outro em Serpa, no Sítio do Nicolau³⁵ (Teixeira, e Silva, 1986, pp. 147; 152); por último, um Setúbal (Silva e Coelho - Soares, 1980 - 1981, pp. 249; 284). Infelizmente, nenhum dos exemplares identificados se encontra em conexão, tendo sido identificada apenas uma valva, das duas que compunham cada molde³⁶.

A importância dos arquétipos prende-se com a possibilidade de determinar a localização de possíveis centros produtores e, por conseguinte, das rotas comerciais (Morillo Cerdán, 1993, p. 353). O conhecimento da difusão de bens permite conhecer a economia de mercado e as relações comerciais entre as mais diversas regiões do Império. Contudo, consideramos que a tarefa de determinar possíveis centros produtores, com base em critérios que se prendem exclusivamente com a análise macroscópica das pastas, poderá revelar-se um trabalho moroso, complexo e nunca

³⁴ Assim caracterizou Rickman as diferenças sociais, ilustradas por estes objectos, na colónia de Cosa (Sánchez Galiano e Serván López, 1992, p. 4).

³⁵ Este molde destinava-se à produção de lucernas do tipo Dressel-Lamboglia 30 A, datáveis do séc. III. Indicando os autores que em Tróia existe uma lucerna, que apresenta características que se assemelham ao negativo deste protótipo (Teixeira e Silva, 1986, p. 150).

³⁶ A escassez de moldes de lucerna identificados em Portugal contrasta com os exemplares exumados em Espanha. Veja-se a título de exemplo os diversos protótipos registados em *Asturica Augusta* (Astorga, Leão) (Amaré Tafalla e García Marcos, 1994, pp. 273; 285).

isento de dúvidas. Denote-se que estamos perante um objecto utilitário comum, transversal a todas as províncias do Império, logo a produção em série é uma realidade. Não obstante, há centros produtores onde melhor se conhecem os tipos de pastas, como é o caso da região Braga,³⁷.

As marcas de oleiro poderão revelar-se, igualmente, úteis neste raciocínio. Ainda que possam dar algumas pistas, parece-nos que a afirmação seguinte deve ser considerada com prudência: “las marcas de ceramistas halladas en las lucernas, han jugado un papel decisivo, al permitir la localización de talleres de producción y la reconstrucción del trazado de unas líneas comerciales existentes en este tiempo” (Sánchez Galiano e Servían López, 1992, p. 4). Consideramos complexa tarefa de deslindar locais de produção, na medida em que a reprodução de lucernas era frequente. Logo, as marcas de oleiro apresentadas podem ser cópias executadas a partir de um exemplar original, proveniente de uma região mais ou menos longínqua. O que nos remete para a seguinte questão: na análise das marcas de oleiro, seria a olaria que produziu aquele exemplar, detentora daquela marca? Ou, por outro lado, teria tomado posse de um sigilo original que não lhe pertencera? A difusão de lucernas em larga escala foi, certamente, um fenómeno propício à produção paralela de cópias. Relativamente fáceis de reproduzir, as lucernas originais possuíam dimensões superiores às que saíam dos moldes que delas se produziam. De qualidade inferior, as cópias apresentavam relevos esbatidos, que poderiam ser realçados recorrendo a um estilete, decorações medíocres, tornando, por vezes, irreconhecíveis os motivos representados e evidenciando pouca preocupação nos acabamentos (Almeida, 1953, p. 58). Tentadora poderia ser uma “visão quantitativa”, ou seja relacionar o número de exemplares que contemplam determinada marca de oleiro, de um local, com a possibilidade de inferir a sua proveniência³⁸.

No que concerne aos moldes, o cenário assemelha-se, na medida em que, a presença de um molde em determinado sítio não nos garante que originalmente a marca que ostenta tenha ali proveniência, podendo, no entanto, indiciar a localização de possíveis *ateliers*. Em Braga, p. e., foram identificados três moldes distintos, dois deles

³⁷ Segundo Rui Morais, as produções de “cerâmica Bracarense” caracterizam-se por pastas bem depuradas, de cor creme, revestidas com um engobe pouco homogéneo, variando entre o amarelo, o laranja-acastanhado e o salmão, vulgarmente com manchas negras (Morais, 2008, p. 445).

³⁸ A este respeito, Bailey dá o exemplo da marca “LMADIEC”, cuja ocorrência no Norte de África quase duplicava a dos exemplares similares encontrados em Itália. Poderia colocar-se a possibilidade das lucernas provirem de uma olaria norte africana, justificando-se assim a sua quantidade; por outro lado, as características associadas à sua produção conferem-lhe raízes italianas (Bailey, 1980, p. 98 *apud* Caetano, 2001, p. 22).

possivelmente pertencentes à mesma oficina (Alarcão, 1988, p. 145). A marca de oleiro *L. Munatius Treptus* foi identificada num molde de *Bracara Augusta*, o que sugere a possibilidade de um oleiro local ter adquirido o molde para produção na sua oficina. Por outro lado, poderá também indicar que o oleiro norte-africano procedeu à abertura de uma sucursal nessa cidade (*idem*, 1973, 134)³⁹.

As preferências estéticas seriam mutáveis, afinal, como afirma José Rigaud de Sousa, “é de todos os tempos o gosto de seguir a moda” (1965 / 1966, p. 165). É-nos permitido, deste modo, conhecer as tendências da sociedade romana, uma “obra de arte” acessível a todos, podendo evidenciar contudo, uma diferenciação social (Beltrán Lloris, 1978, p. 179). Além disso, a decoração do disco constituiria um veículo privilegiado de informação, contendo os relevos ilustrações religiosas, episódios da vida quotidiana, tanto do foro privado como de acontecimentos sociais, propaganda política, etc. No que concerne a mensagens de teor político ou ideológico podemos a título de exemplo referir o tema da vitória alada sobre globo⁴⁰, comum nas lucernas (séculos I e II) numa clara alusão a Augusto, que após a batalha de *Actium*, mandou colocar na *Curia Julia* a estátua helenística da *Niké* de Tarento (Vegas, 1966, p. 85).

Cenas de vida religiosa, da vida laica, temas mitológicos, literários, históricos, motivos geométricos, fauna, flora, são algumas das representações que decoram as lucernas e que também se encontram presentes em outros objectos de arte (*ibidem*, p. 81). Contudo, importa salientar que o motivo decorativo não designa a função a que se destinavam as lucernas, pautando-se pela diversidade, os temas associados aos mais distintos contextos. É, de facto, o contexto do achado que lhe determina a função. A título de exemplo, remetemos para o depósito votivo identificado em Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde: entre exemplares recolhidos verificou-se uma diversidade considerável de motivos decorativos. Os responsáveis pelo estudo subdividiram a iconografia das pequenas luminárias em sete grupos: “Personagens Mitológicas e Elementos de Culto”; “Vida Laica”; “Temas Literários”; “Fauna”; “Flora”; “Objectos Fabricados” e “Motivos geométricos”. Cada um contempla uma panóplia considerável de temas específicos, evidenciando a inexistência de uma relação directa entre os repertórios temáticos identificados e o facto de se encontrarem

³⁹ O mais recente molde aparecido em Braga embora não apresente inscrições como os congéneres, tratando-se da valva superior, possui o negativo da decoração (Morais, 2002, pp. 181; 196).

⁴⁰ A este propósito, remetemos para a lucerna identificada proveniente do interior da mina de Valongo, apresentando como motivo decorativo a vitória alada segurando um disco “*Clipeus*” (Maricato, 2001, p. 14).

associados a um depósito votivo⁴¹, pois poderiam ser encontrados em qualquer outro contexto (Maia e Maia, 1997, p. 44).

Nas lucernas tardias são frequentes decorações com temáticas associadas a simbologias cristãs, como a concha, o galo, a pomba, o peixe, os exploradores de Canaan, o crismón, entre outros, como demonstram os exemplares tardios recolhidos em Tróia (Setúbal) (Cabral, 1975, p. 163). A representação destes símbolos no disco das lucernas constituiu uma forma de veicular uma mensagem, “O Cristianismo tinha que procurar uma linguagem gráfica para dar forma plástica às suas ideias” (Garcia y Bellido, 1972, p. 655, *apud* Cabral, 1975, p. 163). O disco é o local preferido para exibir tais motivos, sendo frequentemente rebaixado nestes exemplares, utilizando-se a orla para incluir motivos geométricos, vegetalistas, vulgarizando-se as folhas de palma, pérolas, entre outros.

Os motivos associados à simbologia cristã encontram-se comumente nas produções em *terra sigillata* africana (principalmente do tipo D). Entre os mais comuns encontramos as rosáceas, cruzeiros, *crismónes*, palmas, peixes, cordeiros, etc.

Por outro lado, a presença de motivos religiosos em lucernas dos séculos IV e V não se relaciona somente com o cristianismo, podendo, embora com menor frequência exibir motivos associados ao paganismo (Gil Farrés, 1947 – 1948, p. 112), aspecto curioso que também poderá ser verificado em exemplares exumados em Portugal. Veja-se, a título de exemplo, as lucernas n.ºs 53 (fig. 2) e 54 provenientes de *Balsa* (fig.3). A primeira exibe, no disco, a decoração de um cisne numa gaiola e na orla motivos vegetalistas. Simbologia que alude à “concepção platónica do corpo como invólucro da alma e do regresso desta às suas origens divinas, quando liberta da prisão em que se encontra”⁴² (AA. VV., 2003, fig. 166, p. 295). Um outro exemplar apresenta uma raposa correndo, envolvida em palha, o que poderá remeter para a alusão a um ritual pagão, realizado no mês de Abril em honra da deusa Ceres (*ibidem*, fig. 167, p. 296).

⁴¹ Contudo, a sua análise oferece a possibilidade de conhecer as divindades mais representadas em determinado sítio ou região, p. e. Neste sentido remetemos para o estudo de J. Leite de Vasconcellos que procurou recolher dados para o conhecimento das religiões da Lusitânia, “Introdução e difusão de novos cultos” estudando os motivos decorativos patentes no disco das lucernas (Vasconcellos, ed. 1988, pp. 245, 271, 277, 584 e 585).

⁴² Este exemplar encontra paralelo em Tanger, incluindo-se no tipo IV C de Ponsich (1961, planche XXVIII, n.º 383).



Fig. 2) Lucerna paleocristã de Torre de Ares (*Balsa*). Adaptado de Nolen (1996, fig. 3, lu. 53).



Fig. 3) Lucerna paleocristã de Torre de Ares (*Balsa*). Adaptado de Nolen (1996, fig. 3, lu. 54).

4.1.2. Candis

Surgem com menor frequência nas publicações, em comparação com as lucernas, sendo poucos os estudos que se foquem sobre as partes constituintes e aspectos morfológicos. No sentido de contribuir para colmatar tal lacuna, apresentamos, na fig. 4, o desenho de um candil, onde incluímos a respectiva legenda.

De imediato, se verificam claras dissemelhanças quando comparadas à morfologia das lucernas, nomeadamente na presença do colo, que vem substituir o orifício de alimentação patente no disco das lucernas, no visível prolongamento do bico, através de um canal mais longo e no considerável aumento da asa. Contudo, tipologicamente o candil islâmico constitui uma derivação directa da lucerna romana (Rosselló Bordoy, *et alii*, 1971, p. 136). Ilustrando tal realidade, remetemos para as palavras de José Leite de Vasconcellos, que embora se refira aos candis islâmicos como “candeias árabes”, apresenta uma descrição bastante elucidativa: “No Algarve aparecem com frequência candeias arábicas de barro, que lembrão as lucernas romanas; mas, além de terem o bico (latim *myxa*) mais comprido, semelhante a um bico de pato, e a asa mais desenvolvida que as romanas têm também mais alta, e de forma de gargallo, a parte por onde se deitava o liquido” (Vasconcellos, 1915, p. 37).

Os candis são constituídos pela asa, o bico, o depósito de combustível, o colo e o bordo, tal como se pode verificar na fig. 4. A importância do bordo, mais ou menos esvasado, reside no facto de contornar o orifício de alimentação, tal como a extremidade distal do bico, onde se incluía a torcida, envolve o orifício de combustão ou iluminação.

A asa podia ser apendicular, de laço ou anular, garantindo o eficiente manuseio das luminárias.

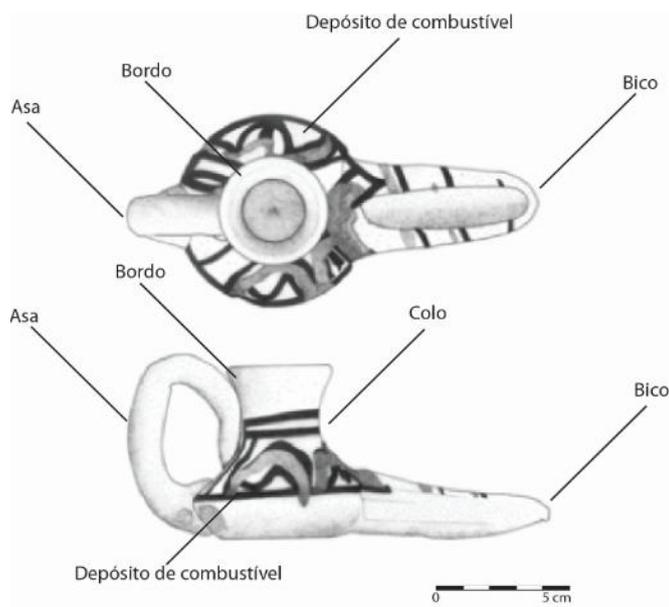


Fig. 4) Candil proveniente de Mértola. Adaptado de Torres, *et alii* (1987, fig. 27).

Devido às características morfológicas que apresentam, em particular o depósito fechado, tanto para as lucernas⁴³, como para os candis, se recorriam a espevitadores de metal, cuja funcionalidade se detinha com o controlo da mecha, podendo assim avivar ou esbater a chama (fig. 5).



Fig. 5) Espevitadores provenientes de Mértola. Adaptado de Macias (1996, p. 92).

Como referimos anteriormente, exemplares congêneres foram exumados em Vale do Bôto e publicados por Helena Catarino (1988, p.55). Anos mais tarde, são, igualmente, referidos no *catálogo Portugal Islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo* (AA. VV., 1998, fig. 197, p. 168). Recentemente exumou-se, outro exemplar num silo do Convento de S. Francisco em Santarém (Ramalho, *et alii*, 2001, p. 159). Conhecendo-se outros casos, de onde destacamos o exemplar em chumbo identificado ainda dentro

⁴³ Associado ao espólio da sepultura nº 22 da necrópole romana da Caldeira (Tróia, Setúbal), foi identificado um espevitador (Almeida, 2009, p. 55), verificando-se a presença de outro exemplar em *Conimbriga* publicado em Alarcão e Ponte (1984, p. 84).

de um candil intacto, aquando da intervenção arqueológica na Praça da República, em Beja (fig.6) (Pinto, 2007, p. 528).

Da zona limítrofe desta cidade, foi, também, identificado um possível espevitador proveniente do Sítio dos Funchais (Beringel, Beja) (Brazuna e Coelho, 2009, pp. 56 e 57).

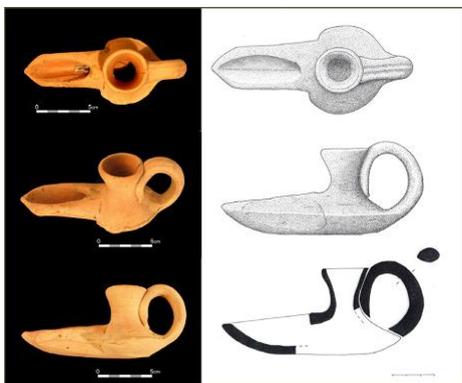


Fig. 6) Candil completo e espevitador no interior, proveniente da cidade de Beja. Adaptado de Pinto (2007, p. 528).



Fig.7) Candil zoomórfico de proveniência desconhecida. Coleção do MNA. Adaptado de <http://www.matriznet.ipmuseus.pt>.

À semelhança das lucernas, os candis poderiam ter como suporte distintas matérias-primas - barro, pedra, metal, predominando, porém, os exemplares produzidos em cerâmica. A eles se associa o fenómeno de “esqueomorfismo” ou seja, apresentam paralelos próximos com o metal e o vidro (Gómez Martínez, 2000, p. 425). Segundo Juan Zozaya, a evolução dos candis em metal “parece ir precediendo por poco a la de los materiales cerâmicos” (Zozaya, 1990, p. 512), sugerindo que, primeiro eram criados os “modelos” em metal sendo, posteriormente, “reproduzidos” utilizando matérias-primas mais acessíveis.

Não obstante, raros exemplares, como o que se apresenta na fig. 7, remetem para outras soluções, exibindo, por exemplo, motivos zoomórficos.

Em Portugal, são raros os candis e candeias produzidos em metal, como se depreende da análise do mapa 4. Exemplares em vidro não foram, até à data, registados. Tal situação poderá, efectivamente, relacionar-se com a menor resistência que oferecem.

No fabrico de um candil, a primeira etapa passa por delinear o receptáculo de combustível, que poderia apresentar forma troncocónica invertida, lenticular ou globular, recorrendo a um torno. Posteriormente, é acrescentado o colo, que poderá ser mais ou menos esvasado. O primeiro deverá conter um canal ao centro, facilitando a introdução da mecha que aí será impregnada de azeite. Para que o bico e reservatório de combustível possam unir-se, é fundamental que a argila ainda esteja fresca, pois implica

remoção de parte da superfície de contacto entre os dois elementos, a fim de possibilitar a circulação do combustível (Zozaya, 1990, p. 60). Esta particularidade poderia, efectivamente, revelar-se mais complexa nos candis de metal, que alguns possuiriam, apenas, alguns orifícios neste local, como se poderá verificar num candil de bronze exumado na Alcáçova do Castelo de Mértola (Torres, 1988, fig. 14).

O bico e asa eram obtidos através do manuseio da argila, até adquirir a forma pretendida. A asa resultaria de um pequeno “rolo”, unindo uma das extremidades ao receptáculo e outra ao bordo (Zozaya, 1990, p. 61), adquirindo distintas formas⁴⁴, de tipo apendicular, de laço ou anular. Não obstante, os moldes poderiam ser igualmente utilizados na produção de candis. Tal situação, embora menos comum, ocorreria aquando do fabrico de candis de disco impresso, exemplares que apresentavam decoração no disco e, tal como as lucernas, seriam executados com recurso a moldes bivalves. A base, à semelhança do disco poderia igualmente conter decoração, como se pode verificar na figura 8.



Fig. 8) Candil de disco impresso (disco e fundo) proveniente de Silves, (nº 69) (Gomes, e Gomes, 2001, p. 70)⁴⁵.

Até ao momento, conhecemos publicados em Portugal, quatro candis de disco impresso, como se verifica a partir da análise do mapa 2, sendo provenientes de Alvor⁴⁶, Silves⁴⁷, Mértola⁴⁸ e Alcácer do Sal⁴⁹.

⁴⁴ Tal característica poderá revelar-se um indicador cronológico. Porém, o depósito de combustível e o bico são os elementos constituintes que mais sofrem alterações, desempenhando um papel preponderante na atribuição cronológica, na sua ausência, tal tarefa poderá suscitar dúvidas (Rosselló Bordoy, 1978, p. 49).

⁴⁵ Adaptado de <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109437>

⁴⁶ Este candil foi alvo de estudo no início dos anos 90 (Kemnitz, 1993-1994, pp. 442 e 443), indicando a autora que fora oferecido, em 1933, a José Leite de Vasconcellos. Ignora-se, contudo, se seria ou não proveniente de Alvor.

⁴⁷ Exemplar identificado no Castelo de Silves e publicado por Gomes e Gomes (2001, p. 70).

À diversidade de motivos decorativos aliava-se a simplicidade dos acabamentos, exibindo vidrados monocromos ou superfícies alisadas. Utensílios de maior qualidade, associados a aprimorados motivos decorativos, que espelhavam a sua singularidade seriam adquiridos a preços mais elevados. Raros seriam os candis produzidos pelo mesmo molde (Gómez Martínez, 2004, p. 540). Desde modo, ao contrário do que sucedia com as lucernas, onde os moldes eram reutilizados, os candis de disco impresso caracterizavam-se pela sua raridade, possivelmente, alguns seriam mesmo exemplares únicos, produzidos com um propósito definido⁵⁰.

Mais comuns, os candis de bico exibiam igualmente motivos decorativos diversos⁵¹, evidenciando claras transformações desde o séc. VIII até ao período africano. Ainda que em reduzido número, os exemplares do período emiral apresentam características que remetem para uma certa continuidade relativamente às produções tardo-romanas e de época visigótica. À semelhança do que se verifica com outros utensílios cerâmicos coevos, não se denota uma ruptura com as produções anteriores (Catarino, 1997, p. 751). No que respeita à decoração é escassa neste período, verificando-se a presença de exemplares grosseiros produzidos a torno lento. Porém, paulatinamente, são introduzidas novas formas de tradição omíada. As pastas, bem depuradas, de tonalidades claras, podem exibir decorações a óxido de ferro, circulando no *al-Ándalus*, desde os finais do séc. IX, as primeiras peças vidradas (*idem*, 2005a, p. 365).

Durante o califado e os reinos de taifas (séculos X e XI), os candis apresentam decoração policroma, divulgando-se os vidrados e as decorações em verde e manganés. É igualmente no final deste período que proliferam as produções em corda seca parcial, registando-se a sua produção, na Península Ibérica, desde os séculos IX e X⁵² (Gomes e Gomes, 2007, p. 92). Por último, importa salientar que no período africano, embora se encontrem semelhanças com as produções de período califal e taifas, denota-se maior

⁴⁸ Trata-se de um fragmento de pequenas dimensões, verificando-se parte do bico e do receptáculo (CR/CF/0050). Apresenta decoração no disco aparentemente zoomórfica e superfícies exteriores vidradas de cor verde (Gómez Martínez, 2004, pp. 540; 441).

⁴⁹ O candil de disco impresso de Alcácer do Sal foi recentemente publicado por Paixão e Carvalho (2001, fig. 9.36, foto 4, p. 209).

⁵⁰ A raridade com que se identificam e a diversidade de motivos que apresentam, indicam que poderiam, de facto, tratar-se de exemplares únicos, provavelmente de valor mais elevado que os candis de bico.

⁵¹ A decoração exibida nos candis é visível, também, em outros utensílios cerâmicos de período islâmico associados ao uso quotidiano (acabamentos vidrados, pintura, corda seca, verde manganés, etc.) (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 645).

⁵² Denote-se que este tipo de decoração remonta, no Próximo Oriente, aos séculos VII e VIII (Gomes e Gomes, 2007, p. 92).

diversidade nas formas (Gómez Martínez, 2001, p. 65). Esta situação é particularmente visível durante o domínio almóada, onde a “standardização” formal, promovida pelo comércio se poderá justificar pela “(...) fuerte centralización formal y decorativa sugiere un gran poder urbano (...)” (Zozaya, 1990, p. 512).

4.1.3. Candeias

Contentores de fogo com receptáculo de combustível aberto surgem no *al-Ándalus*, no final do séc. XII, evidenciando características orientais (Azuar Ruiz, 1986b, *apud* Gómez Martínez, 2004, p. 434). Podem classificar-se em dois grandes tipos, sendo o pé alto ou a ausência do mesmo que determina a diferença.

À semelhança das outras luminárias, poderiam ser produzidas em metal, contudo, como se poderá verificar a partir da análise do mapa 3, apenas em Silves se identificou uma candeia produzida neste suporte.

No período islâmico, candeias e candis são coevos, porém, o candil de bico tende a desaparecer no segundo quartel do séc. XIII (Navarro Palazón, 1991, s. p.) *apud* Benabat Hierro e Pérez Macias, 2003, p. 126). Por outro lado, as candeias, surgindo no período almóada, conhecem rápida difusão, dominando no séc. XIII “o reportório formal dos utensílios de iluminação” (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 645).

Na produção de candeias, tal como se verifica com os candis de bico, predominam os fabricos manual e a torno. O depósito de combustível seria produzido a torno, resultando o bico de um estrangulamento propositado que lhe conferia dimensões reduzidas. Porém, como veremos algumas candeias apresentam um bico trilobado. Ambas as soluções tinham como função segurar a mecha, evitando que se deslocasse. A asa resultava do manuseio da cerâmica, aplicando-se posteriormente na extremidade oposta ao bico. Embora facilitasse o transporte do pequeno contentor de fogo, não seria essencial. Tal ilação prende-se com a existência de alguns exemplares desprovidos de asa, como se verifica, p. e., na candeia identificada em Tomar (Ponte, *et alii*, 2001, fig. 6H, p. 433).

De forma a melhor ilustrar as partes constituintes referidas *supra*, optámos por adicionar uma legenda ao desenho de uma candeia (fig. 9).

Como se poderá verificar, este utensílio de iluminação apresenta na sua constituição a asa, o bico, o reservatório de combustível e uma base que poderia ser plana (Rosselló

Bordoy, *et alii*, 1971, p. 146), ou apresentar uma ligeira concavidade. A asa vertical permite o fácil manuseio, evitando verter o combustível. Trata-se pois de um recipiente bastante simples, associado ao uso doméstico comum. De facto, a simplicidade de alguns exemplares manifesta-se, também, na ausência de qualquer revestimento das superfícies, no entanto, outros apresentam vidrados a melado, branco ou verde, cobrindo pastas que tanto podem apresentar tonalidades vermelho-alaranjadas como claras (fig. 10).

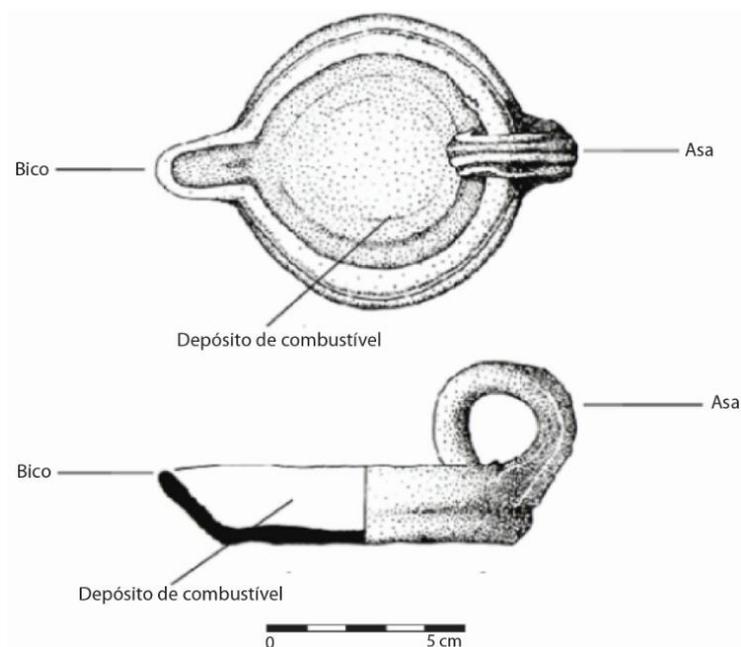


Fig. 9) Candeia proveniente do Castelo de Salir, dos séculos XII e XIII. Adaptado de Catarino (1996, p. 28).



Fig. 10) Fotografia da candeia de Salir, gentilmente cedida pela Doutora Helena Catarino.

A candeia de pé alto surge no séc. XII, sendo comum em sítios almóadas por todo o *al-Ándalus* é, igualmente, associada a contextos cristãos (Huarte Cambra, *et alii*, 1999, p. 148). Assim, tal como a luminária anteriormente descrita, irá substituir os candis (Catarino, 2005a, p. 366). Podemos, deste modo, depreender a prevalência das formas abertas relativamente às fechadas⁵³.

No que concerne à sua produção, predominavam os fabricos manual e a torno, à semelhança do que se verificou relativamente aos candis e às candeias de depósito aberto.

As diferenças morfológicas que este tipo de luminária apresenta relativamente à candeia de depósito aberto, tornam pertinente a exibição de um desenho legendado com as respectivas partes constituintes (fig. 11).

A asa vertical desenvolve-se a partir da base até ao esvasamento do receptáculo, tomando dimensões consideráveis. Apresenta um bico trilobado e um pé alto, que une a parte inferior do depósito de combustível a uma peanha, que servia de base para apoiar o corpo da peça, podendo ser plana ou com ligeira concavidade (Rosselló Bordoy, 1978, p. 50).

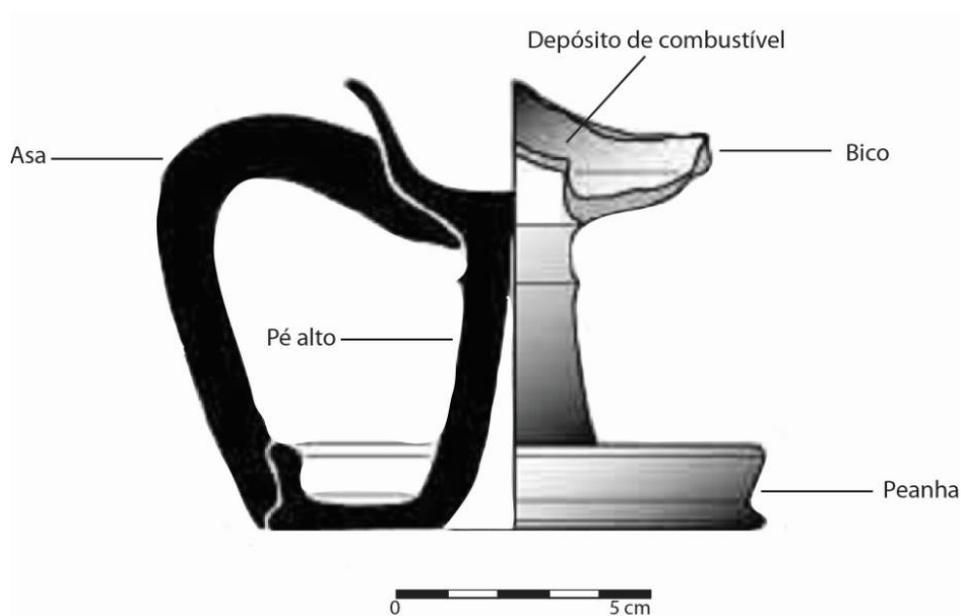


Fig. 11) Candeia de pé alto, adaptado de Torres, *et alii* (2003, p. 129).

⁵³ De facto, considera-se que a morfologia da candeia de pé alto tendo perdurado até à época medieval cristã, influenciou os candis e lâmpadas norte africanos de fabrico recente (Rosselló Bordoy, 1975, p. 225).

As pastas que compõem estas candeias apresentam, frequentemente, tonalidades avermelhadas, cobertas com vidrado verde ou melado (fig. 13). Caracterizam-se pela qualidade dos acabamentos e pelo elevado grau de depuração que exibem, comparativamente às outras luminárias. Como vantagem, relativamente aos exemplares sem pé, este tipo permitia que uma maior área fosse iluminada, evitando a necessidade



de colocar a candeia num local mais elevado. Por outro lado, talvez por se tratar de um utensílio que exigia maior complexidade na produção, o que poderia reflectir-se no preço, encontra-se menos representado (*vide* mapa 3). As suas características morfológicas também lhe conferiram menor resistência, restando, em boa parte das vezes, apenas alguns fragmentos do pé.

Fig. 13) Candeia de pé alto proveniente de Mértola. Adaptado de Gómez Martínez (2004, nº inv. CR/CF/0031).

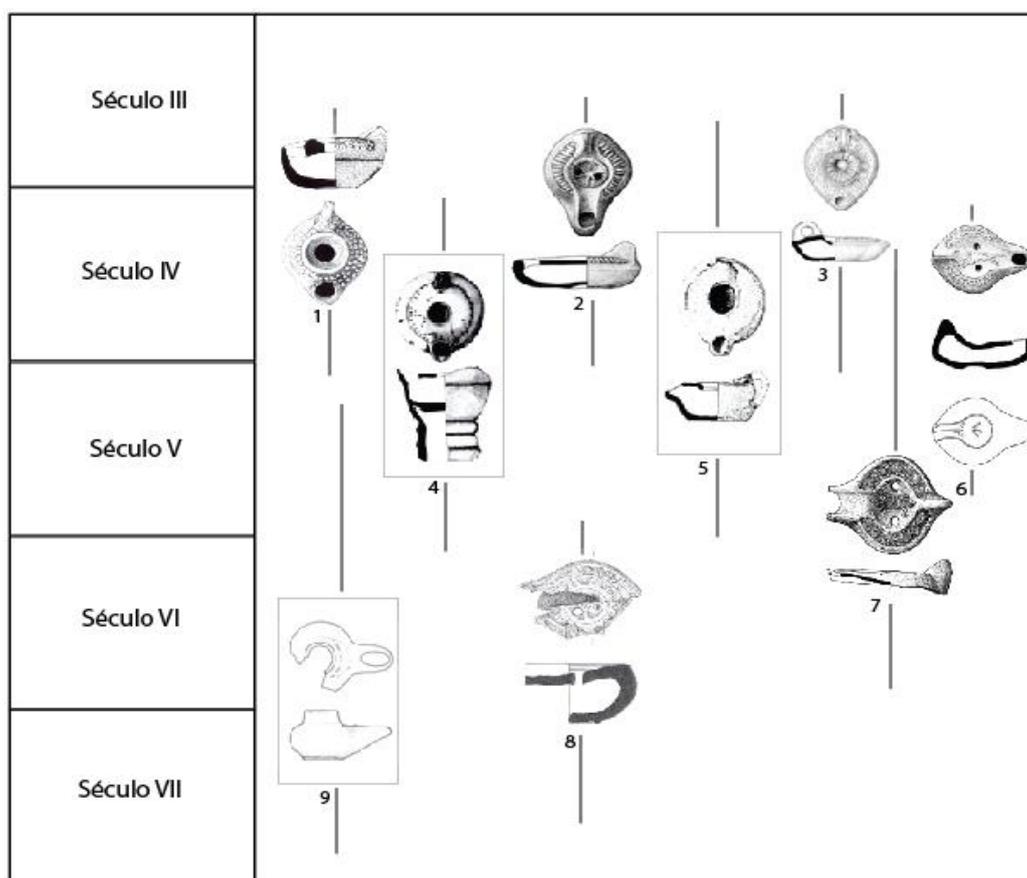
5. Análise e interpretação

Fundamentando-se na informação reunida, através da pesquisa bibliográfica, apresentamos uma proposta de evolução crono-morfológica das lucernas tardias, dos candis e das candeias; seguindo-se uma reflexão a propósito da sua distribuição geográfica, no actual território português.

5.1 A evolução crono-morfológica

Como utensílios do quotidiano das populações pretéritas, as luminárias devem considerar-se fruto da convergência e da multiplicidade de aspectos sócio-culturais característicos de um determinado período. Destas influências e da experiência adquirida e transmitida através de gerações, conheceram transformações mais ou menos profundas, consubstanciando todo um processo evolutivo contínuo. A adopção de novas formas perpetrou-se a ritmos diferentes consoante a região e a permeabilidade das gentes. Tendo em conta tais premissas, considerámos pertinente traçar um esboço relativo às diferentes morfologias, inserindo cada um dos utensílios no horizonte temporal que lhe fora atribuído. Exercício que tomará como exemplo as formas mais representativas de determinado período, evidenciando-as nos quadros que se seguem. Visando incrementar a informação ilustrada, serão, ainda, dedicadas algumas linhas aos aspectos de maior relevo.

- **As lucernas**, à partida, não parecem evidenciar o modo como se terão processado as alterações morfológicas que culminaram no aparecimento dos primeiros candis. Assim, consideramos pertinente clarificar alguns aspectos, cujo esboço delineamos no quadro 1.



Quadro 1) Proposta de evolução crono-morfológica de lucernas tardias.

Embora o objectivo seja, fundamentalmente, abordar as lucernas tardo-romanas / paleocristãs, a verdade é que algumas formas nos remeteram, inevitavelmente para uma cronologia anterior. Assim, recuámos até à forma Dressel-Lamboglia 30 B (nº 1)⁵⁴. Pequena lucerna que terá surgido no séc. III, verificando-se a sua continuidade na centúria seguinte e, segundo admitem alguns investigadores, em situações pontuais, poderá ocorrer em contextos do início do séc. V (Delgado e Morais, 2009, p. 104).

A nível morfológico, apresentam orlas largas, patenteando em relevo, decorações de várias linhas de pérolas. O disco é liso e reduzido, limitando-se praticamente à área que circunda o orifício de alimentação, sendo separado da *margo* por uma grossa moldura. O *rostrum* é curto, contornando o orifício de combustão. A asa elevada pode ser maciça (tipo Ponsich 9) ou, em casos menos frequentes, apresentar perfuração. Possui, igualmente base plana ou anelar (Rodríguez Marín e Alonso Cerez, 2005, p. 28). Porém, encontrámos referência a um exemplar congénere em Aljustrel, dotado de uma característica invulgar – a base acentuadamente convexa⁵⁵. Possivelmente, tal pormenor

⁵⁴ Lucerna 8 A do anexo IV.

⁵⁵ Vide lucerna nº 30 A do anexo IV.

estaria intrinsecamente relacionado com a adaptação desta luminária ao trabalho nas minas, como refere o autor⁵⁶ (Pita, 1995, nº1, p. 27).

No séc. IV, são coevas das lucernas provenientes do Norte de África, comumente designadas lucernas paleocristãs, que tendem a substituí-las, verificando-se, porém, em menor número⁵⁷. É o caso da forma Dressel-Lamboglia 31, produzida em *terra sigillata* africana, exibindo pastas bem depuradas com tonalidades claras, que variam do bege ao vermelho-tijolo e superfícies cobertas com engobe de tom semelhante ao da pasta. O receptáculo volumoso confere-lhe aspecto piriforme. O disco é rebaixado e oblongo, envolvido pela *margo*, igualmente rebaixada. Dotado de motivos decorativos variados - corações, cruzes, palmas, etc. que se repetem em sequência (nº 2)⁵⁸. À semelhança do tipo anterior, apresenta uma asa não perfurada, triangular, incluída no molde (tipo Ponsich 9), por vezes, com sulcos longitudinais até à base. Frequentemente, patenteia vários orifícios de alimentação no disco, dispostos de forma simétrica e envolvendo motivos decorativos associados à simbologia cristã (Belchior, 1969, p. 76).

Efectivamente, podendo corresponder à evolução das lucernas de canal (*firmalampen*) do séc. III, as paleocristãs caracterizam-se pela presença de um perfil alongado, pastas de tonalidade bege ou rosada e um “apêndice” triangular maciço, que serve de asa. O orifício de alimentação encontra-se ligado ao centro, através de uma depressão ligeiramente côncava, evitando, deste modo, o desperdício de azeite (Ponsich, 1961, p. 35). Os motivos decorativos que exibem no disco contemplam frequentemente símbolos cristãos, de onde se salienta o *crismón*⁵⁹.

Paralelamente às lucernas importadas, circulam exemplares produzidos em modestas oficinas a nível local e regional. Frequentemente designadas “atípicas”, estas luminárias pautam-se pela diversidade, seguindo ao sabor da criatividade de cada oleiro, pelo que a

⁵⁶ É plausível que tal característica tornasse mais simples a tarefa de manter estável a lucerna em superfícies irregulares como os nichos das galerias.

⁵⁷ Verifica-se a preponderância da forma Dressel-Lamboglia 30 B.

⁵⁸ Lucerna proveniente de Tróia, adaptado de Maciel, 1996, p. 211.

⁵⁹ Segundo Maria Elisabeth Cabral terá sido divulgado a partir de meados do séc. IV, exibindo durante a centúria seguinte, evoluções como a substituição do “P” pelo “R” latino (Cabral, 1975, p. 164).

tarefa de aferir características morfológicas transversais se assemelha complexa⁶⁰. Em *Bracara Augusta* foram identificados abundantes exemplares oriundos de produção local (nº 3)⁶¹. Não obstante, em menor número, podem encontrar-se noutras regiões. Como se poderá verificar, apresenta forma ovalada, bico redondo, asa perfurada, orla ligeiramente convexa e disco rebaixado. A decoração exibida na orla constituída por um padrão de formas circulares em relevo evidencia, uma separação do disco por meio de uma moldura dupla.

A lucerna nº 4 pertence ao acervo do Museu Municipal de Torres Vedras, proveniente da Quinta da Portuqueira⁶². Como pode verificar-se, este exemplar, datado dos séculos IV e V, apresenta características morfológicas menos comuns comparativamente às lucernas que lhe são contemporâneas. Inserido no grupo X de Amaré Tafalla, é caracterizado pela simplicidade do seu fabrico, resultando de um corpo bitroncocónico dotado de orifício de alimentação de grande diâmetro. Exibe um bico pouco desenvolvido e uma asa de reduzidas dimensões. Este tipo de lucernas era frequentemente produzido em *terra sigillata* hispânica tardia. Relativamente alto, o corpo proporcionava maior área iluminada. É, de facto, esta característica que torna possível a distinção com a forma IX, descrita pela mesma autora (nº 5) (Amaré Tafalla, 1988, p. 47 e 59; tipos IX e X; *idem*, 1987b, grupo V, p. 31). Ainda que não tenham sido inseridas na supracitada tipologia, considerámos que as lucernas que apresentamos no anexo com os números 8 C e 21 B, respectivamente provenientes de *Conimbriga* e Setúbal, correspondem ao grupo IX de Amaré Tafalla, sendo produzidas no séc. III e estando presentes pelo menos até ao séc. V (*idem*, 1988, p. 59).

Como já fora referido, as produções norte africanas são contemporâneas das produções de origem local e regional. O tipo Hayes I insere-se neste grupo, patenteando um canal aberto entre o orifício de combustão e o reservatório (nº 6)⁶³. O disco é rebaixado, ligeiramente côncavo e pode apresentar um ou dois orifícios de alimentação,

⁶⁰ Segundo Sonia Gutiérrez, o incremento das produções locais poderá relacionar-se com a desarticulação das redes comerciais a partir do séc. VI. Período em que o “declinar paulatino de la importación de productos norteafricanos y orientales, supone necesariamente la regionalización de las formas de producción y distribución” (Gutiérrez Lloret, 1996, p. 21). Deste modo, o facto de não serem identificadas, com frequência, lucernas importadas nos séculos VI e VII poderia indiciar a sua “substituição” pelas luminárias produzidas em oficinas locais, mais rudimentares, o que também não se verifica, sendo os exemplares, atribuíveis aos dois últimos séculos prévios à ocupação muçulmana, muito raros.

⁶¹ Vide lucerna nº 1, anexo IV.

⁶² Vide lucerna nº 14 A, anexo IV.

⁶³ Vide lucerna nº 31, anexo IV.

neste último caso, dispostos de forma simétrica. A orla, que exhibe decorações vegetalistas, é ampla e apartada do disco alongado, por uma moldura. A asa é idêntica à das lucernas descritas anteriormente. Este tipo poderá subdividir-se em dois grupos distintos (I A e I B), mediante a análise morfológica da asa (Pires, 2008, p. 72).

Apresentando inúmeras semelhanças, o tipo II de Hayes revela motivos geométricos ou figurativos, estampilhados sequencialmente na orla (nº 7)⁶⁴. Esta produção norte-africana caracteriza-se pelas pastas bem depuradas de tonalidades claras (Reynolds, 1987, p. 132). O *rostrum* tem ligação ao disco através de um canal aberto, é ligeiramente rebaixado e apresenta motivos diversos, comumente associados a motivos religiosos. À semelhança da luminária anterior, poderá apresentar dois orifícios de alimentação, dispostos de modo simétrico, dando relevo ao motivo decorativo que se encontra ao centro. Este tipo, amplamente difundido, seria o mais abundante entre as lucernas paleocristãs. Segundo Carlos Pires, produzida no Norte de África seria “distribuída por toda a costa norte africana, Egipto, costas do mar Egeu, Itália, Sardenha, Sul de França e também pela Península Ibérica (Pires, 2008, p. 73).

A peça que se exhibe com o nº 8 é proveniente de Mértola (Torres e Macías, 1993, nº 16, p. 85)⁶⁵, situando-se cronologicamente entre os séculos VI e VII, é definida pelos autores como “lucerna de canal”. Não encontramos paralelo para a decoração que patenteia no disco e, embora a informação associada seja resumida, torna-se importante frisar a cronologia, dada a raridade de lucernas atribuídas a este período, no território nacional⁶⁶. Precisamente por esse motivo, incluímos, também, neste quadro uma lucerna de Alicante (nº 9) (Reynolds, 1987, nº 1072, pp. 144; 145) datada do séc. V ao séc. VII⁶⁷. Tal opção teve dois propósitos. Em primeiro lugar, salientamos a clara afinidade deste exemplar com os descritos nos grupos IX e X de Amaré Tafalla. Veja-se a morfologia do corpo, o local e forma do orifício de alimentação das luminárias (nºs 4, 5 e 9) e a clara dissemelhança que as distancia dos demais exemplares. Em segundo lugar,

⁶⁴ Vide lucerna nº 35, anexo IV.

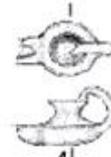
⁶⁵ Vide lucerna nº 32 B do anexo IV.

⁶⁶ Situação que sugere algumas questões que se prendem com a necessidade de revisão das cronologias atribuídas a estes utensílios, confrontando o que é comumente aceite, com contextos estratigráficos que possam corroborar ou refutar certos pressupostos. Possivelmente, à luz de novas investigações, assistiremos ao “calibrar” dos dados disponíveis até ao momento, verificando-se mais casos com cronologias próximas às de Mértola.

⁶⁷ Exemplar que se insere na forma T33. 1 de Sonia Gutiérrez, é descrito como tendo base plana, receptáculo esférico, colo cilíndrico, bico sobrelevado. Predominando pastas compactas de com alaranjada e desengordurante com grão fino e superfícies por vezes cobertas com engobe. A cronologia atribuída não está isenta de dúvidas, advertindo a autora que o contexto estratigráfico é desconhecido (Gutiérrez Lloret, 1996, p. 123).

temos de sublinhar que as suas características morfológicas já se aproximam das dos primeiros candis de bico curto (ver quadro 2 nº 1). Tais afinidades são claramente visíveis no início do desenvolvimento do colo, envolvendo o orifício de alimentação. Segundo Paul Reynolds, evidencia “las influencias de formas de cerâmicas tardorromanas sobre las formas “clássicas” árabes” (*ibidem*, p. 172), ou seja, os candis irão consubstanciar na sua génese características morfológicas patentes nas últimas lucernas romanas produzidas no Oriente. Assim se dá o exemplo de um possível “elo” num processo evolutivo complexo pautado pela continuidade.

- **Candis:** Na sequência da exposição anterior, apresentamos de seguida um quadro sinopse das possíveis evoluções crono-morfológicas relativamente aos candis. Procurámos sublinhar as características mais representativas que permitem a associar estes objectos com determinado período. Tal como pudemos observar no quadro 1 em relação às lucernas (nºs 4, 5 e 9), os primeiros candis emirais evidenciam o culminar de um período de transição patenteado na continuidade relativamente às produções anteriores (Catarino, 1997, p. 751).

Século VIII	
Século IX	
Século X	
Século XI	
Século XI	
Século XI	
Século XI	
Século XI	
Século XII	

Quadro 2) Proposta de evolução crono-morfológica dos candis de bico.

Um dos candis mais antigos, referido na bibliografia portuguesa, é proveniente de Alcácer do Sal e apresenta características morfológicas que levaram os autores a admitir a sua origem oriental, provavelmente da área da Síria / Palestina (Carvalho, *et alii*, 2004, p. 51). Embora a publicação que lhe faz referência seja parca em informações, podemos depreender, a partir da fotografia, que apresenta bico curto, corpo globular e colo pouco desenvolvido, que culmina num bordo levemente esvasado (aspectos passíveis de verificar nos candis exemplo n^os 1 e 2), ambos provenientes de Espanha,

(Mérida⁶⁸ e Cartagena⁶⁹) e que ilustram bem este tipo, no período que decorre entre os séculos VIII e o final da centúria seguinte⁷⁰.

Em Portugal, à exceção do candil de Alcácer, a maioria dos escassos fragmentos que remontam aos primeiros séculos de ocupação muçulmana resume-se ao bico⁷¹, elemento que é considerado um “fóssil - director” para os exemplares emirais.

Essa continuidade já não se afigura tão perceptível no candil nº 3⁷² (referido no quadro 2), que, embora se possa situar cronologicamente nos períodos emiral / califal, apresenta características, como a redução das dimensões do corpo e o desenvolvimento do colo e do bico, sugestivas de formas posteriores.

Proveniente de Pedrantil (Croca, Penafiel)⁷³, o candil nº 4 remonta ao início do Califado Omíada de Córdoba, aproximando-se do exemplar precedente, justamente no desenvolvimento do bico e do colo. Porém, no que respeita ao corpo, pode considerar-se bitroncocónico e a asa de secção romboidal em “D” foi aplicada no interior do colo, prolongando-se para o exterior e terminando no sítio que marca o diâmetro máximo da peça. Os autores remetem para a raridade deste exemplar, associando-lhe como paralelos candis identificados em Beja (Viana, 1962, figuras 159 e 160, p. 134 *apud* Barroca e Santos, 2006, nota 21, p. 315). Não obstante, verificámos que em Santarém há um exemplar que poderá assemelhar-se⁷⁴ (AA. VV., 2002, nº 135, p. 153), embora levante algumas dúvidas a cronologia que se lhe atribui na descrição, e que o remete para o século XII⁷⁵. Menos problemática nos parece a associação do candil de Penafiel a

⁶⁸ Vide Alba Calzado e Gutiérrez Lloret (2008, pp. 585; 613).

⁶⁹ Vide Gutiérrez Lloret (1996, p. 364).

⁷⁰ Optámos por não incluir no mapa o candil de bico curto proveniente de Alcácer do Sal, uma vez que não tivemos acesso ao seu desenho. Em anexo, poderá observar-se a fotografia adaptada da publicação (*vide* candil 9 A, do anexo IV).

⁷¹ Tal como se pode verificar em Alcoutim (candil nº 17 B, anexo IV) (Catarino, 1997, p. 387), em Silves (candil nº 29 A, anexo IV) (Gomes, 1988, p. 168) e em Odiáxere (Lagos) (candil nº 31, anexo IV) (Silva e Silva, 2005, pp. 55; 106), por exemplo.

⁷² Candil proveniente de Mesas de Castelinho (Almodôvar) (Guerra e Fabião, 1993, fig. 15, p. 98); (*Idem*, 2001, p.173) (*vide* candil nº 1, anexo IV)

⁷³ Vide candil nº 2, anexo IV e Barroca e Santos (2006, pp. 312; 317).

⁷⁴ Vide candil nº 4 A, anexo IV.

⁷⁵ As características morfológicas exibidas por esta luminária não se afiguram comuns no séc. XII. Ignoramos contudo, o contexto em que se identificou.

outros dois exemplares⁷⁶, um identificado em Lisboa (Calado e Leitão, 2005, p. 463) e outro proveniente de Silves (Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436).

A designação do bico tipo “orelha-de-mula” é comumente atribuída a candis semelhantes ao que se apresenta no nº 5 do quadro 2. Exumado em Mértola⁷⁷, possui um reservatório de forma bitroncocónica a que se segue um colo troncocónico invertido, partes que foram decoradas com pintura a branco. Se atendermos às proporções, ainda que o bico e o colo se encontrem desenvolvidos, o corpo da peça tem um diâmetro considerável. Característica igualmente visível no candil nº 6, cuja cronologia se associa à mesma centúria, entrando já na seguinte. Tal exemplar é proveniente do Castelo Velho de Alcoutim⁷⁸ e apresenta, sobre as superfícies vidradas, a decoração de segmentos de círculos a negro de manganés. Como havíamos referido, é no período que decorre entre o início do califado e os reinos de taifas (séculos X e XI), que a decoração policroma ganha relevo, proliferando, nos últimos anos que antecederam os impérios africanos, as produções em corda seca parcial.

Tal é o caso do candil nº 7, identificado no Castelo de Moura⁷⁹, denunciado pelo aspecto escurecido que lhe confere a decoração. Em termos morfológicos, e como se poderá observar no quadro 2, apresenta um menor diâmetro do reservatório em relação ao bico. Possivelmente, a mesma situação ocorreria face ao desenvolvimento do colo, porém o seu estado de fragmentação não isenta de dúvidas tal conclusão.

Coevo a este candil é o exemplar nº 8⁸⁰, tendo sido incluído no quadro com o propósito de evidenciar características morfológicas como o bico bem facetado, associado a um receptáculo bitroncocónico reduzido e rebaixado, que sustenta um colo estreito e oblongo. A asa de secção em “D” acompanha a elegância da peça. De facto, durante os séculos XI e XII, denota-se a preponderância de bicos com paredes rectas, bem facetadas, quase prismáticas.

⁷⁶ Vide candis nºs 6 B e 29 B, anexo IV.

⁷⁷ Da Alcáçova do Castelo e publicado por Gómez Martínez (2001, nº 27, p. 122); (*idem*, 2004, nº inv. CR/CF/0016), encontra-se referido no nº 11 A, anexo IV.

⁷⁸ Tendo sido publicado pela primeira vez em 1988 (Catarino, 1988, pp. 83, 84) como se poderá verificar no anexo IV (nº 17 A).

⁷⁹ Publicado por Macías (1994, p. 133), este candil encontra-se referido no anexo com o nº 11, anexo IV.

⁸⁰ Proveniente da Alcáçova do Castelo de Mértola, foi publicado pela primeira vez nos finais da década de 80 (Torres, 1987, nº 27). Vide exemplar nº 14 B, anexo IV.

Por último, referimos um candil produzido em metal (nº 9)⁸¹, cuja decoração fitomórfica, no apêndice da asa, remete para o período almóada⁸². Exemplos em metal são raros, como se pode verificar no mapa 4.

No que concerne aos candis em cerâmica de período africano, evidenciam certa continuidade relativamente às produções califais, registando-se, no entanto, a par de uma maior difusão das decorações em corda seca, o aparecimento de novas formas (Zozaya, 1990, p. 506). De onde não poderíamos deixar de referir os candis de disco impresso, que exemplificamos no nº 1 do quadro 3⁸³.

Menos comuns, como se depreende da análise do mapa 2, podem mesmo, consubstanciar, na sua morfologia, uma certa “reminiscência”, relativamente às lucernas de disco, principalmente se atendermos a alguns aspectos, como o facto de não apresentarem colo, mantendo o disco e o orifício de alimentação (Gómez Martínez, 2000, p. 425). Contrariamente aos candis de bico, cujo fabrico é essencialmente manual e a torno, os exemplares de disco impresso, tal como as lucernas, são produzidos mediante a aplicação da cerâmica em moldes bivalves. Tal aproximação morfológica, levanta uma questão fundamental - se os candis de disco impresso apresentam mais semelhanças com as lucernas tardias, porque razão se consideram os candis de bico como a sua evolução?

A partir da década de 70, as investigações, pioneiras nesta matéria, levaram alguns investigadores a aceitar a resposta que parecia mais evidente. Em 1978, Guillermo Rosselló Bordoy afirma que “El candil sin gollete, con la cazoleta cubierta mediante un disco decorado, clarísima perduración de la lucerna de canal tardorromana (...)” (Rosselló Bordoy, 1978, p. 48). Tal teoria foi igualmente defendida por Juan Zozaya na década de 70, porém ao deparar-se com a quantidade de candis de disco impresso em contextos de período almóada ratificou tal hipótese (Zozaya, 1999, p. 261).

A afinidade morfológica entre as lucernas e os candis de disco impresso é confrontada com o facto destas luminárias islâmicas se inserirem em realidades cronológicas díspares, como comprovam os contextos a elas associados. Tal facto vem

⁸¹ Vide Torres (1988, fig. 14) e candil nº 14 C do anexo IV.

⁸² Por outro lado, a saliência conferida pelo apêndice, na parte superior da asa, relembra os candis em cerâmica do séc. XI. Característica similar, encontramos num candil proveniente de Beja, publicado por Abel Viana na década de 40 (vide candil nº 12 B do anexo iv) e que se assemelha ao exemplar nº 94 de Juan Zozaya (1990).

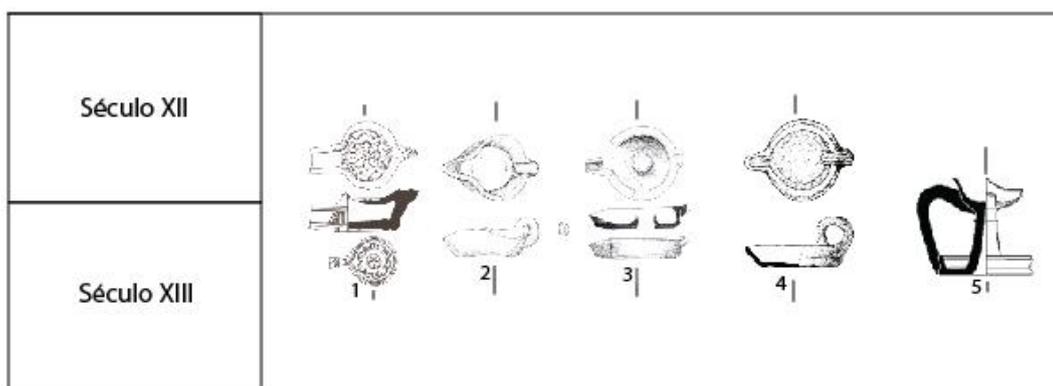
⁸³ Vide candil nº 29 D do anexo IV.

reforçar a importância do contexto arqueológico, face a um aspecto que à partida, parecia tão óbvio.

Conscientes de que o assunto não se esgota nas poucas linhas que lhe dedicamos, terminamos este tópico, remetendo para “a grande inovação” que caracteriza o período almóada, e da qual nos ocuparemos em seguida – as candeias.

- **As candeias:** é comumente aceite que surgem nos séculos XII e XIII e que paulatinamente, acabam por substituir os candis (Catarino, 2005a, p. 366). Porém, afigura-se necessário reflectir se o seu aparecimento é de facto uma “grande inovação”. Não cremos que seja o caso, pelo menos a julgar pelas pequenas candeias de depósito aberto (como a que se exhibe no quadro 3 com o nº 2). Formas simples como esta, já seriam utilizadas pelo menos desde a Proto-História⁸⁴. De facto, no início da década de 50 do séc. XX, José António Ferreira de Almeida referiu alguns exemplares deste período, remetendo inclusivamente para o achado de algumas luminárias pré-históricas, feitas a partir do reaproveitamento de restos de fauna malacológica, que designa por “lâmpadas - conchas” (Almeida, 1953, p. 194).

⁸⁴ Veja-se a título de exemplo uma pequena candeia da 2ª Idade do Ferro, proveniente de Alcácer do Sal, publicada no catálogo *De Ulisses a Viriato* (AA.VV., 1996, fig. 36).



Quadro 3) Proposta de evolução crono-morfológica dos candis de disco impresso e das candeias.

Não obstante, é a partir da segunda metade do séc. XII que se começam a vulgarizar, e, embora lhes sejam inculcadas características morfológicas, decorações ou tratamento de superfícies que evidenciem maior qualidade face às produções precedentes, a sua génese persiste. Referimo-nos, pois, à pequena tacinha que serve de reservatório de combustível e ao pequeno bico resultante de um estrangulamento intencional do seu bordo, útil para segurar a mecha.

Atendendo à morfologia destes recipientes, será interessante sugerir eventuais causas que poderão ter levado à proliferação do receptáculo aberto, denote-se que até esta parte, e desde o período romano⁸⁵, que se verifica a preponderância de luminárias com depósito fechado. É comumente aceite que tal característica estaria associada à necessária preservação do combustível oleico, frequentemente azeite.

Caso exista alguma relação entre esta morfologia e a necessidade de salvaguardar o azeite, poder-se-á depreender que teria valor elevado, que seria pouco acessível, ou que a sua utilização para outros fins, como a alimentação, por exemplo, fosse igualmente importante.

Ora, nas candeias o depósito é marcadamente aberto⁸⁶, logo mais susceptível ao desperdício. Deste modo, seguindo o mesmo raciocínio, podemos sugerir que a preservação do azeite deixara de ser fundamental, depreendendo-se, por conseguinte, a redução do valor.

⁸⁵ Altura em que, adoptando a *lychnos* grega, os romanos, lhe introduzem um disco tornando-a numa forma fechada.

⁸⁶ Ainda que se verifique, em certos exemplares, um bordo ligeiramente biselado para o interior do receptáculo, sugerindo alguma preocupação em evitar a perda de combustível. Tal é o caso da candeia que se exhibe no quadro 3 com o nº 4.

Numa perspectiva de abundância, será compreensível que o azeite se tenha tornado um bem mais acessível. Tal sugestão poderá ser corroborada com o incremento agrícola, que se fez sentir na Península Ibérica, durante este período, traduzindo-se na proliferação do cultivo da oliveira (Santos, 2006, p. 139). Em particular nas regiões mais a sul do *al-Ándalus*, esta cultura seria já próspera no século XII (AA. VV., 2005, p. 12).

Deste modo, perante uma certa coincidência entre a divulgação de utensílios de iluminação de forma aberta e a abundância da matéria-prima, utilizada como combustível, afigura-se pertinente questionar a relação entre a significativa alteração morfológica e factores económicos, aos quais está intrínseco o valor do azeite.

Perante o exposto, importa, agora, salientar alguns aspectos de maior relevo, no que respeita às características morfológicas das candeias, que permitem distinguir vários grupos, que são *grosso modo*, coetâneas entre si tenham sido coevas

A primeira candeia apresentada no quadro 3 (nº 2) corresponde à forma mais frequente. Este exemplar, proveniente de Mértola⁸⁷, é representativo do tipo que apresenta bico trilobado, em associação com corpo troncocónico e pequena asa, por vezes ausente⁸⁸.

Menos comum, a candeia nº 3 apresenta base circular e, no sentido oposto ao do arranque da asa, um bico bem facetado, quase prismático. A principal particularidade exibida reside no arranque de um apêndice, ao centro do reservatório. Com frequência os exemplares de Silves e Alcácer do Sal são tidos como paralelos, contudo, o seu estado de conservação suscita algumas dúvidas, no que respeita à funcionalidade do referido apêndice. Seria o arranque da asa?

No catálogo *Tavira, território e poder* pode verificar-se uma candeia semelhante às supracitadas⁸⁹. Menos fragmentada, permite-nos concluir que o desenvolvimento vertical do apêndice cónico em nada se relaciona com a asa que lhe está adossada, dependendo-se, desde logo, funções distintas.

A ausência de tal particularidade em candis ou em outras candeias, levou-nos, após alguma pesquisa, a considerar a proximidade deste apêndice com o que se verifica

⁸⁷ Vide Torres (1987, fig. 30) e candeia nº 10 B, anexo IV.

⁸⁸ Como se pode verificar na candeia identificada no castelo de Tomar (Ponte, *et alii*, 2001, fig. 6H, p. 433), vide exemplar nº 1, anexo IV.

⁸⁹ Até ao momento apenas encontramos referência a três exemplares congêneres em Tavira (AA. VV., 2003, nº 222, p. 309), Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, fig. 17, p. 107) e em Silves (Gomes, 1988, pp. 238 e 239).

noutro utensílio de iluminação coevo, designado por “fanal” ou lanterna⁹⁰. Destinada a iluminar espaços abertos (Gómez Martínez, 2004, p. 278), a função do referido apêndice prender-se-ia com a necessidade de “enrolar” a mecha, envolvendo-a em combustível sólido, como a cera (*ibidem*, p. 485). Deste modo, sugerimos que tal solução seria transversal a ambos os recipientes.

Antes da sucinta referência às candeias de pé alto, dedicamos algumas linhas a outro exemplar, igualmente raro. Trata-se da candeia nº 4, exibida no quadro 3, identificada em apenas três sítios – Salir⁹¹, Mértola⁹² e Silves⁹³. Distinguindo-se das demais, apresenta características, como o depósito troncocónico invertido, lábio esvasado e ligeiro bisel, bico curto e facetado em oposição a uma asa vertical de pequenas dimensões e base plana. Distingue-se, igualmente, pela qualidade de acabamentos, superfícies alisadas e vidradas.

Por último, as candeias de pé alto, (nº 5), contemporâneas dos exemplares desprovidos desta característica, são menos comuns e a sua distribuição geográfica incide sobretudo no sul do país, tal como se pode inferir a partir da análise do mapa 3, sugerindo, o seu aparecimento algumas décadas mais tarde, já no início do séc. XIII, como defendem alguns investigadores⁹⁴.

Comparativamente às candeias simples, permitem elevar o ponto de luz, possibilitando maior superfície iluminada. Por outro lado, segundo José Alvarez García a existência de uma peanha, assemelhando-se a um pequeno prato, poderia constituir um elemento útil à recuperação do azeite, ou outro combustível líquido, que escorresse do receptáculo (Alvarez García, 2000, p. 380).

Na nossa opinião, tendo em contas as dimensões deste recipiente, seria essencial uma base compatível, permitindo que o corpo da peça assentasse de forma segura e prática, em qualquer superfície plana. Embora a perspectiva do autor se afigure pertinente, uma vez que qualquer pingo de gordura ficaria ali retido, parece-nos menos provável que o objectivo dessa “retenção” fosse o seu possível reaproveitamento. Tal aspecto poderia

⁹⁰ A este propósito será oportuno comparar a candeia de Tavira (VV.AA, 2003, nº 222, p. 309) com a lanterna nº CR/CF/0043 apresentada por Susana Gómez Martínez (2004).

⁹¹ Exemplar em melhor estado de conservação: *vide* Catarino (1997, p. 1187) e candeia nº 11 A, anexo IV.

⁹² *Vide* Torres (1987, fig. 29) e candeia nº 10 A, anexo IV.

⁹³ As autoras referem a identificação de três exemplares idênticos em Silves. *Vide* Gonçalves, *et alii*, (2007, p. 645) e candeia nº 12 D, anexo IV.

⁹⁴ É o caso de Susana Gómez (2001, p. 427).

prender-se com razões de comodidade, asseio e segurança, pois a recuperação do azeite contido seria dificultada pela ausência de qualquer estrangulamento na sua superfície da peanha.

Referidas algumas especificidades morfológicas intrínsecas a estes utensílios, importa salientar que a sua utilização não se restringiu ao período islâmico, como já havíamos referido, surgem durante as centúrias seguintes em contextos cristãos. Como tivemos oportunidade de verificar, exemplares identificados em contextos dos séculos XIV e XV não apresentam características morfológicas que os distinguem das candeias islâmicas do início do séc. XIII⁹⁵. Discordamos da perspectiva apresentada por Eva Kemnitz (1993 – 1994, p. 453), onde defende que os exemplares provenientes de contextos cristãos se podem diferenciar “pela ausência de asa e pelo acabamento de engobe, pois nunca são vidrados”. Atendendo ao facto de termos registado candeias islâmicas, sem qualquer tratamento de superfícies, com e sem asa, tal pressuposto afigura-se-nos inconclusivo.

5.2. A distribuição geográfica no território português

Uma ponderação sobre os mapas apresentados expressa, aqui, a necessidade de evidenciar os locais de onde provêm os utensílios de iluminação, assim como, a partir da sua dispersão espacio-temporal, interpretar os padrões de distribuição observados. A análise proposta preconiza evidenciar frequências e ausências na dispersão dos utensílios de iluminação, sem negligenciar o papel dos eixos viários e principais aglomerados ao longo dos séculos.

- **As lucernas**, como se poderá depreender da análise do mapa 1 (anexo III), apresentam uma disseminação preponderante na faixa litoral, de relevos mais suaves e zonas de amplos vales, sobretudo a sul do Tejo, contratando com as zonas de maior altitude, do interior, especialmente para norte da Serra da Estrela. De facto, acima da linha da Estrela os escassos exemplares recolhidos encontram-se em associação ao curso do Douro (n^{os} 4 e 5). Assim, as características orohidrográficas foram determinantes no desenho das principais zonas de passagem.

⁹⁵ Corroborando, a continuidade observada até esta parte.

A importância dos cursos fluviais como vias de comunicação é, também, evidenciada pela distribuição destes materiais junto ao rio Tejo (n.ºs 12, 15 e 20), na área do estuário do Sado e Península de Setúbal (n.ºs 21, 22, 23 e 24) e no Guadiana (n.ºs 28, 29 e 32).

Em nítida articulação com os cursos fluviais, destacam-se os eixos viários, desenhando uma intrincada rede de rotas de circulação.

Este aspecto é particularmente visível na área a sul do Tejo, parecendo não só relacionar-se, como já mencionado, com os cursos fluviais, mas, essencialmente, com os principais eixos viários que estabeleceriam a ligação entre os núcleos urbanos da Lusitânia romana. Referimo-nos, concretamente, aos percursos *Olisipo – Emerita Augusta*, por *Scallabis* (n.ºs 10, 11, 12, 15 e 20), *Olisipo – Emerita Augusta*, por *Ebora* (n.ºs 16, 17, 18, 21, 22, 23 e 24), *Olisipo - Hispalis*, por *Salacia* e *Pax Iulia* (n.ºs 21, 22, 23, 24, 27, 28 e 29). A sua dispersão parece relacionar-se, de igual modo, com as áreas de influência dos aglomerados *Emerita*, *Olisipo*, *Pax Iulia* e *Ossonoba*.

As necessidades de escoamento de pessoas e bens suprir-se-iam numa articulação destas vias com uma rede de eixos secundários. Note-se, a este respeito, a presença de lucernas em áreas de exploração mineira em Época Romana, contíguas a percursos secundários confirmados, especificamente, em Aljustrel (n.º 30) - relacionado com eixo de ligação a *Pax Iulia* e na Mina de Santo Estevão (n.º 33), que teria no Arade e nos circuitos viários associados forma de escoamento do minério.

Associado ao espaço sagrado parece estar o exemplar proveniente de S. Miguel da Mota (Alandroal, n.º 19), indiciando a sua importância religiosa na longa diacronia.

Embora a densidade destes vestígios seja mais reduzida e esparsa a norte do Tejo, verifica-se uma clara associação com o eixo *Olisipo – Bracara Augusta*, incidindo, também, nos principais núcleos urbanos e sua área de influência, como parecem ser os casos de *Conimbriga* e *Rabaçal* (n.ºs 8 e 9), de *Gulpilhares* (Vila Nova de Gaia) (n.º 5), associado a *Cale*, por fim, *Bracara* e *Póvoa de Lanhoso* (n.ºs 1 e 2).

A manifesta ausência de lucernas tardias no interior beirão e transmontano é evidente, podendo estabelecer-se uma analogia com o observado por José António Ferreira de Almeida (1953, p. 196), em relação à distribuição de lucernas em geral: “A sua repartição é muito desigual no nosso território: são raríssimas nas zonas de Trás-os-Montes e Beira Alta, muito comuns no Alentejo e Algarve e abundantes na faixa litoral até ao Douro.”

A falta de trabalhos de investigação direccionados para a temática, bem como as poucas publicações sobre os vestígios materiais tardo-antigos desta região poderão justificar o aparente vazio.

São apenas três os exemplares exumados nesta área, podendo relacionar-se dois destes (Lousada, nº 3 e Fatela, Fundão, nº 7) com o eventual percurso do eixo que estabeleceria a ligação entre *Bracara Augusta* e *Emerita Augusta*, por Viseu, outro com a ligação entre esta via e *Aquae Flaviae* (Poiães, Peso de Régua, nº 4).

Apartada, então, das principais zonas de passagem, consequentemente, das zonas de comércio centrais, esta região regista, no que aos modelos de ocupação diz respeito, uma preponderância de comunidades rurais, vinculadas a uma exploração de subsistência dos recursos, que se traduzem numa cultura material com influência meridional menos demarcada.

Os utensílios de iluminação poderiam, assim, adquirir outras formas para além das que comumente se atribuem a tal função, o que poderá condicionar a sua correcta interpretação. Refira-se, por exemplo, a lamparina nº 511 descrita por Jeanette Nolen (1985, p. 137) ao abordar o espólio das necrópoles do Alto Alentejo. A raridade, bem como a simplicidade e as características morfológicas apresentadas poderiam, efectivamente, suscitar interpretações díspares.

Por outro lado, um mesmo recipiente poderia ser utilizado para vários fins, o que, necessariamente, implica uma revisão / reinterpretação de algumas formas.

Uma hipótese forte a considerar será o emprego de materiais perecíveis na iluminação. Como anteriormente referimos, além das lucernas, poderia recorrer-se ao uso de tochas (*taedae, faces*), velas (*candelae*) ou lanternas (*lanternae*) (Amare Tafalla, 1987, p. 15) e, embora o azeite fosse o combustível utilizado por excelência, outras gorduras poderiam ser empregues. A produção de velas, p. e., recorreria à cera de abelha ou ao sebo, hábitos bem documentados para a Idade Média, mas passíveis de remontarem a períodos mais remotos⁹⁶.

⁹⁶ Aprofundaremos este assunto no ponto seguinte.

- **Os candis** apresentam uma óbvia preponderância nos territórios a sul do Tejo encontra justificação na continuidade de ocupação islâmica da área, sendo visível uma maior concentração destes vestígios em torno das *kuras*⁹⁷ de *Ossonoba* e *Baja*. Aqui é acentuada a relação com os eixos viários que estabeleciam a ligação entre os assentamentos da costa e do interior algarvios que se desenvolvem para o Baixo Alentejo (nºs 10 a 31) (*vide* mapa 2 do anexo III).

Restringindo-se apenas ao Sul, refiram-se os candis de disco impresso, cuja dispersão sugere o seu carácter de excepção, conhecendo-se exemplares, tão-só, em Alcácer (nº 9), Mértola (nº 14), Silves (nº 29) e Alvor (nº 30), três importantes pólos urbanos e uma zona de entreposto comercial por excelência.

Observou-se uma presença mais dispersa dos exemplares de bico, nas áreas do Alto Alentejo (nº 8), Península de Setúbal e Baixo Sado (nºs 7 e 9), Lisboa e Vale do Tejo (nºs 4, 5 e 6), em estrita associação com os principais eixos de circulação viários e fluviais.

O candil exumado em Coimbra (nº 3) remonta ao período de ocupação califal/taifas da cidade. Para norte, e de difícil contextualização são os exemplares de Veiga de Chaves (nº 1) e Pedrartil (nº2)⁹⁸.

No primeiro caso, a identificação dos candis está em associação com um conjunto de trempes, podendo indiciar a existência de um forno na região e a tentativa de reprodução de formas de iluminação vulgarizadas em contextos meridionais. Ora, a Veiga de Chaves está próxima do eixo primacial que estabeleceria a ligação entre o litoral norte e o interior, possibilitando a adopção de influências exógenas.

Tanto Veiga de Chaves como Pedrartil estão associados a percursos viários secundários inscritos numa longa diacronia, que poderiam ter servido as incursões de Almansor a norte do Douro, para Santiago de Compostela e Astorga (Catarino, 2008, pp. 125; 127). Dentro da lógica da persistência destes eixos como importantes pontos de passagem, não só a manutenção da dinâmica habitual da via, mas também as movimentações militares propulsariam contactos e influências entre as distintas populações. E, embora nesta região não se possa falar na presença efectiva de populações muçulmanas, mas sim de comunidades moçárabes, a verdade é que existem

⁹⁷ Cidades-província que se irão manter até à fragmentação do *al-Ándalus* nos vários reinos de taifa (Catarino, 1997, p. 108).

⁹⁸ Em ambos os casos, trata-se de espólio museológico que não está adstrito a uma proveniência isenta de dúvidas, portanto, sem um contexto arqueológico definido.

alguns topónimos de raiz árabo-berbere (Catarino, H., 2005b, p. 196). É o caso da localidade de “Almanson” junto a Alvarelhos (Valpaços) (*idem*, 2008, p. 127).

Com excepção dos três exemplares acima abordados, o espaço a norte do Tejo apresenta um vazio de informação, já atestado aquando da análise do padrão de distribuição das lucernas tardias.

Para além de uma investigação lacunar sobre os vestígios ceramológicos deste período para as zonas do interior norte, que se traduz na escassez de publicações, outras hipóteses há a considerar. Já acima nos referimos à necessidade de rever as funcionalidades comumente determinadas para os objectos de cerâmica comum. A ausência de candis, como a de lucernas, poderia reflectir, então, a adopção de outras formas para o mesmo fim. Assim se justificaria a consideração dos pratinhos covos ou pratéis de S. João de Valinhas (Arouca) por António Silva e Manuela Ribeiro (2006 – 2007, p. 79) como eventuais recipientes para a iluminação. Também Miguel Rodrigues (1994, pp.18; 19) conjecturou a hipótese de peças do tipo tigela ou malga cumprirem, não só a função de servir alimentos, mas também de iluminar.

Acrescente-se que os vestígios de combustão nem sempre são perceptíveis, sendo que a utilização de combustível sólido, como sebo ou cera, dificilmente deixaria evidências na peça que o suportava.

A criação de abelhas é referida na documentação medieval, como fonte de alimento e cera para iluminação. Muito embora os vestígios arqueológicos sejam ténues, a presença de muros apiários, na arquitectura vernacular, indicia a persistência desta actividade de longa tradição, em particular nas zonas de Trás-os-Montes, Minho, Beiras e Alentejo (Henriques, *et alii*, p. 6). De facto, a cultura da oliveira, fonte de combustível líquido, viria a ser próspera no sul da Península a partir do século XII, mas sobretudo no século XIII, o que pode sugerir uma preponderância dos combustíveis sólidos nas áreas mais setentrionais.

- **As candeias** têm uma distribuição em óbvia relação com a presença almóada no *Gharb al-Ándalus*. Verifica-se, portanto, uma maior incidência desta iluminaria a sul do Tejo (n^{os} 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16), conhecendo-se poucos exemplares na área de Lisboa e Vale do Tejo, para norte (n^{os} 1, 2, 3, 4 e 5) (*vide* mapa 3 do anexo III).

A sul do Tejo é nítida a coexistência das formas de candeias simples com as de pé alto. Muito embora se considerem coevas, não é despiciendo que as últimas se reportem

a cronologias ligeiramente mais recentes, podendo resultar da adaptação das formas simples. A sua distribuição parece reforçar esta ideia, visto se cingirem, à excepção de Sintra (nº 5), ao sul do Tejo e, em particular, na costa algarvia.

À semelhança do que se observou anteriormente, também a disseminação destes vestígios parece estar em estreita relação com a malha viária que estabelecia a ligação entre os principais centros almóadas do *Gharb al-Ândalus*.

Situação análoga regista-se a norte do Tejo, evidenciando a persistência da importância do eixo que, pelo litoral, estabelecia a ligação entre Lisboa e Braga, não só como meio de intercâmbio de bens, mas também de influências técnicas e estéticas entre regiões.

Acrescente-se que, mesmo nas zonas onde se verifica maior concentração destes utensílios (Alentejo e Algarve), é manifesta a sua ausência nas áreas apartadas dos principais eixos de comunicação viários, fluviais e zonas portuárias.

No que concerne ao mapa 4 (anexo III), onde se evidenciam candis e candeias em metal, pode sugerir-se que a natureza excepcional destas peças é, decerto, condicionante da sua fraca expressão. Pelo valor que lhe era conferido, admite-se que seriam susceptíveis à refundição com vista ao reaproveitamento do metal, justificando-se assim, a sua escassez.

À semelhança do que se verificou para os candis de disco impresso, os exemplares de peças de iluminação islâmicas em metal registados cingem-se a importantes centros urbanos do *Gharb al-Ândalus*: Mértola (nº 1), Silves (nº 2), Cacela (nº 3) e Faro (nº 4). Destes quatro, apenas em Silves se registou a presença de formas abertas e fechadas.

Por fim, remetemos para o mapa de distribuição geral dos utensílios de iluminação, permitindo-nos verificar antes de mais, uma maior densidade destes vestígios na área a Sul do Tejo. Como anteriormente referimos na abordagem individualizada, denota-se uma tendência para a sua concentração em torno dos principais eixos viários e assentamentos.

Casos há, onde se observa uma continuidade na presença destes utensílios indiciando a importância que tais aglomerados detinham na longa diacronia. É o caso de Santarém, Alcácer do Sal, Beja, Mértola e Faro. Coincidindo com importantes cruzamentos de vias de comunicação (viárias, fluviais e/ou portuárias), por natureza, zonas de confluência de pessoas, bens, tendências estéticas, ideias, etc.

Denota-se, claramente, que os itinerários, que no período romano asseguravam a comunicação vital entre os diversos pólos de assentamento, “pervivem”, sendo

continuamente calcorreados, “quando o domínio romano já não era mais que uma memória longínqua” (Mantas, 1996, p. 911).

É igualmente interessante notar um padrão de distribuição que tende a circundar os principais centros estruturadores do território. Para o período alto medieval, coincidente com a presença islâmica, a expressão deste tipo de utensílios é praticamente nula no Alto Alentejo, Ribatejo, interior beirão e transmontano, como se depreende da análise do mapa 5.

6. Síntese e conclusões

Fundamentando-se em base bibliográfica, o trabalho apresentado permitiu desenvolver uma abordagem crítica às publicações nacionais que, desde o séc. XIX a esta parte, têm vindo a divulgar os utensílios de iluminação.

A sua natureza e o período cronológico em que se inserem foram, inegavelmente, factores essenciais para que, desde cedo, lucernas, candis e candeias propulsassem o interesse de investigadores, sob as mais variadas perspectivas.

O estudo das lucernas começou por suscitar o interesse mais sob uma perspectiva da História de Arte que da Arqueologia, provavelmente devido às harmoniosas decorações que exibiam no disco. Por outro lado, a singularidade dos candis é de imediato associada à sua origem islâmica. Já as candeias, cuja, aparente simplicidade poderia remeter à insignificância, acabaram por se perpetuar quase até aos nossos dias, incorporando a memória comum das gerações mais vividas e inculcando uma nostalgia permanente, tão bem ilustrada na Etnografia.

Da informação bibliográfica que se reporta às lucernas distinguimos duas fases. Uma primeira caracterizar-se-ia por referências, inicialmente sumárias, em jeito de “notícia”, com frequência limitadas e lacunares, remontantes a finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. Seria, sobretudo a partir da partir da segunda metade do séc. XX que, acompanhando o incremento das publicações, se desenvolvem estudos exclusivamente dedicados a estes utensílios, traduzindo-se em análises individualizadas e pormenorizadas das peças.

As formas de candis e candeias viriam, mais tarde, a ser objecto de reflexão, do ponto de vista histórico-arqueológico, aspecto que encontra justificação numa maior simplicidade destas formas em relação à luminária romana, acompanhando, também, a tendência tardia da investigação em Arqueologia Medieval. Seria, de facto, a partir dos

finais da década de 70 e inícios da década de 80 que se assiste ao desenvolvimento da investigação neste período.

Transversais às várias luminárias, concretamente às publicações que lhes fazem menção, verificam-se inúmeras lacunas, passíveis de rebater, caso fossem empreendidos esforços com o intuito de uniformizar os critérios utilizados⁹⁹. Deparámo-nos, com frequência, com informações que, de tão sucintas, se tornaram pouco férteis a qualquer forma de aquisição de conhecimento, a que se acrescenta a comum arbitrariedade na publicação de desenhos e/ou fotografias, passível de comprometer o rigor científico das descrições e ilustrações, suscitando, concomitantemente, interpretações dúbias.

De igual modo, se torna complexa a tarefa de analisar os achados isolados, desprovidos de contexto, por vezes sem indicação do local de proveniência.

Contudo, nas publicações mais recentes estes casos são menos comuns, denotando-se o empenho, por parte dos investigadores, em dar continuidade ao diálogo científico. Razão pela qual, nos foi possível prosseguir o estudo, enveredando pela apresentação de cada luminária na sua singularidade, assumindo, posteriormente, relações de afinidade e dispersão geográfica.

A caracterização crono-morfológica dos distintos recursos de iluminação traduziu-se numa continuidade no longo processo evolutivo das lucernas, aos candis e candeias. Assim, da lucerna ao candil, propôs-se uma transmissão sustentada em formas de iluminação tardo-antigas de proveniência oriental, materializada, num primeiro momento (período emiral e início do califal), no desenvolvimento vertical do colo, posteriormente acompanhado pela redução do receptáculo de combustível e alongamento do bico.

A simplicidade da candeia levou-nos a ponderar tratar-se de forma de antecedentes remotos, parecendo ter ressurgido em período almóada, tendo-se afirmado, desde então, como luminária de preferência. Este possível ressurgimento da forma aberta parece coincidir com a proliferação da cultura da oliveira, sobretudo no sul do *al-Ándalus*, nos últimos dois séculos de presença islâmica.

A análise da dispersão geográfica dos utensílios de iluminação revelou a preponderância destes vestígios na área litoral e Sul do actual território português, em intrínseca relação com eixos de comunicação (viários, fluviais, portuários), inseridos numa longa diacronia, com os quais se relacionam os principais assentamentos.

⁹⁹ Como defende Adília Alarcão, seria pertinente “reflectir e adoptar uma política de publicação” (Alarcão, 1981, p. 4).

Com a predominância de vestígios a sul do Tejo contrasta a prática ausência destes artefactos para Norte, com particular incidência no interior.

Embora os recipientes analisados possam corresponder às luminárias por excelência, do seu tempo, existiriam, por certo, outros, menos perceptíveis na cultura material que cumpririam o mesmo fim.

Assim, como havíamos referido, utilizar-se-iam lamparinas, tochas, velas e lanternas, entre outros, deixando em aberto inúmeras possibilidades do recurso a materiais perecíveis. A este respeito, refira-se a utilização de sebo e cera de abelha como combustíveis alternativos ao azeite.

Acrescente-se a necessária revisão funcional dos vestígios ceramológicos, não sendo de descartar a hipótese de um mesmo utensílio cumprir distintos fins. Por outro lado, a simplicidade de algumas formas de cerâmica comum pode induzir a atribuições de funcionalidades que, generalizando-se, não contemplam a iluminação.

Pretendemos, com a nossa modesta reflexão, propor uma abordagem aos recipientes cerâmicos de iluminação que caracterizaram o período desde a Antiguidade Tardia até ao final da presença islâmica. Conscientes das lacunas que contempla um estudo alicerçado na pesquisa bibliográfica, em permanente actualização, deixamos, aqui, algumas ponderações passíveis de alumiar futuras incursões por esta temática.

Bibliografia

AA. VV., 1996, *De Ulisses a Viriato – O 1º milénio a. C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Ministério da Cultura, Lisboa

AA.VV., 1998, *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, Ministério da Cultura, Lisboa

AA. VV., 2002, *De Scallabis a Santarém*, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, Lisboa

AA. VV., 2003, *Tavira. Território e Poder. Catálogo da exposição*, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira. Lisboa – Tavira

AA. VV., 2009, *A villa romana da sub-serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*, Trabalhos Arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, Vila Franca de Xira

ALARCÃO, Adília, 1971, “Lucernas Romanas do Museu Machado de Castro”, sep. *Conimbriga*, nº 10, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 1; 86

ALARCÃO, Adília, 1981, *A cerâmica romana em Portugal – Reflexões sobre o seu estudo e publicação*, ed. Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu, Viseu

ALARCÃO, Adília e ALARCÃO, Jorge, 1966 a, “O espólio da necrópole luso-romana de Valdoça (Aljustrel)”, *Conimbriga*, nº 5, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 7; 104

ALARCÃO, Adília e ALARCÃO, Jorge, 1966 b, “Achados na Vila Romana de Cardílio – Torres Novas”, *Arquivo de Beja*, nº 23, 1ª série, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 292; 314

ALARCÃO, Adília, e PONTE, Salette, 1976, “Les Lampes”, in ALARCÃO, Jorge, e ETIENNE, Robert, dir., *Fouilles de Conimbriga VI - Céramiques diverses et les verres*, Chapitre X, Diffusion E. de Boccard, Paris, pp. 93; 114

ALARCÃO, Adília e PONTE, Salette, 1984, *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga – Catálogo*, Instituto Português de Museus / Museu Monográfico de Conimbriga, Coimbra

ALARCÃO, Jorge, 1974, “A necrópole do Monte do Farrobo, Aljustrel”, *Conimbriga*, nº 13, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 1; 31

ALARCÃO, Jorge, 1988, *O domínio romano em Portugal*, Publicações Europa – América, Lisboa

ALARCÃO, Jorge e DELGADO, Manuela, 1969, *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades. 1ª Parte. Antiguidades Ibéricas e romanas*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa

ALMEIDA, Carlos, 1972, “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade do Porto, Porto, pp. 113; 136

ALMEIDA, Fernando, 1962, *Arte visigótica em Portugal*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado)

ALMEIDA, Fernando e GARCIA, Eduíno, 1966, “S. Gião: descoberta e estudo arqueológico de um templo cristão-visigótico na região da Nazaré”, *Sep. Arqueologia e História*, vol. XII, série 8, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa

ALMEIDA, José, 1951, “Três lucernas do museu de Santiago do Cacém”, *O Arqueólogo Português*, nº 1, série 2, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 271; 287

ALMEIDA, José, 1953, “Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, nº 2, série 2, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 5; 208

ALMEIDA, Maria e CARVALHO, António, 2005, “Villa Romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira Baixo – Imperial”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 8, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 299, 368

ALVARES GARCÍA, José, 2001, “El ajuar cerámico de una casa nazarí en Granada”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7, ADECAP, Porto, pp. 373; 392

ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocío, 2000, “Cerámica almohade de Cacela Velha: primeros avances”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular - Vol. VII, Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Vila Real, Setembro de 1999, Porto, ADECAP, pp. 453; 464

AMANTE SÁNCHEZ, Manuel, 1988, “Representaciones iconograficas en lucernas romanas de la region de Murcia”, *Arte y poblamiento en el SE. Peninsular, Antigüedad y Cristianismo*, nº 5, Universidad de Murcia, Murcia, pp. 213; 254

AMARÉ, TAFALLA, Maria, 1984, *Lucernas romanas de Bilbilis*, Nueva Colección Monográfica, nº 6, Institución Fernando el Católico, Zaragoza

AMARÉ TAFALLA, Maria, 1987, *Lucernas Romanas, generalidades y bibliografía*, *Monografías Arqueológicas*, nº 26, Departamento de Ciencias de la Antigüedad Universidad de Zaragoza, Zaragoza

AMARÉ TAFALLA, Maria, 1988, *Lucernas Romanas en Aragon*, Institución Fernando el Católico, Zaragoza

AMARÉ TAFALLA, Maria e GARCIA MARCOS, Victorino, 1994, “Una producción de lucernas en Asturica Augusta – a local production of lamps in Asturica Augusta (Astorga, León)”, *Zephyrus: Revista de prehistoria y arqueología*, Universidad de Salamanca, nº XLVII, Salamanca, pp. 273; 285

ANDRADE, Ruy, 1958, “As lucernas do cemitério lusitano-romano de Valdoca – Aljustrel”, *Arqueologia e História*, nº 0, vol. 8, série 8, Associação de Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 155; 172

BARROCA, Mário, 2008 – 2009, “De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portugália*, Nova Série, vol. XXIX - XXX, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 193; 252

BARROCA, Mário e SANTOS, Maria, 2006, “O candil califal de Pedrartil (Croca, Penafiel) ”, *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional*, Mértola, pp. 310; 317

BASÍLIO, Lília, NEVES, Maria, ALMEIDA, Miguel, 2006, Os materiais cerâmicos da “Lixeira 2” da “Pensão Castelo” – Novos dados sobre a ocupação islâmica de Tavira, *Xelb*, nº 6: *revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp.105; 114

BELCHIOR, Claudette, 1969, *Lucernas Romanas de Conimbriga*, Museu Monográfico de Conimbriga, Coimbra

BELCHIOR, Claudette, 1974, “Breve notícia de algumas lucernas do Museu de Faro”, sep. *Anais do Município de Faro*, nº 4, Câmara Municipal de Faro, Faro

BELCHIOR, Claudette, 1979, “Duas notas sobre lucernas da necrópole romana de Valdoca (Aljustrel)”, *Conimbriga*, nº 9, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 75; 80

BELTRÁN LLORIS, Miguel, 1978, *Cerámica romana, tipología y clasificación*, Libros Pórtico, Zaragoza

BENABAT HIERRO, Yolanda e PEREZ MACÍAS, Juan, 2003, “Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla”, *Arqueologia Medieval*, vol. 8, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 119; 127

BERNAL CASASOLA, Darío, 1995, “Economía lychnológica hispana: valoración actual del proceso de manufactura de lucernas en época romana y su inserción en el contexto Mediterráneo”, *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 5, nº 35 (1), Porto, pp. 369; 396

BIERS, William, 1988, *Mirobriga. Investigations at an iron age and roman site in southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*. British Archaeological Reports (BAR), International Series 451, Oxford

BOTTO, João, 1896 a, “Notícias do Museu Archeologico de Faro”, *O Archéologo Português*, nº 2, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 25; 27

BOTTO, João, 1896 b, “Archeologia do Algarve”, *O Archéologo Português*, nº 2, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 152; 153

BRAZUNA, Sandra e RAMOS, Ana, 2007, “Intervenção Arqueológica no Cine – Teatro Farense ocupação islâmica”, *Vipasca – Arqueologia e História*, nº 2, série 2, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 536; 541

BUGALHÃO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda, 2001, “O arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: Urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, vol. 7, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 111; 145

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria e GOMES, Ana, 2004, “Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 7, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 575; 643

BUGALHÃO, Jacinta e GOMES, Sofia; SOUSA, Maria, 2007, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)”, *Revista*

Portuguesa de Arqueologia, nº 1, vol. 10, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 317; 344

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZ TINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCÍA, Marta; DIAS, Maria; e PRUDÊNCIO, Maria, 2008, “Produção e consumo de cerâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”, *Arqueologia Medieval*, vol.10, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 113; 134

BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo e SANTOS, Constança, 2009, “CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ándalus”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 10, *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves - 22, 23 e 24 Outubro 2009)*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 455; 476

CABRAL, Maria, 1974, “Cinco lucernas inéditas da Barrosinha”, *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. II, Lisboa, pp. 175; 184

CABRAL, Maria, 1974 – 1977, “Lucernas romanas de Alcácer do Sal”, *O Arqueólogo Português*, nºs 7/9, Série 3, pp. Imprensa Nacional, Lisboa, 347; 354

CABRAL, Maria, 1975, “A representação do crismón em lucernas tardias de Tróia (Setúbal)”, *Setúbal Arqueológica*, 1, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, (MAEDS), Setúbal, pp. 163; 167

CABRAL, Maria, 1976 – 1977, “Lucernas romanas de *Mirobriga* – Museu Municipal de Santiago do Cacém”, *Setúbal Arqueológica*, 2 - 3, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, (MAEDS), Setúbal, pp. 455; 468

CABRAL, Maria, 1978, “Marcas de oleiro em lucernas romanas de Balsa, Torre d' Ares”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, vol. 1, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 237; 248

CAEIRO, José, 1979, “O espólio arqueológico da herdade do Reguengo (Vaiamonte)”, *Conimbriga*, nº 18, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp 113; 120

CAEIRO, José, 1994, *Arqueologia do Concelho de Serpa: Lucernas da Cidade das Rosas. Cerâmica Islâmica do Largo da S. Paulo*, Universidade de Évora, Évora

CAETANO, José, 2001, *Lucernas Romanas de Conimbriga Escavações de 1963 – 1970*, dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (policopiado)

CAETANO, José, 2002, “Lucernas da necrópole romana da Lage do Ouro (Crato)”, *Conimbriga*, nº 41, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 197-217

CALADO, Marco e LEITÃO, Vasco, 2005, “A ocupação islâmica na encosta de Sant’ Ana (Lisboa) ”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 2, vol. 8, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 459; 470

CARVALHO, António e FARIA, João, 1993, “Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal”, *Arqueologia Medieval*, vol. 3, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 101; 111

CARVALHO, António; FARIA, João e FERREIA, Marisol, 2004, *Alcácer do Sal Islâmica – Arqueologia e História de uma Medina do Garb Al-andalus (Séculos VIII – XIII)*, Câmara Municipal de Alcácer do Sal – Museu Municipal Pedro Nunes, Instituto Português de Museus, Alcácer do Sal

CARVALHO, Pedro, 2007, *Cova da Beira Ocupação e Exploração do território na época romana*, Câmara Municipal do Fundão, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, Fundão – Coimbra

CARVALHO, Teresa, 2008, “As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares”, *OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património*, número especial, Câmara Municipal de Lousada, Lousada, pp. 83; 113

CASTRO, Luís, 1960, “Lucernas mineiras”, *Estudos, Notas e trabalhos do serviço de Fomento Mineiro*, Vol. XIV, Serviço de Fomento Mineiro, Direcção-Geral de Geologia e Minas, Lisboa, pp. 281; 299

CATARINO, Helena, 1988, *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental*, apresentação das provas de aptidão pedagógica à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado)

CATARINO, Helena, 1992a, "A fortificação muçulmana de Salir (Loulé): primeiros resultados arqueológicos", *Al-'Ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 1; Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 9; 51

CATARINO, Helena, 1992b, "Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve oriental e o Castelo Velho de Alcoutim", *Actas do III Congreso de Arqueología Medieval Española*, 27 Marzo – 1 Abril, Oviedo, 1989, vol. II, Universidad de Oviedo, Oviedo, pp. 296; 305

CATARINO, Helena, 1995 – 1997, "Arqueologia do Período Islâmico em Portugal: breve perspectiva", *O Arqueólogo Português*, nºs 13/15, Série 4, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 457; 484

CATARINO, Helena, 1996, *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Salir*, Museu Municipal de Arqueologia, Loulé

CATARINO, Helena, 1997, O Algarve oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados, *Al-'Uliã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 6, (3 volumes), Câmara Municipal de Loulé, Loulé

CATARINO, Helena, 1999 – 2000, "O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998", *Al-'Ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 7, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 77; 128

CATARINO, Helena, 1999, "Cerâmicas omíadas do Gharb Al-Andalus: resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)", *Arqueología y territorio medieval*, nº 6, Universidad de Jaén, Jaén, pp. 113; 132

CATARINO, Helena, 2005a, "História da cultura material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve) ", *Revista Portuguesa de História*, tomo 37, Instituto de História Económica e Social, Universidade de Coimbra, pp. 363; 376

CATARINO, Helena, 2005b, "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Colibri, Lisboa, pp. 195;214

CATARINO, Helena, 2005 – 2006, “Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V – X)”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia. Universidad Autónoma de Madrid (CuPAUAM)*, nºs 31/32; Madrid, pp. 117; 136

CATARINO, Helena, 2008, “A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra”, *La Península Ibérica al filo del año 1000, Congreso Internacional Almansor y su época*, (coord. José Luís del Pino), Fundación Prasa, Córdoba, pp. 123; 146

CATARINO, Helena; ARRUDA, Ana e GONÇALVES, Victor, 1981, “Vale do Boto: Escavações de 1981 no complexo árabe / medieval”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa – Vol. 3*, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 9; 27

CATARINO, Helena Catarino e FILIPE, Sónia, 2006, *Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira, Al-Ândalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional*, Mértola, pp. 73; 85

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia e SANTOS, Constança, 2009, “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 9, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Ândalus; síntese e perspectivas de estudo*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 333; 376

CELIS BETRIU, Raül, 2005, *Las lucernas romanas, conceptos y principios tipológicos (una aproximación a su definición)*, Trabajo de D.E.A. Universitat de Barcelona

COELHO, Catarina, 2000, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 3, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 207; 225

CRAVINHO, Graça, 1993-1994, “Algumas peças da villa de Freiria (Cascais)”, *Conimbriga*, nºs 32/33, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 333-348

CUNHA, Mélanie, 2008, “As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz) – Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia”, *O Arqueólogo Português*, Sup. 4, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

DELGADO, Manuela e MORAIS, Rui, 2009, *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória, (CITCEM), Braga

DIOGO, António e SEPÚLVEDA, Eurico, 2000, “As lucernas das escavações de 1989 / 1993 do teatro romano de Lisboa” *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 3, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 153; 161

DIOGO, António e TRINDADE, Laura, 1996, “Materiais provenientes do sítio romano da Comenda (Setúbal)”, *Al' madan*, nº 5, série 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 7; 12

DOMERGUE, Claude, 1990, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, École Française de Rome – 127, Paris – Roma

ENCARNAÇÃO, José d', 2008, “Octávio Veiga Ferreira: percursos em Cascais e pela Arqueologia Clássica”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, nº 16, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, pp. 351; 362

FABIÃO, Carlos; DIAS, Mafalda e CUNHA, Mélanie, 2008, *Sit Tibi Terra Levis – Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

FARIA, João e FERREIRA, Marisol, 1993 – 1994, “Estação arqueológica da Horta do Crespo (Alcácer do Sal), *Conimbriga*, nºs 32 /33, Universidade de Coimbra, Coimbra pp. 349; 357

FERNANDES, Isabel, 2004, *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Colibri, Câmara Municipal de Palmela, Palmela

FERNANDES, Isabel e CARVALHO, António, 1993, *Arqueologia em Palmela, 1988/92*, Catálogo da exposição: 28 de Agosto a 19 de Dezembro de 1993, Igreja de Santiago, Castelo de Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Palmela

FERNANDES, Isabel e CARVALHO, António, 1995, “Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela)”, *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 77; 96

FERREIRA, Octávio e TAVARES, J. Couto, 1954, “Objectos luso-romanos da Serra de Sintra, *Revista Guimarães*, nºs 1/2, vol. 64, Publicação da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, pp. 23; 31

FERREIRA, Octávio, e TEIXEIRA, A. Pires, 1955, “Sobre uma lucerna romana de bronze da mina de Jales”, *Revista de Guimarães*, nºs. 3/4 vol. 54, Publicação da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, pp. 392; 397

FILIFE, Iola, BRAZUNA, Sandra, e FABIÃO, Carlos, 2009, “Ocupação Romana da Área Urbana de Lagos: Novos Dados Resultantes do Projecto URBCOM”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 10, *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves - 22, 23 e 24 Outubro 2009*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 305 a 321

FRADE, Helena e CAETANO, José, 1991, “A necrópole romana da Lage do Ouro: novos elementos”, *Conimbriga*, nº 30, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 39; 57

FRANCO, Gonçalo, 1970, “Lucernas Romanas - alguns elementos para o estudo de um importante achado”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Lisboa – 15 a 20 de Dezembro de 1958, em homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcellos / pref. D. Fernando de Almeida, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, pp. 161; 195

GAMITO, Teresa, 1992, *Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias*, *Conimbriga*, nº 31, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 99-118

GARCIA, Eduíno, 1978, (Abril), “S. Gião – Uma igreja visigótica nos coutos de Alcobaça”, Sep. *O Alcoa*, Conferência proferida na ADEPA, Mosteiro de Alcobaça, Janeiro de 1978, Alcobaça

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; MENDES, Henrique; PINTO, Paula; GUERRA, Sandra, Ribeiro, Suzana; PIMENTA, João e VALONGO, António, 2009, “Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*, Ciudad Real – Almagro – del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 643; 672

GIL FARRÉS, Octavio, 1947 – 1948, “Lucernas romanas decoradas del museo emeritense”, *Ampurias IX-X*, Barcelona, pp. 97; 115

GOMES, Mário, 2009, “Cerâmicas e outros artefactos, medievais, do Castelo de Loulé”, *Al-'Uliã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 13, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 51; 78

GOMES, Rosa, 1988, “Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, vol. 1, Câmara Municipal de Silves, Silves

GOMES, Rosa, 1991, “Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves”, *Actas do IV Congresso - Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola, pp. 387; 403

GOMES, Rosa, 1995, “Cerâmicas Muçulmanas, de Silves, dos séculos VIII e IX”, *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 19; 32

GOMES, Rosa, 1997, “Silves e a ocupação muçulmana do Algarve”, *Setúbal Arqueológica*, volumes 11 e 12, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, (MAEDS), Setúbal, pp. 249; 267

GOMES, Rosa, 1999, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Ândalus: arqueologia e história (séculos VIII-XIII)*, dissertação de Doutoramento em História - Especialidade de Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa (policopiado)

GOMES, Rosa, 2002, “Silves (*Xelb*), uma cidade do Gharb al-Ândalus: território e cultura”, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 23, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa

GOMES, Rosa, 2004, “*Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*”, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa

GOMES, Rosa, 2006, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Ândalus: o núcleo urbano*, nº 44, *Trabalhos de Arqueologia*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa

GOMES, Rosa e GOMES, Mário, 2001, *O Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, Catálogo, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Lisboa

GOMES, Rosa e GOMES, Mário, 2005, “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 2, vol. 8, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa pp. 471; 533

GOMES, Rosa e GOMES, Mário, 2007, “Quotidiano, religião e guerra santa,” *Ribat da Arrifana Cultura material e espiritualidade*, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Aljezur

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 1997, “Cerâmica decorada islâmica de Mértola – Portugal (ss. IX – XIII)”, *Actes du VIème Colloque sur la céramique Médiévale en Méditerranée, Aix-en Provence*, Narration Éditions, Aix-en-Provence, pp. 311; 325

GÓMEZ MARTINEZ, Susana, 2000, “Contenedores de fuego en el Gharb al-Andalus”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7, ADECAP, Porto, pp. 421; 434

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2001, “A cerâmica islâmica de Mértola”, *Museu de Mértola - Arte islâmica*, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, pp. 63; 70

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; RÓCIO, Álvaro; MARQUES, António; GRILO, Carolina e LOPES, Gonçalo, 2009, “Evidências materiais da ocupação islâmica da margem direita do Guadiana (Reguengos de Monsaraz), *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 9, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 23, 24 e 25 de Outubro de 2008)*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp.685; 694

GONÇALVES, Maria, 2008, *Silves Islâmica – A muralha do arrabalde oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve, Faro (policopiado)

GONÇALVES, Maria; PIRES, Alexandra e MENDONÇA, Carolina, 2007, “Evolução Tipológica de um Conjunto de Utensílios de Iluminação de um Arrabalde Islâmico de Silves”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, série 2, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 643; 653

GONÇALVES, Victor, 1965, “Arronches Junqueiro e Tróia de Setúbal”, *Sep. Arquivo de Beja*, vol. XXII, 1ª série, Minerva Comercial, Beja

GONÇALVES, Victor e SILVA, Carlos, 1966, “Lucernas romanas e paleo-cristãs do Museu de Setúbal”, *Lucerna: Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto*, nº 0, vol. 5, 1ª Série, Porto, pp. 617 – 624

GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos, 1993, “Uma fortificação omíada em Mesas de Castelinho (Almodôvar)”, *Arqueologia Medieval*, vol. 2, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 39; 46

GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos, 2001, “Mesas de Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo”, *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Palmela, pp. 171; 177

GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas, FABIÃO, Carlos e ALMEIDA, Rui, 2003, “Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 2, vol. 6, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 415; 479

GUTIÉRREZ LLORET, Sónia, 1996, *La cora de Tudmir : de la antigüedad tardía al mundo islámico : poblamiento y cultura material*, Casa de Velázquez, Madrid

HUARTE CAMBRA, Rosario; LAFUENTE Pilar e SOMÉ, Pilar, 1999, “Intervención arqueológica en el Cuartel del Carmen, Sevilla (1990 – 1994): La cerâmica” *Arqueologia Medieval*, vol. 6, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 139; 182

KEMNITZ, Eva, 1993 - 1994, “Candis da colecção do Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, nºs 11/12, série 4, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 427; 472

LEAL, Vanessa, 2000, “Rua da Judiaria (Almada) – o espólio cerâmico do silo 7”, *Al – Madan*, nº 9, série 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 202; 205

LEITÃO, Manuel e PONTE, Salette, 1980, “Lucernas Romanas do Museu Francisco Proença Júnior (Castelo Branco), *Conimbriga*, nº 19, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 151; 158

LOBATO, Maria, 1995, “A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)”, *Portugalia*, vol. XVI, nova série, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

LOPES, Gonçalo; COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra, 2006, “Claustro do Convento da Graça. Análise dos materiais cerâmicos e faunísticos provenientes de dois contextos fechados”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 6, vol. I, *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de*

2005, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 311; 326

LUZIA, Isabel, 1996, "O espólio cerâmico da Cerca do Convento", *Al – Ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 5, Câmara Municipal de Loulé, Loulé,

LUZIA, Isabel, 2003, *Cerâmicas islâmicas da cerca do Convento Loulé*, Museu Municipal de Arqueologia Loulé

LUZIA, Isabel, 2009, "Importa-se de escavar a minha casa?" O N° 5 do Largo D. Pedro I, em Loulé", *Al – Ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 13, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 79; 105

MACÍAS, Santiago, 1991, "Um conjunto cerâmico de Mértola - silos 4 e 5, *Actas do IV Congresso - Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola, pp. 405; 428

MACÍAS, Santiago, 1993, "Silos 4 e 5 de Mértola uma proposta de datação do espólio cerâmico", *Arqueologia Medieval*, vol. 1, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 27; 34

MACÍAS, Santiago, 1994, "Moura na Baixa Idade Média elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval*, vol. 2, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 127; 157

MACÍAS, Santiago, 1996, *Mértola Islâmica – Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII e XIII)*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola

MACIEL, Manuel, 1996, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Colibri, Lisboa

MAIA, Manuel e MAIA Maria, 1996, "Esfinges e Sereias no Baixo Alentejo. Reflexões em Torno do Tema", *Arquivo de Beja*, nº 2, 3ª série, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 75; 88

MAIA, Manuel e MAIA, Maria, 1997, *Lucernas de Santa Bárbara*, Cortiçol, Castro Verde

MANTAS, Vasco, 1996, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 2 vols., tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado)

MARTINS, Andrea, 2001, “Parque subterrâneo da avenida Miguel Fernandes – Intervenção Arqueológica”, *Al' madan*, nº 12, série 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 189

MARTINS, Manuela e FOLGADO, Manuela, 1989/1990 “As necrópoles de Bracara Augusta”, *Cadernos de Arqueologia*, nºs 6/7 série 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 41; 186

MATOS, José, 1969, “Cemitério romano de “Sol avesso, Oeiras”, *O Arqueólogo Português*, nº 3, série 3, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 191;194

MATOS, José, 1971, “Notícia de uma colecção de cerâmica medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer”, sep. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 571; 576

MATOS, José, 1991, “Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila”, *Actas do IV Congresso - Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola, pp. 429; 456

MENDES, Henrique; PIMENTA, João e VALONGO, António, 2002, “Cerâmicas medievais provenientes da escavação da travessa da Lameira nº 21, Centro Histórico de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 1, vol. 5, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 259; 276

MORAIS, Rui, 1997 – 1998, “Estudo de duas lucernas vidradas de época romana encontradas em *Bracara Augusta*”, *Cadernos de Arqueologia*, nºs 14/15, série 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 165; 173

MORAIS, Rui, 2002, “Um molde de lucerna encontrado em *Bracara Augusta*”, *Conimbriga*, nº 41, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 181; 196

MORAIS, Rui, 2005, *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial, Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas*, UAUM/Narq, Braga

MORILLO, CERDÁN, Ángel, 1990, “En torno a la tipología de lucernas romanas:

problemas de nomenclatura”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, Madrid, 17, pp. 143; 167

MORILLO, CERDÁN, Ángel, 1993, “Una nueva producción de lucernas en la Península Ibérica: el taller militar de Herrera de Pisuerga (Palencia. España)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, vol. 33, 1/2, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, pp. 351; 361

NOLEN, Jeanette, 1985, *A cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa

NOLEN, Jeanette, 1994, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, Instituto Português de Museus, Lisboa

NUNES, João; GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos, 1990, “As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)”, *Conimbriga*, nº 29, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 60; 90

OLEIRO, João, 1952a, *Catálogo de lucernas romanas*, Museu Machado de Castro, Coimbra, pp. 51; 73

OLEIRO, João, 1952 b, *Quatro peças da coleção de lucernas do Museu Machado de Castro, procedentes de Conimbriga*, APL, nº 3, série 3, Valência

SANTOS, Maria, 2006, “O azeite e a vida do homem medieval”, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 139; 158

PAIXÃO, António e CARVALHO, António, 2001, “Cerâmicas Almóadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal), *Gharb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular / Sitios Islámicos del Sur Peninsular*, Museu Nacional de Arqueologia e Junta de Extremadura. Museo de Cáceres, pp. 199; 229

PAULO, Dália, (coord.), 2000, *A Casa Islâmica / The Islamic House – Catálogo / Catalogue*, Câmara Municipal de Faro, Museu Arqueológico Municipal, Faro

PAULO, Luís, 2009, “Medina Tavira e o Povoamento Islâmico do Sudoeste Litoral Algarvio”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 9, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves 23, 24 e 25 de Outubro de 2008)*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 579; 595

PEIXOTO, António, 1905, “Ethnographia Portuguesa - Iluminação Popular”, *Portugalia*, separata do tomo II, fascículo I, Imprensa Portuguesa, Porto

PESSOA, Miguel e RODRIGO, Lino 2004, *Catálogo do Espaço-Museu Villa Romana do Rabaçal*, Câmara Municipal de Penela, Penela

PINTO, Maria, 2007, “Praça da República de Beja”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, série 2, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 519; 530

PINTO, Rui, 1929, “Museu Martins Sarmiento”, *Revista Guimarães*, nºs 3/4, vol. 39, Publicação da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, pp. 169; 181

PITA, Luís, 1993, “Lucernas inéditas da necrópole romana do Monte do Farrobo (Aljustrel)”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, série 1, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 61; 72

PITA, Luís, 1995, “Um conjunto de lucernas da “Casa do Procurador” (Aljustrel)”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 4, série 1, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 15; 31

PONSICH, Michel, 1961, *Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétanie Tingitane*, Fascicule 15, Publications du Service des Antiquités de Maroc, Rabat

PONTE, Salete, 1986, “Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora”, *Conimbriga*, nº 25, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 99; 129

PONTE, Salete; FERREIRA, Rui e MIRANDA, Judite, 2001, “Intervenção Arqueológica no Castelo de Tomar”, *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 – 1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Palmela, pp. 423; 438

RAFAEL, Lúcia e LOPES, Virgílio, 2007, “Casa do Lanternim (Mértola). Contributo para a história local”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, série 2, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 490; 496

RAMALHO, Maria; LOPES, Carla, CUSTÓDIO, Jorge e VALENTE, Maria, 2001, “Vestígios de Santarém Islâmica – um silo no Convento de S. Francisco”, *Arqueologia Medieval*, vol. 7, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 147; 183

RAMOS, Ana, 2006, “Arqueologia Urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Mascarenhas”, *Xelb: revista de arqueologia, arte, etnologia e história*, nº 6, *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005)*, vol. I, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 51; 70

RAMOS, Carlos, MARTINS, Artur, MURALHA, João e ESTORNINHO, Alexandra, 1993, “O Castelo de Aljustrel - campanhas de 1989 e 1992”, *Vipasca Arqueologia e História*, nº 2, série 1, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 11; 40

RETUERCE, VELASCO, Manuel, 1998, *La Cerámica andalusí de la Meseta*, Cran, servicios artes gráficas, Madrid

REYNOLDS, Paul, 1997, *El Yacimiento Tardorromano de Lucentum (Benalua – Alicante): Las ceramicas finas*, Catalogo de Fondos del Museu Arqueologico (II), Diputacion Provincial de Alicante, Alicante

RIBEIRO, Fernando, 1959, "Lucernas Romanas de Peroguarda", sep. *Arquivo de Beja* nº 16, série 1, Minerva Comercial, Beja, pp. 79 – 102

ROCHA, António, 1909, “Tesouro funerário da Lameira Larga. Época luso-romana, *O Archeólogo Português*, nº 14, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 44; 49

RODRÍGUEZ MARÍN, Germán e ALONSO CERREZ, Eduardo, 2005, “Lucernas Vidrios - Antigüedades Romanas II”, Real Academia de la Historia, Catálogo del Gabinete de Antigüedades”, Madrid

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo; CAMPS COLL, Juan e CANTARELLAS CAMPS, Catalina, 1971, “Candiles musulmanes hallados en Mallorca”, *Mayurqa: revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts*, nº 5, *Trabajos del Museo de Mallorca*, nº 8, Palma de Mallorca, pp. 133; 161

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo, 1975, *La cerámica árabe en Mallorca*, Trabajos del Museo de Mallorca, Palma de Mallorca

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo, 1978, “Serie Candil”, *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Diputación Provincial de Baleares, Palma de Mallorca, pp. 48; 55

ROSSELLÓ BORDOY, Guillermo, 1991, *El nombre de las cosas en al-Andalus: Una propuesta de terminologías cerámica*, Museo de Mallorca, Palma de Mallorca

SÁ, Bernardo, 1906, “Relatório de uma excursão archeológica ao Alemtejo e Algarve”, *O Archeólogo Português*, nº 11, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 197; 201

SÁNCHEZ GALIANO, Carmen e SÉRVIAN LÓPEZ, Hipolito, 1992, “Lucernas de Loma de Ceres. (Molvizar – Granada)”, *Publicaciones Eventuales*, 6, Universidade de Granada, Granada, pp. 1; 21

SANTOS, Filipe, 2007, “O povoado rural (Qarya) dos Alcariaais de Odeleite”, *Vipasca, arqueologia e história*, nº 2, série 2, Câmara Municipal de Aljustrel, Aljustrel, pp. 571; 589

SANTOS, Maria, 1971, *Arqueologia romana do Algarve (subsídios)*, vol.1, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa

SEPÚLVEDA, Eurico e SOUSA, Vítor, 2000, *Lucernas Romanas: Catálogo*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, pp. 78; 88

SILVA, António e RIBEIRO, Manuela, 2006 – 2007, “Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca – Ensaio de análise morfotipológica”, *Portugalia*, vol. XXVII – XXVIII, nova série, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 69; 88

SILVA, António e SILVA, Ricardo, 2005, “Resultados da intervenção no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, pp. 55; 106

SILVA, Carlos e COELHO-SOARES, Antónia, 1980 – 1981, “A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações Arqueológicas de 1980”, *Setúbal Arqueológica*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, (MAEDS), Setúbal, 6/7, pp. 249; 284

SILVA, Carlos, 1966, "Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal) ", *Lucerna: Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto*, Porto, nº 0, vol. 5, série 1, pp. 572; 577

SOARES, Joaquina, 1980, *Estação romana de Tróia*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), Setúbal

SOUSA, Élvio e SEPÚLVEDA, Eurico, 1997, “Materiais inéditos da necrópole romana da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal) - A colecção dos Comendadores

Nunes Correia”, *Conimbriga*, nº 36, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 103; 122

SOUSA, José, 1965/1966, “Varia – Acerca de um molde de lucernas”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, nº 20, 1/2, Porto, pp. 165; 172

SOUSA, José, 1966, “Subsídios para a arqueologia bracarense”, *Lucerna*, nº 5, Porto, pp. 589; 599.

SOUSA, José, 1969, “Novo molde de lucernas aparecido em Braga”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, nº 21, pp. 309; 311

TEICHNER, Felix e SCHIERL, Thomas, M. A., 2006, “Cerro da Vila (Algarve, Portugal) Aldeia do Mar na época islâmica”, *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen, Seminário Internacional, 16, 17 e 18 de Maio, Mértola*, Mértola, pp. 123; 139

TEICHNER, Felix, 1993, “Acerca da vila romana de Milreu / Estói: continuidade de ocupação da época árabe”, *Arqueologia Medieval*, vol. 3, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto, pp. 89; 100

TEICHNER, Felix, 1998, “A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa)”, *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 22 a 25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 17; 31

TEICHNER, Felix, 2001, “Uma nova interpretação da área 21, a partir da planta elaborada por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, sobre a Villa romana de Milreu (Estói, Algarve) – notícia preliminar”, *O Arqueólogo Português*, nº 19, série 4, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 187; 198

TEIXEIRA, António e SILVA, Rodrigo, 1986, “Molde de lucerna do sítio de Nicolau (Serpa – Beja), *Arquivo de Beja*, nº 3, 2^a Série, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 147; 152

TEIXEIRA, Carlos, 1938, “Subsídios para a arqueologia bracarense II – Lucernas, *Trabalhos Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, nº 8, 3/4, Porto, pp. 379; 387

TORRES, Cláudio, 1987, *Cerâmica Islâmica Portuguesa. Catálogo*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola

TORRES, Cláudio, coord., 1988, *Mértola Almoravide et Almohade, Catalogue*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM) e Câmara Municipal de Mértola, Mértola

TORRES, Cláudio; GÓMEZ MARTÍNEZ e Susana, FERREIRA, Manuela, 2003, “Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos”, *Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, 22 a 25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 125; 134

TORRES, Cláudio e MACÍAS, Santiago, coord., 1993, *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola

VASCONCELLOS, José, 1895a, “Sepultura de Cocceia Clarilla”, *O Archeólogo Português*, nº 10, vol. 1, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 265; 266

VASCONCELLOS, José, 1895b, “Acquisições do Museu Ethnographico Português”, *O Archeólogo Português*, nº 8, vol. 1, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 218; 222

VASCONCELLOS, José, 1899 - 1900, “Da Lusitania à Bética”, *O Archeólogo Português*, nº 8, vol. 5, série 1, pp. 225; 249

VASCONCELLOS, José, 1902a, “Lucerna romana dos arredores de Serpa”, nº 7, vol. 7, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 175

VASCONCELLOS, José, 1902b, “Candeias árabes do Algarve”, *O Archeólogo Português*, vol. 7, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 119; 123

VASCONCELLOS, José, 1913, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, ed. 1988, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa

VASCONCELLOS, José, 1915, *História do Museu Etnológico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa

VASCONCELLOS, José, 1927 - 1929, “Antiguidades do Alentejo”, *O Archeólogo*

Português, vol. 28, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 158; 200

VASCONCELLOS, José, 1933, “Antiguidades alentejanas”, *O Archeólogo Português*, nº 29, série 1, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 173; 185

VEGAS, Mercedes, 1966, “Motivos decorativos en lucernas de disco romanas: sus antecedentes y paralelos”, *Pyrenae, Revista de Prehistòria i Antiguitat de la Mediterrània Occidental*, nº 2, Universitat de Barcelona, Barcelona, pp. 81; 91

VEIGA, Sebastião, 1886 – 1891, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, 4 vols., Imprensa Nacional, Lisboa

VIANA, Abel, 1945, “Museu Regional de Beja: Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da Época Romana; Cerâmica argárica; Cerâmica árabe” *Arquivo de Beja*, nº 2, série 1, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 309; 339

VIANA, Abel, 1948, “Alcácer do Sal: Museu Arqueológico e colecção particular”, *Arquivo de Beja*, nº 5, série 2, Câmara Municipal de Beja, Beja, pp. 12; 13

VIANA, Abel, 1949, “Restos de Óssonoba, no largo da Sé, em Faro”, sep. *Revista Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, nºs 39 a 46, Lisboa

VIANA, Abel, 1960, “Nossa Senhora da Cola: notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo”, sep. *Arquivo de Beja*, nº 17, série 2, fasc. I – IV, Câmara Municipal de Beja, Beja

VIANA, Abel; FERREIRA, Octávio e ANDRADE, Ruy, 1957, “Nótula sobre duas lucernas “bylichnis” achadas em Aljustrel”, *Revista de Guimarães*, Publicação da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, nºs 3/4, vol. 67, pp. 517; 520

VIDAL TERRUEL, Núria; CARRASCO PEREZ, Juan; RODRIGUEZ GÓMEZ, Agueda e SÁNCHEZ HERNANDO, Luís, 2008, “Arqueología rural islâmica en Huelva: la Alquería de la Almagra”, *Arqueologia Medieval*, nº 10, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Afrontamento, Porto pp. 65; 104

VIEGAS, Catarina, 2002, “A *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio”, *Trabalhos de Arqueologia*, nº 26, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa

VIEGAS, Catarina, e ARRUDA, Ana, 1999, “Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, nº 2, vol. 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 105; 186

VITERBO, Francisco, 1913, “As candeias na religião, nas tradições populares e na indústria”, *Revista Lusitana*, vol. XVI, Livraria Clássica Editora, Lisboa, pp. 41; 80

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan, 1990, *Tipología y cronología de los candiles de piqueta en cerámica de Al-Andalus*, tese de Doutoramento inédita, aprovada na Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan, 1999, “Una discusión recuperada: Candiles musulmanes de disco impreso”, *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 6, Universidad de Jaén, Jaén, pp. 261; 278

Referências on line

AA. VV., 2005, *El aceite de oliva y la dieta mediterránea. Colección Nutrición y Salud*, Instituto de Nutrición y Trastornos Alimentarios (primera edición por el Instituto de Salud Pública, Comunidad de Madrid, Madrid <http://www.madrid.org/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=ContentDisposition&blobheadervalue1=filename%3DT047.pdf&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1119147688360&ssbinary=true>

(consultado a 20 de Agosto de 2011)

ALBA CALZADO, Miguel e GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, 2008, “Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX)”, in *Cerámicas hispanorromanas : un estado de la cuestión*, D. Bernal Casasola y A. Ribera i Lacomba (eds. científicos), Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Cadiz, pp, 585; 614 <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/13216> (consultado a 12 de Maio de 2011)

ALMEIDA, João, 2009, *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal: escavações de Manuel Heleno de 40-60 do século XX*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa (<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/362>) (consultado a 30 de Junho de 2011)

BRAZUNA, Sandra e COELHO, Manuela, 2009, “Funchais 6: Resultados preliminares da intervenção arqueológica”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, nº4 pp. 51; 58 (http://www.nia-era.org/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=40) (consultado a 30 de Novembro de 2010)

CARNEIRO, Sérgio e GOMES, Ana, 2005, “Candis e trempes islâmicos do Museu da Região Flaviense”, *Aquae Flaviae*, nº 33, Grupo Cultural, *Aquae Flaviae*, Chaves, pp. 108; 111 http://cm-chaves.academia.edu/S%C3%A9rgioCarneiro/Papers/822509/Candis_e_trempes_islamicos_do_Museu_da_Regiao_Flaviense (consultado a 5 de Junho de 2011)

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2004, *La cerâmica islâmica de Mértola: produção y comercio*, Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidade Complutense de Madrid, Tese de Doutoramento em História apresentada na Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid <http://www.ucm.es/BUCM/tesis/ghi/ucm-t27826.pdf> (consultado a 20 de Novembro de 2009)

HENRIQUES, Francisco, CANINAS, João, CHAMBINO, Mário, PRATA, José e GARDETE, José, 2010, “Os muros-apiários da região de Castelo Branco e zona envolvente”, *Açafa on line*, nº 3 http://www.altotejo.org/acafa/docsn3/Muros_da_Regiao_de_Castelo_Branco.pdf (consultado em 29 de Agosto de 2011)

LARRAZABAL, Javier, 2009, *Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da implementação do Bloco de Rega de Brinches (Bloco A) Monte da Salsa*, Relatório Final (Fevereiro de 2009), Empatia Arqueologia, Vila Nova de Gaia http://www.empatiaarqueologia.pt/documento/path/260/Navegados_-_Relat_rio_Final.pdf (consultado a 2 de Maio de 2011)

MARICATO, Carla, 2001, “Breve notícia sobre a Lucerna de Valongo”, *Trogle*, nº 3, (Maio 2001), Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente (AESDA), Torres Vedras, pp. 14;17 <http://www.aesda.pt/documentos/pdf/trogle3.pdf> (consultado a 2 de Dezembro de 2010)

MORAIS, Rui, 2004, *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial : contribuição para o estudo económico da cidade*, Tese de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Universidade do Minho <http://hdl.handle.net/1822/4721> (consultado a 18 de Março de 2011)

MORAIS, Rui, 2008, “Las “cerámicas bracarenses”, *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Darío Bernal Casasola y Albert Ribera i Lacomba (eds. Científicos), XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores, Cádiz, pp. 455; 470 http://uv.academia.edu/ConsueloMata/Papers/406802/Las_ceramicas_ibericas._Estado_de_la_cuestion (consultado a 6 de Janeiro de 2010)

PEREIRA, Carlos, 2008, *As lucernas romanas de Scallabis*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa <http://hdl.handle.net/10451/429> (consultado a 26 de Novembro de 2009)

QUARESMA, João, 2011, “*Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão, Portugal) no âmbito dos intercâmbios de bens e de gentes com o Norte peninsular durante o Alto-Império”, *Anuário da Universidade SEK*, Segóvia http://uevora.academia.edu/Jos%C3%A9CarlosQuaresma/Papers/381419/QUARESMA_J.C.forthcoming_Ammaia_S.Salvador_de_Aramenha_Marvao_Portugal_no_ambito_o_dos_intercambios_de_bens_e_de_gentes_com_o_Norte_peninsular_durante_o_Alto-Imperio._Anuario_de_la_Universidad_Internacional_SEK (consultado a 20 de Agosto de 2011)

RODRIGUES, Miguel, 1994, *Cerâmicas Medievais de Moncorvo (Sécs XII e XIII)*, Tese de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Universidade do Porto <http://hdl.handle.net/10216/18126> (consultado a 5 de Janeiro de 2010)

Recursos on line

Instituto Português de Museus:

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109458> (consultado a 11 de Junho de 2011)

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109437> (consultado a 25 de Maio de 2011)

<http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=109458> (consultado a 1 de Junho de 2011)

Atlas do Ambiente:

<http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/> (consultado a 4 de Janeiro de 2011)

Anexo I

Tabela 1) Ficha modelo de lucerna.

Lucerna		Nº
Proveniência		
Sítio	Freguesia	Concelho
Morfologia		Tipologia
<i>Rostrum</i> <i>Infundibulum</i> <i>Ansa</i> <i>Discus</i> <i>Margo</i> Fundo Orifício		
Técnica de fabrico		Pasta
Torno		
Molde		
Superfícies	Decoração	
	Localização da decoração Motivos	
Cronologia		
Dimensões		
Referências bibliográficas		
Paralelos		
Observações		

Tabela 2) Ficha modelo de candis.

Candil		N°	
Proveniência			
Sítio	Freguesia		Concelho
Morfologia			
Bico Reservatório Colo Asa Base			
Técnica de fabrico		Material de suporte	Pasta
Manual	<input type="checkbox"/>		
Torno	<input type="checkbox"/>		
Molde	<input type="checkbox"/>		
Superfícies		Decoração	
Cronologia			
Dimensões			
Referências bibliográficas			
Paralelos			
Observações			

Tabela 3) Ficha modelo de candeias.

Candeia		N°	
Proveniência			
Sítio	Freguesia		Concelho
Morfologia			
Depósito aberto		Pé alto	
Bico Reservatório Colo Asa Base		Bico Reservatório Colo Asa Pé alto Peanha	
Técnica de fabrico		Material de suporte	
Manual	<input type="checkbox"/>		
Torno	<input type="checkbox"/>		
Molde	<input type="checkbox"/>		
Superfícies		Pasta	
		Decoração	
Cronologia			
Dimensões			
Referências bibliográficas			
Paralelos			
Observações			

Anexo II

Quadro 1) Tipos, equivalências e cronologias de lucernas tardias identificadas em Portugal¹⁰⁰.

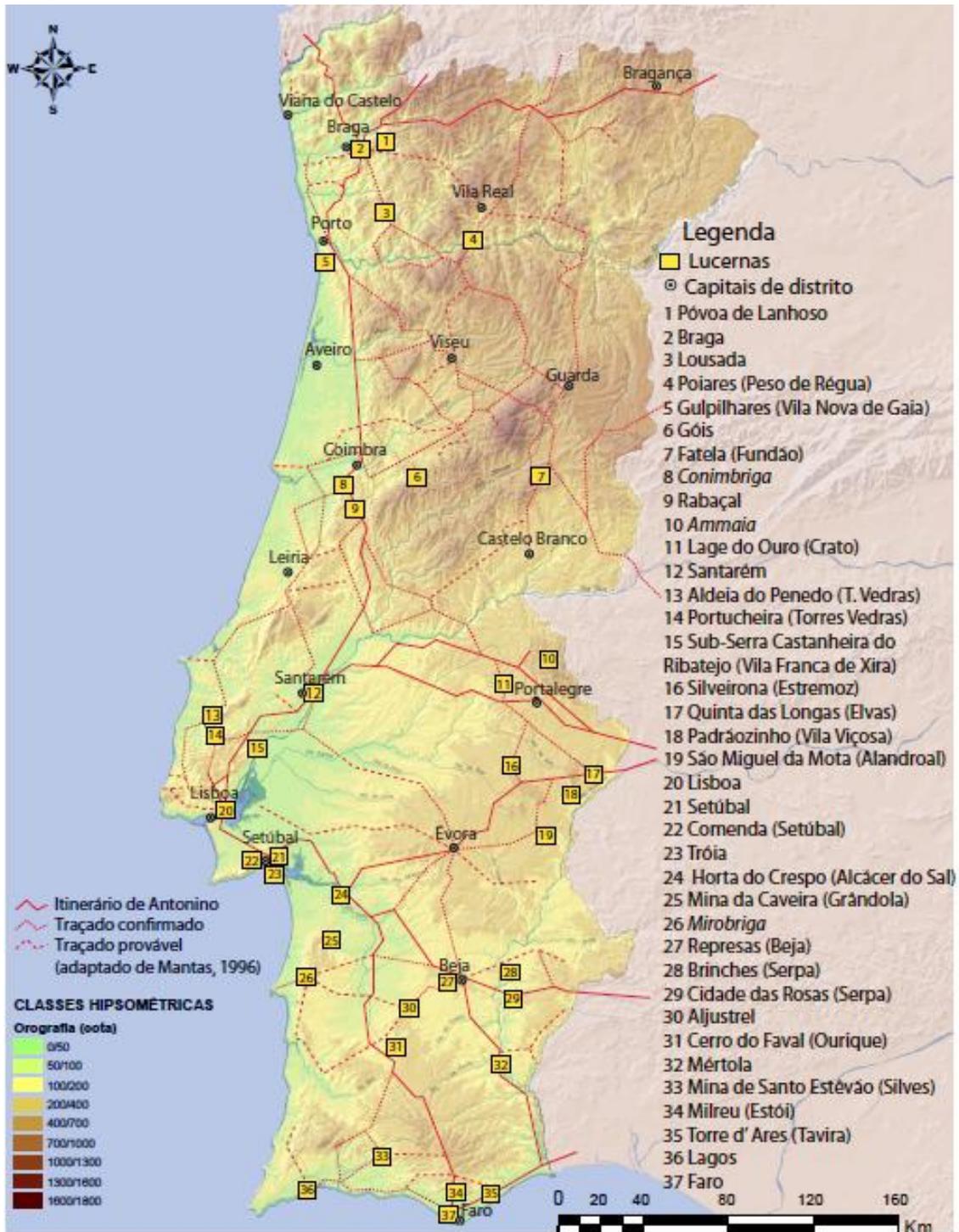
Tipologias	Equivalências	Cronologias
Dressel – Lamboglia 30 B	Dressel 30 B Deneauve XI A	Séculos III – IV
Dressel – Lamboglia 31	Dressel 31 Ponsich IV B e C	A partir do séc. IV – séc. V
Atlante VIII e IX	Hayes I	Séculos IV e V
Atlante X	Hayes II	Séculos IV – VI
Amaré IX	-----	Séculos III - V
Amaré X	-----	Séculos IV - V

Nota: Os dados exibidos na tabela têm como base os estudos de Adília Alarcão e Salette da Ponte (1976), Celis Bétriu (2005), Carlos Pires (2008) e Amaré Tafalla (1987)

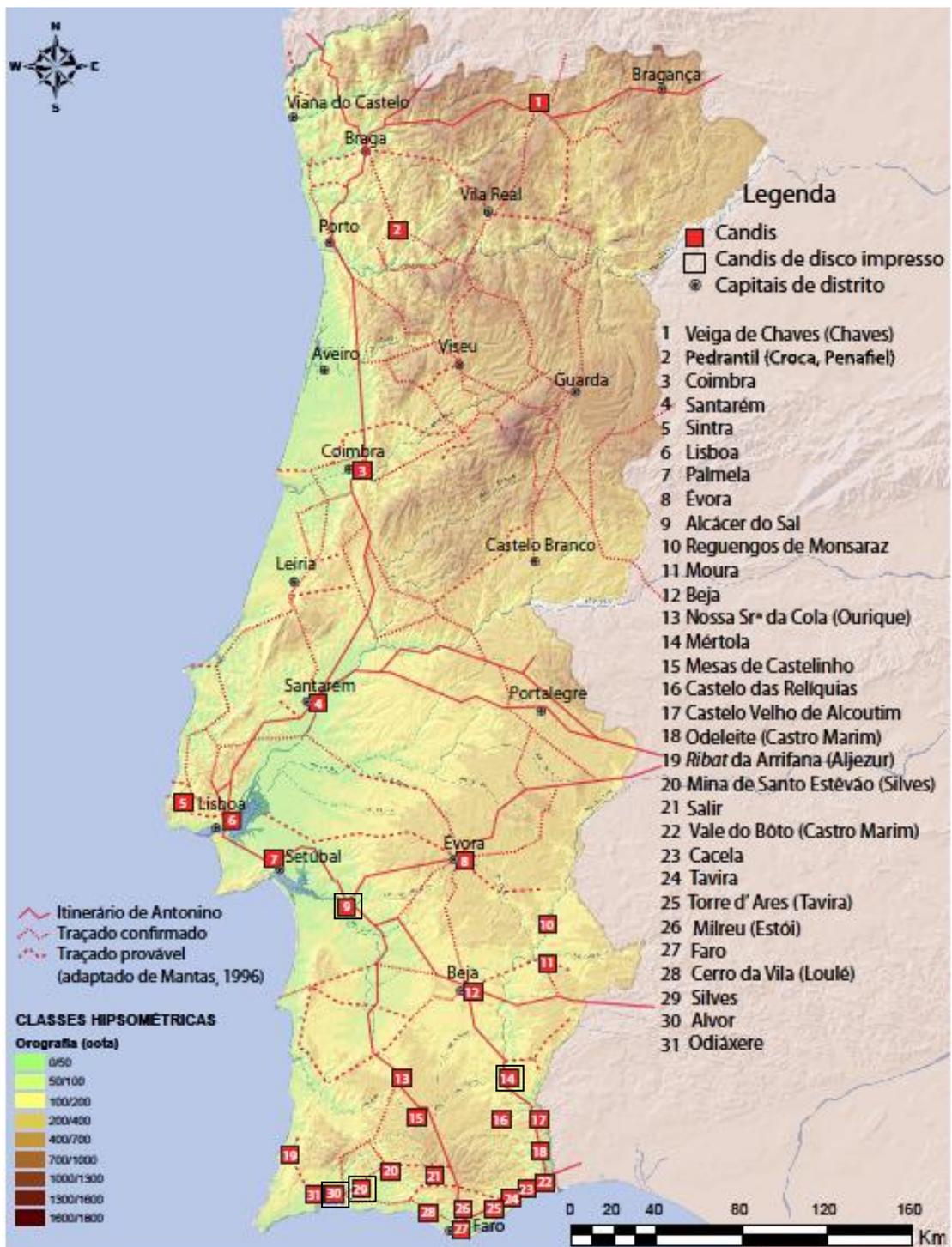
¹⁰⁰ Exceptuam-se as “lucernas atípicas” de produção local / regional, por apresentarem características morfológicas e cronologias diversas.

Anexo III

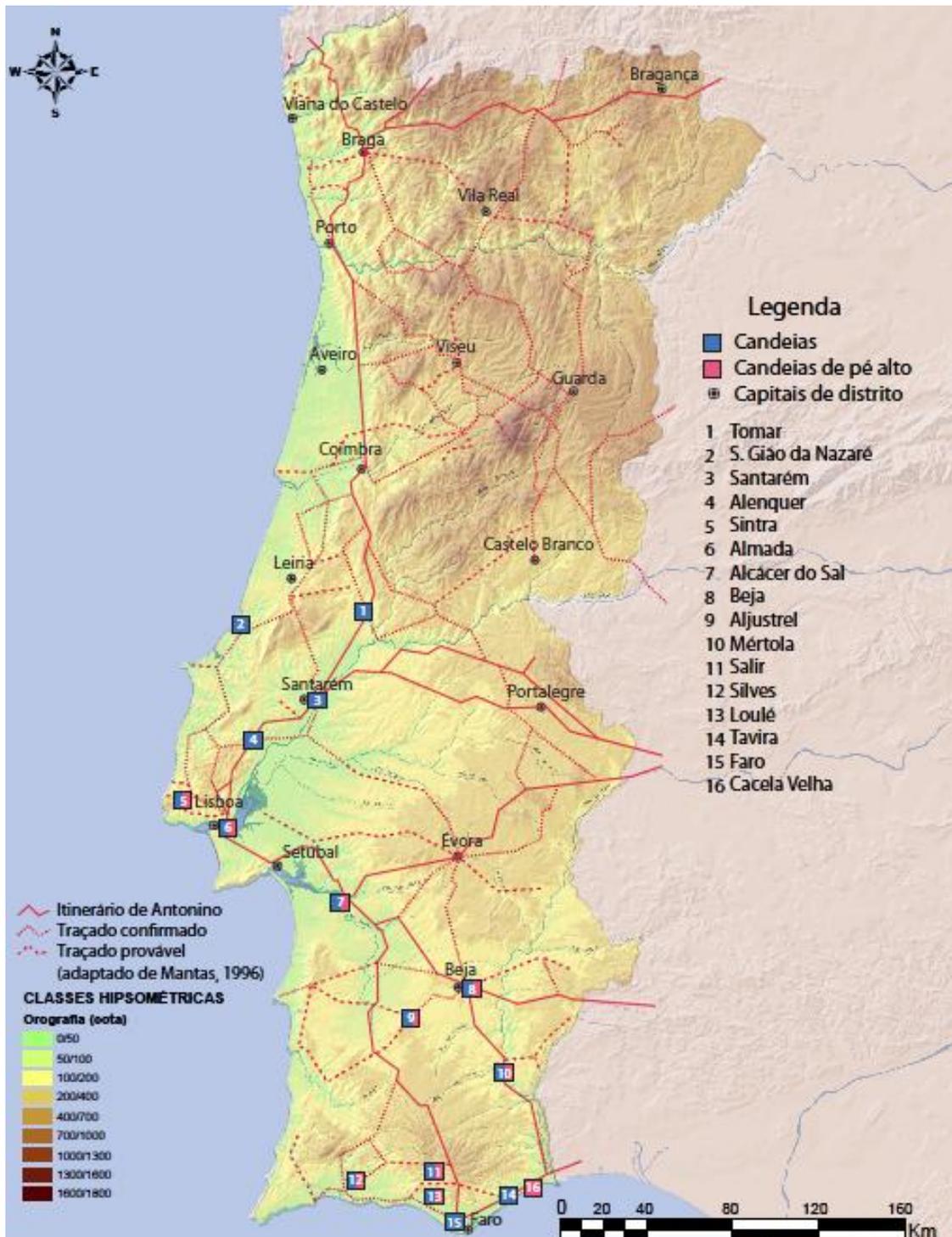
Mapa1) Distribuição geográfica de lucernas tardias em Portugal.



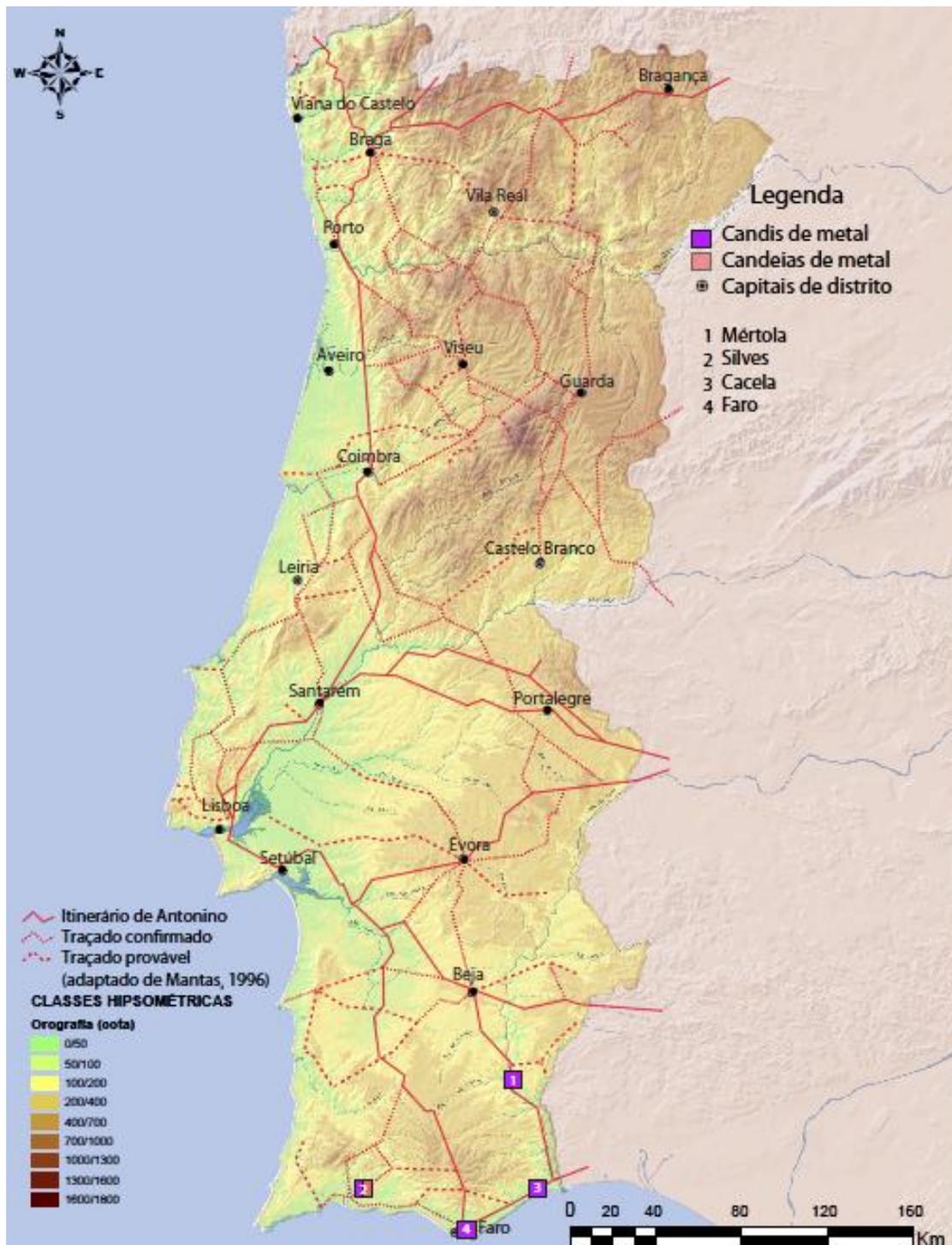
Mapa 2) Distribuição geográfica de candis em Portugal.



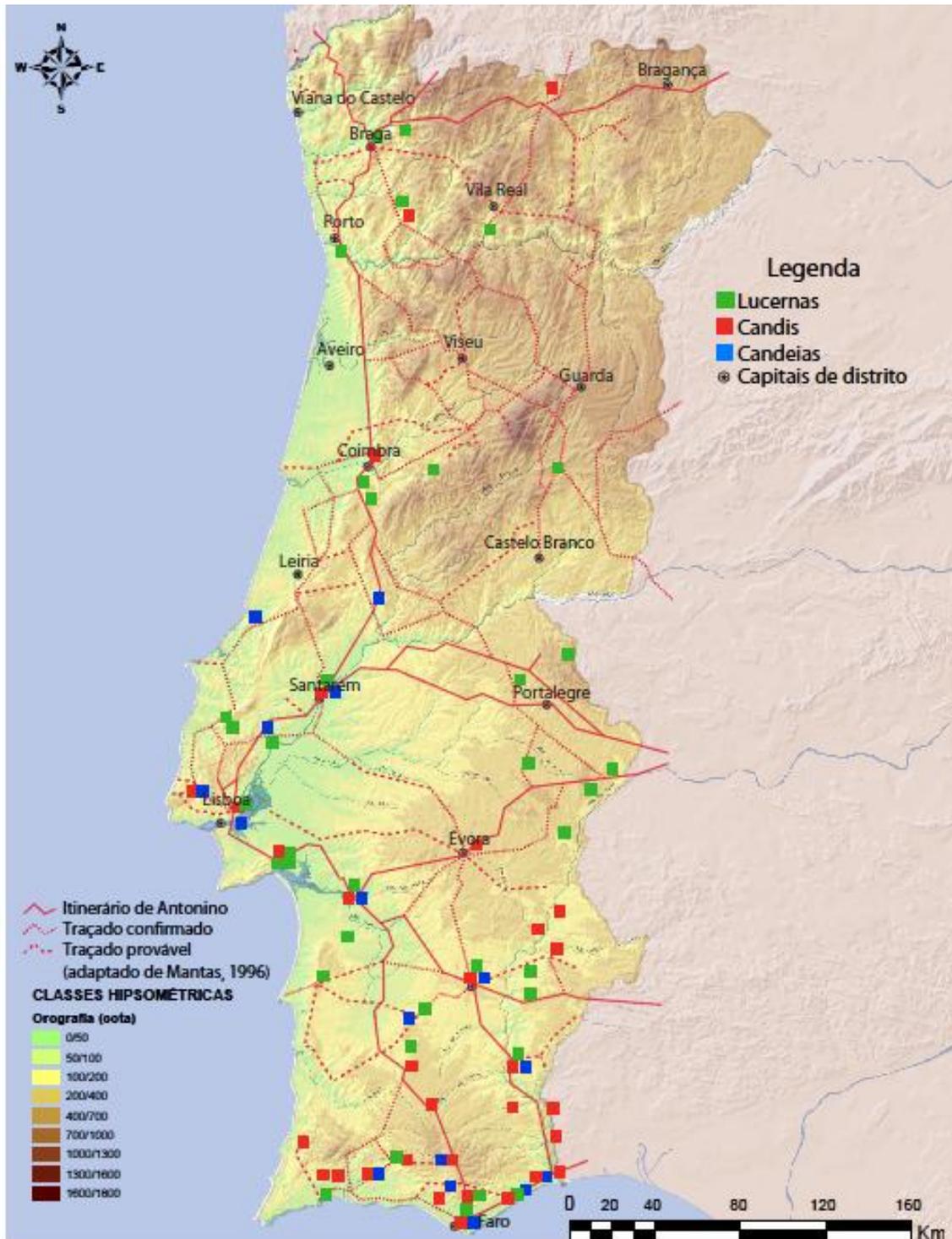
Mapa 3) Distribuição geográfica de candeias almóadas, em Portugal



Mapa 4) Distribuição geográfica de candis e candeias de metal em Portugal



Mapa 5) Distribuição geográfica de lucernas tardias, candis e candeias em Portugal



Anexo IV

Lucernas

Nº 1

Sítio Póvoa de Lanhoso

Tipologia “atípica”

Técnica de fabrico molde

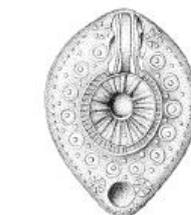
Rostrum redondo

Margo decorada

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Referências bibliográficas (Morais, 2005, I, 346, nº 184; II, 439, nº 184); (Delgado e Morais, 2009, p. 104 e 105, nº inv. 1991.0738, fig. 324)

Observações produção local



(In Delgado e Morais, 2009, p. 105)

Nº 2 A

Sítio Necrópole da via XVII

Freguesia S. João do Souto (?)

Concelho Braga

Tipologia “atípica”

Técnica de fabrico molde

Rostrum redondo

Margo com contorno ornamentado

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Referências bibliográficas (Morais, 2005, I, 344, nº 169; II, 432, nº 169); (Delgado e Morais, 2009, p. 104 e 105) (nº inv. 1991.1649, lucerna nº 320)

Observações exemplar de produção local.

Carlos Teixeira refere o aparecimento de três lucernas semelhantes, na Fonte do Ídolo (Teixeira, 1938, pp. 379; 387)



(In Delgado e Morais, 2009, p. 105)

Nº 2 B

Sítio Rua D. Afonso Henriques

Concelho Braga

Tipologia Deneauve XI A

Técnica de fabrico molde

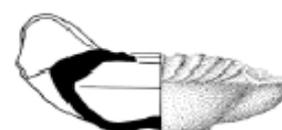
Margo decorada

Ansa maciça

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Referências bibliográficas (Morais, 2005, I, 346, nº 183; II, 438, nº 183); (Delgado e Morais, 2009, p. 104 e 105) (nº inv. 2002.0955, nº 325)

Observações produção local



(In Delgado e Morais, 2009, p. 105)

Nº 2 C

Sítio *Insula* das Carvalheiras

Freguesia Sé (Braga)

Concelho Braga

Tipologia Dressel-Lamboglia 30 B

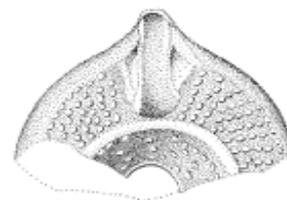
Margos e disco decorados com pérolas em relevo

Técnica de fabrico molde

Cronologia séc. III – IV (ainda que esporadicamente presentes no início séc. V)

Referências bibliográficas (Morais, 2005: I 340, nº 142; II 423, nº 142); (Delgado e Morais, 2009, p. 104 e 105; nº inv. 1992.0877, nº 318)

Observações produção local



(In Delgado e Morais 2009, p. 105)

Nº 3

Sítio Lousada

Concelho Lousada

Tipologia “lucerna cristã”

Técnica de fabrico molde

Cronologia séc. IV

Referências bibliográficas (Almeida, 1972, p. 117, nota 12)

Nº 4

Sítio Castro da Fonte do Milho

Freguesia Poiães

Concelho Peso de Régua

Tipologia “Lucerna cristã”

Técnica de fabrico molde

Rostrum parcialmente fragmentado

Fundo com marca de oleiro “LVCRETI”

Cronologia séc. IV

Referências bibliográficas (Almeida, 1972, p. 129)

Nº 5

Sítio Necrópole de Gulpilhares

Freguesia Alto da Vela (Gulpilhares)

Concelho Vila Nova de Gaia

Decoração “esférulas” na orla

Tipologia Dressel-Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Referências bibliográficas (Lobato, 1995, pp. 66 e 67)

Paralelos *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2); Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 51); Lage do Ouro (Frade e Caetano, 1991, est. 8, p. 55), entre outros.

Nº 6

Sítio Góis

Concelho Góis

Tipologia “lucerna cristã”

Técnica de fabrico molde

Cronologia séc. IV ?

Referências bibliográficas (Encarnação, 2008, p. 359)

Observações exemplar associado a uma epígrafe à divindade indígena *Ilurbeda*, identificado em área mineira.

Nº 7

Sítio Chafurdas

Freguesia Fatela

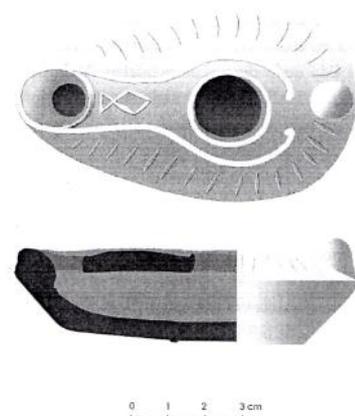
Tipologia “lucerna cristã atípica”

Técnica de fabrico molde

Decoração peixe em relevo no disco

Cronologia séculos IV e V

Referências bibliográficas (Carvalho, 2007, p. 533)



(Carvalho, 2007, p. 533)

Nº 8 A

Sítio *Conimbriga*

Freguesia Condeixa

Concelho Coimbra

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

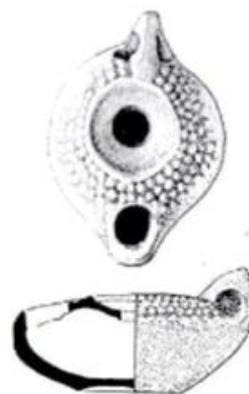
Técnica de fabrico molde

Decoração pérolas em relevo no disco

Cronologia séculos III e IV

Referências bibliográficas *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII, figuras. 1 e 2)

Paralelos Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda, e Sousa, 2000, p. 51); Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2); entre outros.



(In Belchior, 1969, est. XXIII, fig. 2)

Nº 8 B

Sítio *Conimbriga*

Freguesia Condeixa

Concelho Coimbra

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Rostrum horizontal

Ansa em forma de apêndice triangular

Discus decorado

Fundo plano

Orifícios de alimentação entre os braços da cruz

Pasta *terra sigillata clara*, tonalidade vermelho-alaranjada (10 YR entre 6/8 e 5/8) e muito compacta

Superfícies engobe vermelho-alaranjado (10 YR 5/8)

Decoração *crismón* no disco

Dimensões diâmetro 80 mm / comprimento 110 mm / altura 35 mm

Referências bibliográficas (Belchior, 1969, p. 76); (Alarcão e Ponte, 1976, p. 107)

Nº 8 C

Sítio *Conimbriga*

Freguesia Condeixa

Concelho Coimbra

Tipologia Amará IX ?

Técnica de fabrico torno

Rostrum pequeno e pontiagudo

Ansa de fita

Margo sem separação com disco

Fundo côncavo

Pasta de tonalidade avermelhada, compacta e grosseira

Material de suporte cerâmica

Técnica de fabrico molde

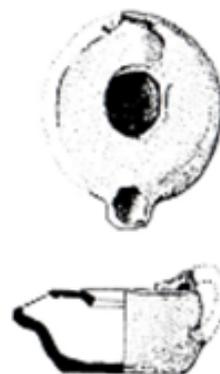
Superfícies Ausência de engobe

Cronologia séculos III a V ?

Dimensões 66 X 59 X 19 mm

Referências bibliográficas (Alarcão e Ponte, 1984, nº 364); (Belchior, 1969, pp. 74;75)

Paralelos Alcácer do Sal (Almeida, 1953, est. XLII, fig. 186)



(In Belchior, 1969, est. XXV, fig. 2)

Nº 9

Sítio *Villa do Rabaçal*

Freguesia Rabaçal

Concelho Penela

Técnica de fabrico molde

Rostrum fragmentado

Infundibulum com parede baixa e encurvada

Ansa forma triangular

Discus côncavo

Margo sem moldura

Fundo plano

Orifício de alimentação ao centro

Tipologia "Lucerna atípica"

Pasta compacta, de tonalidade castanha clara

Superfícies vestígios de alguns traços de engobe

Cronologia séculos III – IV ?

Referências bibliográficas (Pessoa e Rodrigo, 2004, p. 139, nº 310)

Nº 10

Sítio *Ammaia*

Freguesia S. Salvador de Aramenha

Concelho Marvão

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Cronologia finais do séc. III e séc. IV

Referências bibliográficas (Quaresma, 2011, s.p)

Nº 11

Sítio Necrópole da “Lage do Ouro”

Freguesia Aldeia da Mata

Concelho Crato

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Discus liso e de pequenas dimensões

Decoração pequenas pérolas em relevo na orla

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Referências bibliográficas (Frade e Caetano, 1991, est. 8, p. 55)

Paralelos *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2); Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 51); Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) (Lobato, 1995, pp. 66 e 67); *Ammaia* (Quaresma, 2011, s.p), entre outros.

Observações inserida no espólio identificado na sepultura G. 37.2

Nº 12 A

Sítio Alcáçova

Freguesia Marialva

Concelho Santarém

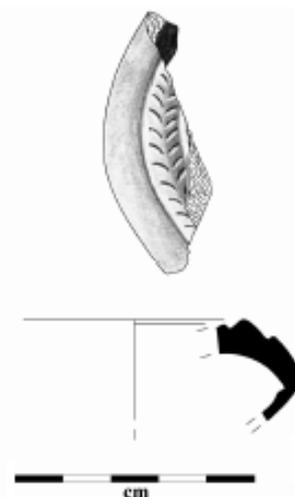
Tipologia Hayes I

Técnica de fabrico molde

Cronologia séc. IV

Referências bibliográficas (Pires, 2008, pp. 70; 73)

Observações fragmento de orla



(In Pires, 2008, est. I, nº 178 anexo VII)

12 B

Sítio Alcáçova

Freguesia Marialva

Concelho Santarém

Tipologia Hayes II

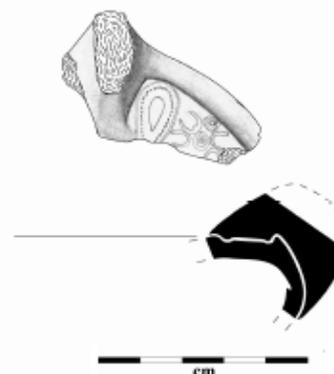
Técnica de fabrico molde

Cronologia séc. IV

Pasta *terra sigillata* clara

Referências bibliográficas (Pires, 2008, pp. 70; 73)

Observações fragmento da orla e da asa.



(In Pires, 2008, est. I, nº 214, anexo VII)

Nº 13 A

Sítio Aldeia do Penedo

Freguesia Runa

Concelho Torres Vedras

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Ansa tipo Ponsich 9 (ligeiramente para a direita)

Pasta muito compacta, moderadamente dura, sem porosidade, com e.n.p. de pequenas dimensões, tonalidade bege (Munsell 7, 5 YR 8 / 2, 5)

Superfícies presença de engobe, espesso, baço, ligeiramente escamado e de tonalidade avermelhada, na orla e na base

Cronologia segunda metade do séc. III e séc. IV

Dimensões comprimento total 88 mm; comprimento do disco 28 mm; comprimento do bico 30 mm; largura central 65 mm; largura da orla 18 mm; altura total 47 mm; altura do centro do disco 35 mm; altura da orla 40 mm; altura da asa 34 mm; diâmetro do disco 28 mm; diâmetro da base 35 mm; diâmetro do bico 17 mm; diâmetro do disco 15 mm e espessura da asa 16 mm.

Referências bibliográficas (Sepúlveda e Sousa, 2000, fig. 7, p. 51)

Paralelos *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2); Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda e Sousa, R., 2000, p. 51), entre outros.



(In Sepúlveda e Sousa, 2000, fig. 7, p. 51)

Nº 13 B

Sítio Aldeia do Penedo

Freguesia Runa

Concelho Torres Vedras

Tipologia Atlante VIII

Técnica de fabrico molde

Ansa tipo Ponsich 9

Discus decorado com concha estilizada em relevo

Pasta *terra sigillata* africana, compacta, muito dura, pouco porosa, com e.n.p. geralmente de pequenas dimensões, cor de tijolo (Munsell 10 YR 5 / 8)

Superfícies presença de engobe, moderadamente espesso, uniforme, pouco brilhante, cor de tijolo (Munsell 2, 5 YR 4 / 8)

Cronologia terceiro quartel do séc. IV até finais do séc. VI

Dimensões altura do fragmento, na asa 32 mm; espessura da asa 7 a 21 mm; reservatório, 4 mm

Referências bibliográficas (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 55); (Sepúlveda, *et alii*, 2003, p. 303)



(In Sepúlveda e Sousa, 2000, fig. 10, p. 55)

Nº 14 A

Sítio Quinta da Portuqueira

Freguesia Matacães

Concelho Torres Vedras

Tipologia Dressel- Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

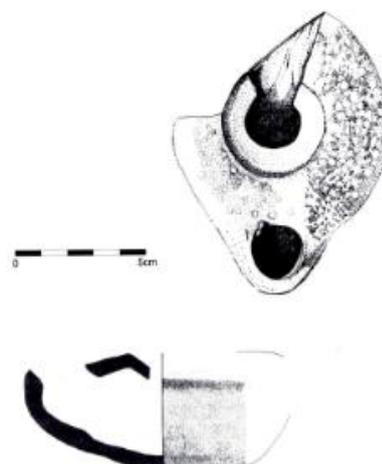
Pasta de má qualidade, muito grosseira, apresentando muitos e.n.p. de grandes dimensões, tonalidade creme (Munsell 7, 5 YR 8/4)

Superfícies possivelmente seriam cobertas com engobe, embora não seja possível determinar a tonalidade

Cronologia segunda metade do séc. III e séc. IV

Dimensões comprimento do bico, 25 mm; largura central 82 mm; largura da orla 22 mm; altura total 39 mm; altura do centro do disco 34 mm; diâmetro do disco 40 mm; diâmetro da base 43 mm e diâmetro do disco 19 mm

Referências bibliográficas (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 52); (Sepúlveda, *et alii*, p. 2003, p. 303)



(In Sepúlveda e Sousa, 2000, fig. 8, p. 52)

Nº 14 B

Sítio Quinta da Portuqueira

Freguesia Matacães

Concelho Torres Vedras

Tipologia Amará X

Técnica de fabrico torno

Ansa possivelmente do tipo Ponsich 9, centrada

Discus convexo e com decoração incisa

Orifício de alimentação bem centrado

Pasta *terra sigillata hispânica* tardia, pouco depurada, com inúmeros e.n.p. de pequenas e médias dimensões, porosa de tonalidade laranja-avermelhada (Munsell 2, 5 YR 5 / 8)

Superfícies sem vestígios de engobe

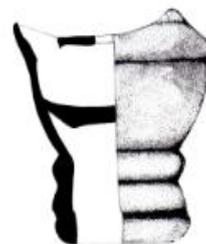
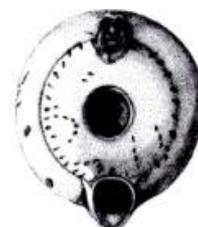
Cronologia séc. IV a inícios do séc. V

Dimensões comprimento total: 79 mm; do disco: 41 mm; do bico: 20 mm; largura central: 72, 5 mm; da orla: 9 mm; altura: total, 84 / 79 mm; do centro do disco: 32, 5 mm; da orla: 65 mm; do pé: 41, 5 mm – 44 mm; diâmetro do disco: 56 mm; da base: 34 mm; do pé: 38 mm; do orifício do bico: 19 mm; do orifício do disco: 14 mm

Referências bibliográficas (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 53); (Sepúlveda, *et alii*, p. 2003, p. 303)

Observações aquando da referência em Trindade e Ferreira, (cit. 12, p. 277; 178, est. I, II), considerou-se de “inspiração púnica”, o que tem levado alguns autores a considerá-la cartaginesa *apud* Sepúlveda e Sousa, 2000, pp. 21 e 22).

A nosso entender, este exemplar exhibe características que poderão indiciar a sua cronologia tardia



(In Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 53, fig. 9)

Nº 15

Sítio Sub-serra de Castanheira do Ribatejo

Freguesia São Bartolomeu da Castanheira

Concelho Vila Franca de Xira

Tipologia Atlante VIII

Técnica de fabrico molde

Decoração palma em relvo na orla

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia segunda metade do séc. IV à segunda metade do séc. V

Referências bibliográficas (AA. VV, 2009, pp. 50; 54).

Observações fragmento de base e parede externa do reservatório

Nº 16

Sítio Silveirona

Freguesia Santo Estêvão

Concelho Estremoz

Tipologia Atlante VIII

Técnica de fabrico molde

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia séc. V

Dimensões altura máxima: 5, 3 cm; comprimento: 12, 5 e 7, 5 cm de largura

Referências bibliográficas (Cunha, 2008, p. 66 e fig. 126, p. 216); (Fabião, *et alii*, 2008, p. 50).

Nº 17

Sítio Quinta das Longas

Freguesia S. Vicente e Ventosa

Concelho Elvas

Tipologia Dressel - Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Pasta tonalidade amarela / avermelhada (Munsell 7.5 YR 7/6)

Cronologia séc. IV a inícios do séc. V

Dimensões fragmento com cerca de 45 mm

Referências bibliográficas (Almeida e Carvalho, A., 2005, p. 314; 319 e fig. 32, nº 70, p. 367)

Observações três dos quatro exemplares identificados na *villa*, enquadram-se na supracitada tipologia, os restantes, pelas reduzidas dimensões que apresentam, não permitiram inferir a tipologia.



(In Almeida e Carvalho, 2005, fig. 32, nº 70, p. 367)

Nº 18

Sítio Necrópole do Padrãozinho

Freguesia Ciladas

Concelho Vila Viçosa

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B ?

Técnica de fabrico molde

Ansa não perfurada do tipo Ponsich 8

Discus liso

Margo larga / oblíqua e separada do disco por moldura muito gasta

Fundo externo e plano

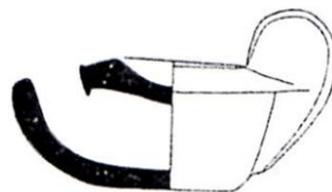
Orifício de alimentação centrado

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Dimensões comprimento, 79 mm; largura, 48 mm, altura, 28 mm;

Referências bibliográficas (Alarcão e Ponte, 1976, p. 86, nº 34)

Observações as autoras admitem tratar-se de uma produção local, cuja forma resultaria da degeneração do tipo Dressel – Lamboglia 20



(In Alarcão e Ponte, 1976, nº 34, est. VIII)

Nº 19

Sítio S. Miguel da Mota

Freguesia Terena

Concelho Alandroal

Tipologia Atlante X

Técnica de fabrico molde

Referências bibliográficas (Guerra, *et alii*, 2003, pp. 415; 179)

Nº 20 A

Sítio Teatro romano

Freguesia Sé

Concelho Lisboa

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Ansa perfurada, tipo Ponsich 7

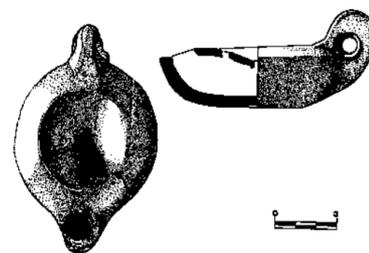
Pasta de tonalidade alaranjada, fina, com pequenos nódulos ocres, calcites e micas.

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Dimensões altura da asa: 44 mm; altura do corpo: 29 mm; largura máxima: 70 mm; comprimento: 105 mm

Referências bibliográficas (Diogo e Sepúlveda, 2000, nº 2, p. 158)

Observações segundo os autores trata-se de uma imitação de tipos mais antigos.



(In Diogo, e Sepúlveda, 2000, fig.1, nº 2, p. 154)

Nº 20 B

Sítio Teatro romano

Freguesia Sé

Concelho Lisboa

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Margo decorada

Orifício de alimentação descentrado

Pasta de tonalidade laranja avermelhada, dura, fina e com pequenos nódulos de ocres

Cronologia séculos IV e V

Referências bibliográficas (Diogo e Sepúlveda, 2000, nº 7, p. 158)

Observações fragmento de orla



(In Diogo e Sepúlveda, 2000, fig. 2, nº 7, p. 156)

Nº 21 A

Sítio S. Sebastião

Freguesia S. Sebastião

Concelho Setúbal

Tipologia Dressel -Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Ansa maciça

Discus decorada

Margo decorada

Orifício (dois) de alimentação

Decoração motivos cristãos em relevo no disco e incisões na orla

Pasta tonalidade avermelhada

Cronologia séculos IV e V

Dimensões comprimento 120 mm; largura 50 mm

Referências bibliográficas (Silva, 1966, p. 576)

Nº 21 B

Sítio Rua Francisco Augusto Flamengo

Freguesia Santa Maria da Graça

Concelho Setúbal

Rostrum não diferenciado, com extremidade ligeiramente saliente

Ansa maciça

Margo ausente

Tipologia "lucerna atípica" / Amará IX ?

Técnica de fabrico torno

Pasta fabrico grosseiro, de tonalidade acinzentada.

Superfícies sem engobe

Cronologia a tratar-se de um exemplar de tipologia Amará IX, a sua cronologia poderá situar-se entre os séculos III e V.

Dimensões comprimento: 62 mm; altura do *infundibulum*: 30 mm; altura do *infundibulum* com ansa: 37 mm; eixo menor: 51 mm; diâmetro do orifício de alimentação: 5 mm; dimensões do orifício de combustão: 8 x 5 mm; espessura da ansa: 7 mm

Referências bibliográficas (Gonçalves e Silva, 1962, fig.1, p. 618)

Paralelos *Conimbriga* (Alarcão e Ponte, 1984, nº 364); (Belchior, 1969, pp. 74;75)



(In Gonçalves e Silva, 1962, fig.1, p. 618)

Nº 22

Sítio Comenda

Freguesia Nossa Senhora da Anunciada

Concelho Setúbal

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Fundo apresenta marca “S”

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia séculos IV e V

Referências bibliográficas (Trindade e Diogo, 1996, nº 5, fig. 4)

Nº 23 A

Sítio Tróia

Freguesia Carvalhal

Concelho Setúbal

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Orifícios de alimentação (4), dispostos de forma a evidenciar a decoração do disco

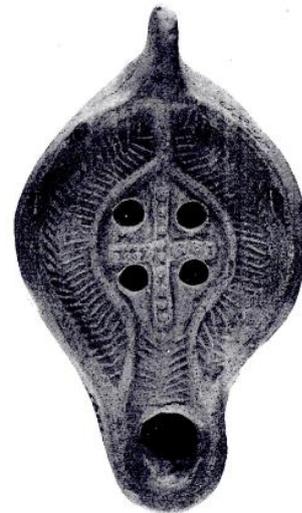
Decoração apresenta palmas em relevo na orla e cruz latina no disco

Superfícies vestígios de engobe vermelho

Cronologia séculos IV e V

Dimensões comprimento: 137 mm; largura: 77 mm e altura: 41 mm

Referências bibliográficas (Soares, 1980, fig. 20, p. 29); (Almeida, 1953, nº 199, p. 181)



(In Soares, 1980, fig. 20, p. 29)

Nº 23 B

Sítio Tróia

Freguesia Carvalhal

Concelho Setúbal

Tipologia Hayes II ?

Técnica de fabrico molde

Ansa maciça tipo Ponsich 9

Decoração no disco: cacho de uvas suspenso por uma vara nos ombros de dois meninos, a par um do outro. Na orla apresenta motivos vegetalistas

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia séculos IV e V

Referências bibliográficas (Almeida, 1962, fig. 318); (Maciel, 1996, fig. 52 c, p. 212); (Vasconcellos, 1912 (ed. 1988), fig. 302, pp. 585); (Cabral, 1975, pp. 163; 168)

Observações foram identificados diversos exemplares desta tipologia, com outros motivos decorados no disco. *Vide* Maciel (1996, fig. 49, p. 210)



(In Almeida e Saldanha, 1962, fig. 318)

Nº 24

Sítio Horta do Crespo

Freguesia Santiago

Concelho Alcácer do Sal

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Rostrum com evidentes sinais de utilização

Ansa de fita

Discus liso, cercado por uma moldura

Margo arredondada, descaída e decorada

Fundo ligeiramente côncava e com anel muito baixo

Orifício de alimentação pouco centrado

Decoração pérolas em relevo na orla

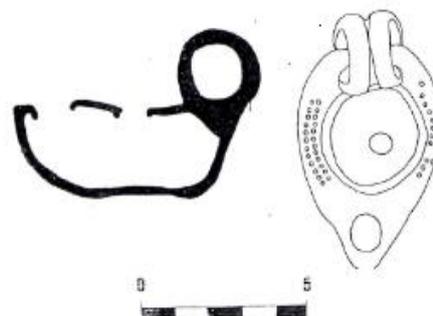
Pasta de tonalidade bege, medianamente dura

Superfícies presença de engobe castanho

Cronologia finais do séc III e inícios do séc. IV

Dimensões altura: 42 mm; diâmetro: 45 mm e comprimento: 74 mm

Referências bibliográficas (Faria e Ferreira, 1993 – 1994. nº 2. p. 353)



(In Faria e Ferreira, 1993 – 1994, nº 2, est. II)

Nº 25 A

Sítio Mina da Caveira

Freguesia Grândola

Concelho Grândola

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Pasta apresenta tonalidade vermelha-escura

Decoração rosácea em relevo no disco

Cronologia séculos III e IV

Dimensões comprimento: 110 mm; largura: 76 mm; altura: 40 mm

Referências bibliográficas (Almeida, 1953, nº 195, p. 179)

Nº 25 B

Sítio Mina da Caveira

Freguesia Grândola

Concelho Grândola

Tipologia “lucerna cristã”

Técnica de fabrico molde

Decoração no disco apresenta uma roseta de seis pétalas, a que se encontra junto à asa inflecte-se para a esquerda, formando um “P” com haste à direita. Trata-se da representação do *crismón*

Pasta de tonalidade vermelha

Cronologia séculos III e IV

Dimensões comprimento 112 mm; largura 60, 5 mm; altura 30 mm

Referências bibliográficas (Almeida 1953, nº 208, 183)

Observações imitação local “tardio e degenerado”

Nº 26

Sítio *Mirobriga*

Freguesia Santiago do Cacém

Concelho Santiago do Cacém

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B ?

Técnica de fabrico molde

Rostrum redondo e pequeno

Ansa sem perfuração do tipo Ponsich 8

Discus sem separação com a *margo*

Fundo ligeiramente côncavo

Orifício de alimentação ligeiramente descentrado

Pasta de tonalidade amarela rosada, com zonas avermelhadas, dura, evidenciando grãos de quartzo, mica e hematite



(In Cabral, 1976/1977, nº 3, est. III)

Superfícies presença de engobe de tonalidade semelhante à da pasta
Cronologia finais do séc. III - IV
Dimensões altura: 34 mm; comprimento: 73 mm e diâmetro: 49 mm
Referências bibliográficas (Cabral, 1976 / 1977, nº 3, est. III, p. 460); (Biers, 1988, 128)
Observações A par de algumas lucernas dos séculos anteriores, Maria Elisabeth Cabral (1976 / 1977, est. III) refere escassos exemplares deste período.

Nº 27
Sítio Represas
Freguesia Santiago Maior
Concelho Beja
Tipologia Dressel – Lamboglia 31?
Técnica de fabrico molde
Discus decorado com *crismón*
Cronologia séculos IV e V ?
Referências bibliográficas (Maciel, 1996, nota 1430, p. 207)

Nº 28 A
Sítio Brinches
Freguesia Brinches
Concelho Serpa
Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B
Técnica de fabrico molde
Orifício de alimentação amplo comparativamente ao tamanho do disco
Decoração motivos geométricos no disco; orla com pérolas globulares, dispostas em cinco linhas concêntricas
Cronologia séculos III e IV
Referências bibliográficas (Larrazabal, 2009, p. 50; 51)
Observações fragmento de orla e disco

Nº 28 B
Sítio Brinches
Freguesia Brinches
Concelho Serpa
Tipologia Atlante X
Técnica de fabrico molde
Decoração motivos estampilhados de folha de palma, junto à moldura
Pasta em *terra sigillata* africana apresenta-me muito granulosa de tonalidade avermelhada
Superfícies vestígios de engobe fino de tonalidade mais escura do que a da pasta
Referências bibliográficas (Larrazabal, 2009, pp. 51; 52)
Observações fragmento de orla e início do bico

Nº 29 A

Sítio Cidade das Rosas

Freguesia Salvador

Concelho Serpa

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Decoração pérolas em relevo na orla

Pasta bem depurada, de tonalidade creme clara (Munsell 10 YR 8/2)

Superfícies coberta com engobe rosado (Munsell 7, 5 YR 6/5)

Cronologia finais do séc. III e séc. IV

Referências bibliográficas (Caeiro, 1994, nº 20, p. 13)

Observações fragmento de orla

Nº 29 B

Sítio Cidade das Rosas

Freguesia Salvador

Concelho Serpa

Tipologia “lucerna atípica”

Técnica de fabrico molde

Ansa oval e aberta

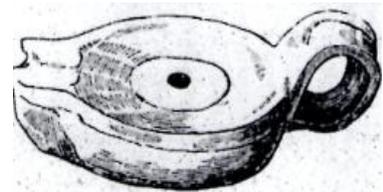
Pasta de tonalidade amarelada

Decoração junto ao bico

Cronologia séculos III e IV

Referências bibliográficas (Vasconcellos, 1902a, p. 175)

Observações o autor atribuiu a cronologia a esta lucerna, com base na datação das moedas, que compunham o conjunto exumado. As características apresentadas remetem para a possibilidade de se tratar de um exemplar de origem local.



(In Vasconcellos, 1902, p. 175)

Nº 30 A

Sítio Casa do Procurador

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B (variante)

Técnica de fabrico molde

Rostrum arredondado e sem delimitação precisa

Infundibulum de reduzidas dimensões

Ansa perfurada e lisa

Discus liso e ligeiramente côncavo

Margo larga, arredondada, lisa e separação com o disco

Fundo externo e acentuadamente convexo sem separação com o reservatório

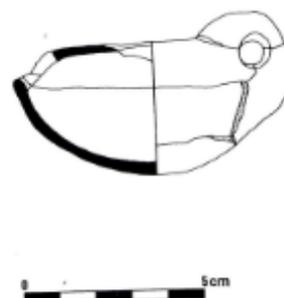
Pasta apresenta tonalidade bege, fina, compacta com muitos e.n.p. de pequenas dimensões

Cronologia finais do séc. III e inícios do séc. IV

Dimensões comprimento: 19 mm; largura: 55 mm; altura: 45 mm

Referências bibliográficas (Pita, 1995, p. 16)

Observações no mesmo artigo remete para outro exemplar da mesma tipologia, *vide* Pita (1995, nº 3, pp.17; 18). O fundo atípico que apresenta permitiria que a lucerna ficasse estável, quando colocada, por exemplo, num nicho das galerias mineiras (*ibidem*).



(In Pita, 1995, nº1, p. 27)

Nº 30 B

Sítio Casa do Procurador

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Rostrum arredondado e ligado ao disco por um canal curto

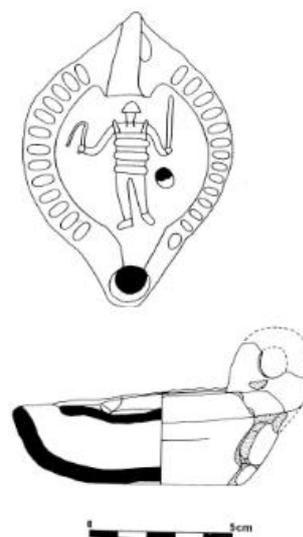
Ansa perfurada, lisa e em posição superior ao corpo da lucerna

Margo estreita, arredondada, decorada e separada do disco por um leve sulco

Fundo circular, côncavo, delimitado por um ténue sulco

Orifício de alimentação descentrado

Decoração motivos domador de animais (?) no disco. Na orla apresenta pequenos óvulos em relevo.



(Pita, 1995, nº 4, p. 30)

Pasta tonalidade alaranjada, grosseira, pouco compacta, com abundantes e.n.p. de médias e grandes dimensões (principalmente grãos de quartzo)

Cronologia meados / finais do séc. III a meados do séc. IV

Dimensões comprimento: 106 mm; largura: 74 mm; altura: 5 mm

Referências bibliográficas (Pita, 1995, nº 4, p. 18)

Nº 30 C

Sítio Casa do Procurador

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

Tipologia Lucerna de canal tardia?

Técnica de fabrico molde

Rostrum arredondado, de canal aberto com indícios de ter sido utilizado

Pasta apresenta tonalidade bege, fina, pouco compacta e com e.n.p. de pequenas dimensões (minúsculas partículas de xisto e mica)

Superfícies sem vestígios de engobe

Cronologia meados do séc. III a meados do séc. IV

Dimensões comprimento do bico: 30 mm; largura do bico: 32 mm; altura do bico: 19 mm

Observações apenas se conservaram fragmentos do bico

Referências bibliográficas (Pita, 1995, nº 4, p. 18; 19)

Nº 30 D

Sítio *Metallum Vispascense*

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

Tipologia “lucerna cristã”

Técnica de fabrico molde

Margo decorada

Fundo apresenta marca com três pequenos anéis impressos

Decoração motivos *crismón* no disco e orla com estrias radiantes

Pasta de cor vermelho - tijolo

Dimensões comprimento: 118 mm; largura: 82 mm; altura: 38 mm

Referências bibliográficas (Almeida, 1953, nº 209, p. 183)

Nº 31

Sítio Cerro do Faval

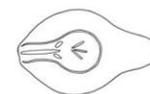
Freguesia Conceição

Concelho Ourique

Tipologia Hayes I

Técnica de fabrico molde

Rostrum largo e unido ao disco por canal



(In Deus, et alii, 2004, pp. 459; 462)

Ansa maciça e projectada para cima, com ranhura central até à base que se prolongam até à asa. Apresenta marca de oleiro.

Margo ligeiramente convexa e com decoração

Fundo ligeiramente côncavo, delimitado exteriormente por sulco de duas linhas paralelas

Orifícios de alimentação (2)

Decoração motivos representação de um canídeo a correr no disco. Na orla apresenta palmetas estilizadas.

Pasta *terra sigillata* africana, de tonalidade alaranjada

Superfícies vestígios de engobe castanho mel

Cronologia segunda metade do séc. IV à segunda metade do séc. V

Referências bibliográficas (Deus, *et alii*, 2004, pp. 459; 462)

Paralelos marca de oleiro patente numa lucerna publicada no Catálogo do British Museum, remetendo para uma cronologia de cerca de 440-550 d. C *vide* Bailey, 1988, p. 113-138, n.º 1759 *apud* Deus, *et alii*, 2004, p. 460

Nº 32 A

Sítio Ruínas da casa integrada no núcleo romano do Museu de Mértola

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Tipologia "lucerna de canal"

Técnica de fabrico molde

Rostrum fragmentado seguido de canal com vestígios de uso

Orifícios de alimentação (2) no disco

Decoração motivos cordeiro em posição de marcha para a direita e à sua frente um ramo de oliveira ou videira. Na orla apresenta um friso circular preenchido por motivos cruciformes e em ferradura

Cronologia segunda metade do séc. V e inícios do séc. VI

Dimensões comprimento: 9 cm; largura: 7,3 cm

Referências bibliográficas (Torres e Macías, 1993, nº 15, p. 84)



(In Torres e Macías, 1993, nº 15, p. 84)

Nº 32 B

Sítio Ruínas da casa integrada no núcleo romano do Museu de Mértola

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Tipologia “lucerna de canal”

Técnica de fabrico molde

Rostrum fragmentado, com sinais de utilização

Orifícios de alimentação (2)

Decoração apresenta no disco uma cruz com pequenos círculos concêntricos nos braços, rodeados por uma banda ondulada também com círculos, que volta a verificar-se igualmente na orla

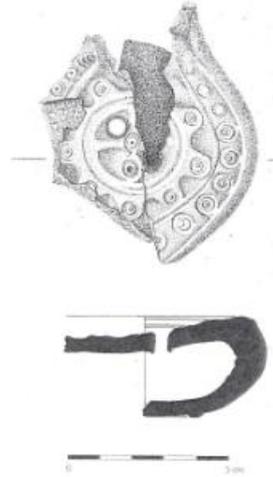
Pasta de tonalidade avermelhada e textura compacta

Cronologia séculos VI e VII

Dimensões comprimento: 8, 2 cm; largura: 6, 5 cm; altura 3, 2 cm

Referências bibliográficas (Torres e Macías, 1993, nº 16, p. 85)

Observações fragmento de lucerna de canal



(In Torres e Macías, 1993, nº 16, p. 85)

Nº 33

Sítio Mina de Santo Estêvão

Freguesia São Bartolomeu de Messines

Concelho Silves

Tipologia “lucerna atípica”

Técnica de fabrico molde

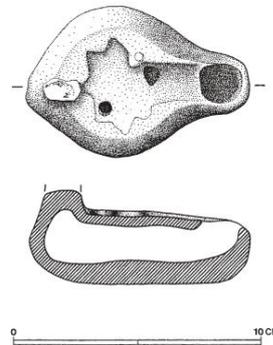
Decoração estrela octogonal em relevo no disco

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia finais do séc. IV até ao séc. VII

Referências bibliográficas (Domergue, 1990, p. 216); (Gomes, 2002, pp. 79 e 81); (Catarino, 2005/2006, p. 118)

Observações segundo Rosa Varela Gomes, este tipo de lucernas poderá ter sido utilizado até ao início do séc. VII.



(In Gomes, 2002, fig. 34, p. 81)

Nº 34 A

Sítio Milreu

Freguesia Estói

Concelho Faro

Tipologia Hayes II

Técnica de fabrico molde

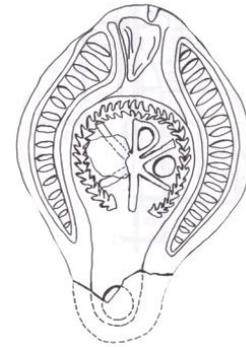
Decoração *crismón* em relevo no disco e orla com múltiplas incisões

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia séculos IV e V

Referências bibliográficas (Teichner, 2001, p. 198)

Observações encontrada na área de produção de azeite



(In Teichner, 2001, fig. 4, p. 198)

Nº 34 B

Sítio Milreu

Freguesia Estói

Concelho Faro

Tipologia Dressel – Lamboglia 31

Técnica de fabrico molde

Decoração em relevo no disco golfinho virado para a esquerda sobre uma cruz em forma de tau (?)

Cronologia séculos IV e V

Dimensões comprimento: 88 mm; largura: 79 mm e altura: 32 mm

Referências bibliográficas (Almeida, 1953, nº 198, p. 180)

Nº 35

Sítio Torre d' Ares (Balsa)

Freguesia Luz

Concelho Tavira

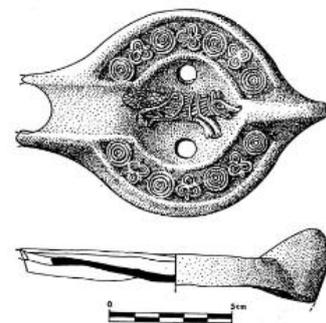
Tipologia Hayes II A

Técnica de fabrico molde

Orifícios de alimentação (2)

Ansa triangular e maciça

Fundo apresenta marca de oleiro "B" e dois pequenos círculos concêntricos



(In Maciel, 1996, fig. 47, p. 208)

Decoração na orla apresenta círculos concêntricos alternados com folhas trilobadas. No disco está representada uma raposa entre os dois orifícios de alimentação.

Pasta *Terra sigillata* clara D, produção norte africana. Tonalidade alaranjada (Munsell 2, 5 YR 6/7)

Superfícies vestígios de engobe (Munsell 2, 5 YR 5.5/8)

Cronologia Séculos IV a VI

Dimensões comprimento: 123 mm; largura: 82 mm

Referências bibliográficas (Almeida, 1953, nº 200, p. 181); (Nolen, 1994, lu 54, p. 51); (Maciel, 1996, fig. 47, p. 208)

Observações conserva-se, apenas, a parte superior do receptáculo

Nº 36

Sítio Rua 25 de Abril

Freguesia Santa Maria

Concelho Lagos

Tipologia Atlante X

Técnica de fabrico molde

Pasta *terra sigillata* africana

Cronologia séculos V e VI

Referências bibliográficas (Filipe, *et alii*, 2009, p. 314)

Nº 37 A

Sítio Necrópole romana da rua das Alcaçarias

Freguesia Sé

Concelho Faro

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Rostrum redondo

Margo com decoração de pérolas em relevo

Orifício de alimentação centrado

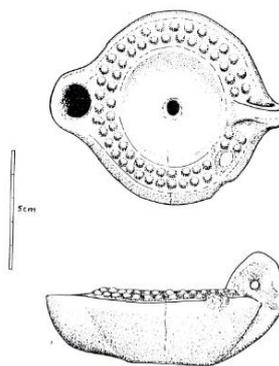
Decoração duas fiadas de pérolas em relevo na orla

Cronologia Séculos III e IV

Referências bibliográficas (Gamito, 1992, p. 113)

Observações proveniente do espólio da sepultura nº 6

Paralelos Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda, e Sousa, 2000, p. 51); Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2), Faro (Belchior, 1974, p. nº 707, pp. 14 e 15) entre outros.



(In Gamito, 1992, est. VIII)

Nº 37 B

Concelho Faro

Tipologia Dressel – Lamboglia 30 B

Técnica de fabrico molde

Rostrum alongado, com grande orifício e vestígios de utilização

Ansa pequena e maciça, com sulco profundo

Margo decorada

Fundo apresenta pequena concavidade e gravação circular

Decoração na orla sulcos radiados e no disco seis óvulos dispostos em torno do orifício de alimentação

Pasta apresenta cor vermelha e fabrico grosseiro

Superfícies apresenta vestígios de verniz acastanhado

Cronologia séc. IV

Dimensões altura: 32 mm; diâmetro: 79 mm; comprimento: 116 mm

Referências bibliográficas (Belchior, 1974, p. nº 707, pp. 14 e 15)

Paralelos Aldeia do Penedo (Torres Vedras) (Sepúlveda, e Sousa, 2000, p. 51); Necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia); *Conimbriga* (Belchior, 1969, est. XXIII 1, 2), *Ammaia* (Quaresma, 2011, s.p.), entre outros.

Candis

Nº 1

Sítio Quinta do Raio X

Freguesia Veiga de Chaves

Concelho Chaves

Bico tipo “orelha de mula”

Técnica de fabrico manual e torno

Reservatório globular, na união com o colo apresenta marcas de dedadas

Asa verifica-se o seu arranque junto ao corpo

Pasta de tonalidade bege, textura fina, dura e bem depurada, com e.n.p de calcário de pequenas dimensões

Cronologia meados do séc. X até à primeira metade do séc. XI

Dimensões base: 4, 1 cm; largura (corpo): 6, 5 cm; altura 3, 8 cm; comprimento: 10, 8 cm

Referências bibliográficas (Sérgio e Gomes, 2005, nº 561, pp. 108; 109); (Barroca, 2006, p. 317); (Catarino, 2008, p. 127); (Barroca, 2008/2009, nota 79, p. 205)

Observações inserido num conjunto composto por quatro candis datáveis de meados do séc. X à primeira metade do séc. XI.

Encontra-se fragmentado no colo, pelo que não permite determinar a sua altura



(In Carneiro e Gomes, 2005, mº 561, p. 163)

Nº 2

Sítio Pedrantil

Freguesia Croca

Concelho Penafiel

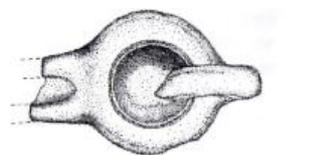
Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto

Reservatório bitroncocónico, com sulco ou canelura que contorna o seu diâmetro máximo

Colo com bordo extrovertido

Asa de secção romboidal em “D”arranca da face interna e termina junto do sulco exterior que marca o diâmetro máximo do candil



(In Barroca e Santos, 2006, p. 313)

Pasta de tonalidade bege clara, bem depurada e homogénea, sem desengordurantes nem vestígios de vidrado

Cronologia finais do séc. IX e primeiras décadas do séc. X. Segundo Juan Zozaya este exemplar poderá datar-se de cerca de 930 *apud* Barroca e Santos (2006, p. 315).

Dimensões comprimento: 12, 2 cm; altura: 7, 3 cm; largura; diâmetro do bojo: 7, 7 cm; diâmetro exterior do bordo: 4, 8 cm; diâmetro do fundo: 5, 8 cm; largura da asa: 1, 5 cm; largura do bico: 3, 5 cm; espessura das paredes: 0, 6 cm no bordo e 1, 1 cm de bico

Referências bibliográficas (Barroca e Santos, 2006, pp. 312; 317)

Paralelos Beja (Viana, 1962, figuras 159 e 160, p. 134 *apud* Barroca e Santos, 2006, nota 21, p. 315); Santarém (AA. VV., 2002, n° 135, p. 153); Lisboa (Calado e Leitão, 2005, p. 463) e Silves (Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436)

N° 3

Sítio Pátio das Escolas

Freguesia Sé Nova

Concelho Coimbra

Técnica de fabrico manual e torno

Pasta de cor branca

Decoração pingo de corda seca

Cronologia séculos X e XI (período califal e reinos de taifa)

Referências bibliográficas (Catarino, *et alii*, 2009, p. 338)

Observações fragmento de bordo de candil. Na mesma freguesia, no Beco das Condeixeiros, junto à Rua Borges Carneiro, foi identificado um candil praticamente intacto, em cerâmica comum, sem decoração, proveniente das escavações dirigidas pelo Doutor Jorge Alarcão e pelo Doutor Pedro Carvalho (Catarino e Filipe, 2006, p. 75)

Nº 4 A

Sítio Alcáçova

Freguesia Marvila

Concelho Santarém

Técnica de fabrico manual e torno

Reservatório circular de secção cilíndrica

Colo seria alto

Pasta de tonalidade laranja-acastanhada (Munsell 2.5YR 6/8), porosa, pouco compacta, com raros e.n.p. de pequenas dimensões

Cronologia séculos X a inícios do séc. XII

Referências bibliográficas (Viegas e Arruda, 1999, p. 174)

Observações Recolheram-se sete fragmentos de candil, cinco possuem superfícies vidradas de amarelo (melado). A maioria dos fragmentos contempla apenas o bico (Viegas e Arruda, 1999, p. 174), sendo descritos e ilustrados três exemplares. Referimos, com base na publicação o que apresenta maiores dimensões (Viegas e Arruda, fig. 16, nº 11).

Na publicação *De Scallabis a Santarém* são referidos alguns exemplares provenientes da Alcáçova, cujas cronologias remetem para os séculos X, XI e inícios do séc. XII (AA. VV., 2002, p. 153). Do conjunto apresentado, salientamos o candil nº 135 (AA. VV., 2002, p. 153), cujas características nos sugerem paralelo com os candis de Pedrantil, Penafiel (Barroca e Santos, 2006 pp. 312; 317), com o de Beja (Viana, 1962, figuras 159 e 160, p. 134), de Lisboa (Calado e Leitão, 2005, p. 463) e de Silves (Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436)

Nº 4 B

Sítio Convento de S. Francisco

Freguesia São Salvador

Concelho Santarém

Técnica de fabrico manual e torno

Bico fusiforme e com vestígios de utilização

Reservatório cilíndrico e baixo

Colo bitroncocónico, com paredes ligeiramente exvertidas de bordo boleado

Asa não se conserva

Base plana

Pasta de tonalidade esbranquiçada com finos e.n.p. agregados.

Superfícies alisadas da mesma tonalidade da pasta

Cronologia séc. XI

Referências bibliográficas (Ramalho, *et alii*, 2001, nº 17, p. 158)

Observações exemplar muito fragmentado

Nº 5

Sítio Castelo dos Mouros

Freguesia São Pedro de Penaferrim

Concelho Sintra

Técnica de fabrico manual e torno

Pasta de cor branca e bem depurada

Superfícies apresentam vidrado melado claro

Cronologia séculos X e XI

Referências bibliográficas (Coelho, 2000, p. 217)

Observações foram identificados três fragmentos de bico de candil

Nº 6 A

Sítio Encosta de Sant' Ana

Freguesia Castelo

Concelho Lisboa

Técnica de fabrico manual e torno

Bico largo de paredes abauladas

Cronologia séculos IX – X (período emiral)

Referências bibliográficas (Calado e Leitão, 2005, p. 463)

Observações fragmento de bico de candil

Nº 6 B

Sítio Encosta de Sant' Ana

Freguesia Castelo

Concelho Lisboa

Técnica de fabrico manual e torno

Bico de secção abaulada

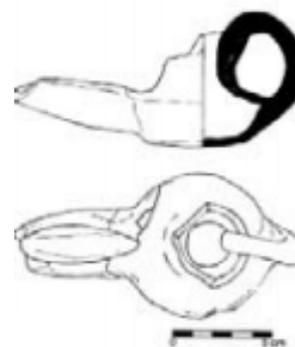
Asa desenvolve-se a partir do interior do colo terminando no exterior do receptáculo

Pasta de cor bege

Cronologia séculos IX e X ?

Referências bibliográficas (Calado e Leitão, 2005, p. 463)

Paralelos Pedrantil, Croca (Barroca e Santos, 2006, pp. 312; 317); Beja (Viana, 1962, figuras 159 e 160, p. 134); Santarém (AA. VV., 2002, nº 135, p. 153) e Silves (Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436)



(In Calado e Leitão, 2005, fig. 1, p. 466)

Nº 6 C

Sítio Encosta de Sant' Ana

Freguesia Castelo

Concelho Lisboa

Técnica de fabrico manual e torno

Superfícies cobertas com aguada de lamboge

Cronologia séc. XII

Referências bibliográficas (Calado e Leitão, 2005, nº 44, p. 468)



(In Calado e Leitão, 2005, nº 44, p. 468)

Nº 6 D

Sítio Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês

Freguesia S. Nicolau

Concelho Lisboa

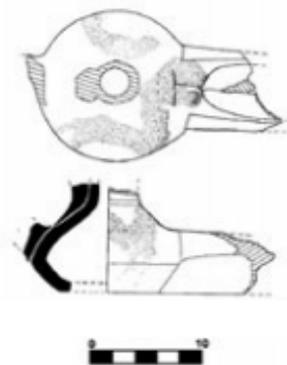
Técnica de fabrico manual e torno

Decoração vidrado parcial

Cronologia Séculos XI e XII

Referências bibliográficas (Bugalhão, *et alii*, 2007, 317; 344); (Bugalhão, *et alii*, 2008, p. 120)

Observações encontra-se fragmentado no bico, no colo e na asa. Poderá tratar-se de uma peça de produção local



(In Bugalhão, *et alii*, 2007, nº 327, fig. 26, p. 342)

Nº 6 E

Sítio Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês

Freguesia S. Nicolau

Concelho Lisboa

Técnica de fabrico manual e torno

Superfícies vidradas

Cronologia séculos X e XI ?

Referências bibliográficas (Bugalhão e Folgado, 2001, pp. 111; 145); (Bugalhão, *et alii*, 2007, 317; 344); (Bugalhão, *et alii*, 2008, p. 120)

Observações conserva-se apenas parte do receptáculo.
Poderá ser uma peça de fabrico local ou regional.



(In Bugalhão, *et alii*, 2007, nº 3278, fig. 26, p. 342)

Nº 7

Sítio Castelo

Freguesia Palmela

Concelho Palmela

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos IX e X

Referências bibliográficas (Fernandes e Carvalho, 1993, fig. 109, p. 46)

Paralelos Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, nº 9, p. 102)

Nº 8

Sítio Largo Conde de Vila Flor

Freguesia Sé e São Pedro

Concelho Évora

Técnica de fabrico manual e torno

Bico de paredes rectas e lábio em bisel

Reservatório bitroncocónico

Colo com lábio recto e envasado

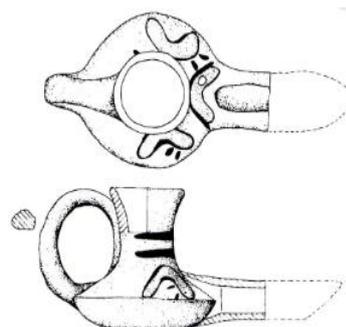
Base plana, tipo “bico de pato”

Pasta de tonalidade amarela-ocre

Decoração em manganés e melado

Dimensões altura: 6, 6 cm; diâmetro de bordo: 3, 8 cm;
diâmetro máximo: 7, 3 cm

Referências bibliográficas (Teichner, 1998, nº 6, fig. 9, p. 25)



(In Teichner, 1998, nº 6, fig. 9, p. 25)

Nº 9 A

Concelho Alcácer do Sal

Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto e com vestígios de utilização

Reservatório globular

Colo pouco desenvolvido

Referências bibliográficas (Carvalho, *et alii*, 2004, p. 51)

Observações as características morfológicas apresentadas por este candil, levam-nos a considerá-lo um dos mais antigos, identificados no actual território português. Os autores admitem a sua proveniência oriental, provavelmente da área da Síria / Palestina



(In Carvalho, *et alii*, 2004, p. 51)

Nº 9 B

Sítio Convento de Nossa Senhora de Aracoelli

Concelho Alcácer do Sal

Técnica de fabrico molde

Decoração motivos geométricos impressos no disco e no fundo

Cronologia séculos XII e XIII

Observações no mapa 2 pode observar-se as locais de onde são provenientes os candis de disco impresso. O reduzido número dos exemplares de disco impresso sugere que teriam mais valor, comparativamente às outras luminárias coevas.

Referências bibliográficas (Paixão e Carvalho, 2001, nº 36, p. 227)



(In Paixão e Carvalho, 2001, nº 36, p. 227)

Nº 9 C

Concelho Alcácer do Sal

Técnica de fabrico manual e torno

Bico apresenta vestígios de utilização

Reservatório globular

Pasta de tonalidade avermelhada, com e.n.p. de grão médio

Cronologia Séculos IX e XI

Dimensões comprimento total: 158 cm; diâmetro da boca: 30 mm

Referências bibliográficas (Carvalho e Faria, 1993, nº 9, p. 102)

Paralelos (Fernandes e Carvalho, 1993, fig. 109, p. 46 *apud* Carvalho e Faria, 1993, nº 9, p. 102)



(In Carvalho e Faria, 1993, nº 9, p. 106)

Nº 10

Sítio Monte Roncanito 10

Concelho Reguengos de Monsaraz

Técnica de fabrico manual e torno

Superfícies vidradas

Referências bibliográficas (Gómez Martínez, *et alii*, 2009, fig. 12, p. 691)

Observações pequeno fragmento de fudo de reservatório e início do arranque da asa

Nº 11

Sítio Castelo de Moura

Concelho Moura

Bico desenvolvido

Reservatório bitroncocónico

Base plana

Técnica de fabrico manual e torno

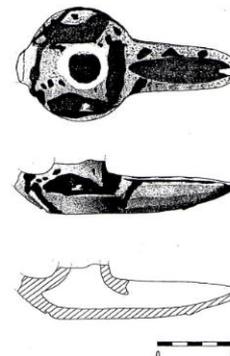
Decoração em corda seca parcial

Cronologia século XI

Referências bibliográficas (Macías, 1994, pp. 133; 136)

Observações o exemplar que se apresenta poderá ter paralelo com o candil nº 335 de Juan Zozaya (1990). Contudo, tal classificação não está isenta de dúvidas, dada a fragmentação da peça.

No mesmo artigo são representados mais sete candis datáveis dos séculos XI e XII, alguns exibem decoração em corda seca parcial



(In Macías, 1994, fig. 11, p. 133)

Nº 12 A

Sítio Barreira

Freguesia S. João Baptista

Concelho Beja

Técnica de fabrico manual e torno

Bico pouco desenvolvido

Reservatório bitroncocónico

Colo pouco desenvolvido

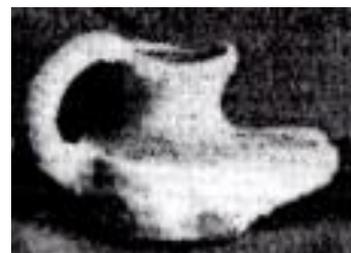
Asa inserida no interior do colo, terminando no exterior do reservatório

Dimensões altura: 0,063 m; diâmetro: 0,077 m

Referências bibliográficas (Viana, 1945, pp. 333; 338)

Paralelos Pedrartil, Penafiel (Barroca e Santos 2006, p. 313); Lisboa (Calado e Leitão, 2005, p. 463); Silves (Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436); Santarém (AA. VV., 2002, nº 135, p. 153)

Observações Na vitrine, Abel Viana exhibe 12 candis, distinguindo-os pela presença ou ausência de superfícies vidradas. A cronologia da maioria dos exemplares remete para os séculos X e XI



(In Viana, 1945, fig. 18, p. 333)

Nº 12 B

Sítio Barreira

Freguesia S. João Baptista

Concelho Beja

Técnica de fabrico manual e torno

Asa apresenta um apêndice em forma de espigão, na parte superior

Superfícies totalmente vidradas de tonalidade esbranquiçada, segundo o autor poderão ter alterado da cor primitiva, verde?

Cronologia Primeira metade do séc. XI?

Referências bibliográficas (Viana, 1945, pp. 333; 338)

Observações O apêndice que se pode observar na parte superior da asa remete para o candil nº 94 de Juan Zozaya (1990), que situa o exemplar semelhante em meados do séc. XI



(In Viana, 1945, fig. 18, p. 333)

Nº 12 C

Sítio Praça da República

Freguesia Santa Maria da Feira

Concelho Beja

Técnica de fabrico manual e torno

Bico desenvolvido e facetado

Reservatório bitroncocónico

Colo estreito e pouco desenvolvido

Asa de secção em "D"

Base plana

Cronologia Séculos X e XI

Referências bibliográficas (Pinto, 2007, p. 528)

Observações apresentava no interior um espevitador. A tonalidade homogénea que exhibe confere-lhe um aspecto de "novo", ou seja, como indica a autora não tem quaisquer vestígios de uso. O que poderá prender-se com algum, eventual, defeito de fabrico.



(In Pinto, 2007, p. 528)

Nº 13

Sítio Castro de Nossa Senhora da Cola

Freguesia Ourique

Concelho Ourique

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos X e XI ?

Referências bibliográficas (Viana, 1960, nº 14, est. XL)

Observações entre os diversos materiais expostos em "vitrine", no canto superior direito, pode observar-se um candil fragmentado, na asa, no bico e no colo. A ausência de descrição, bem como o reduzido tamanho da fotografia exibida, dificultam a sua análise.

Nº 14 A

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Técnica de fabrico manual e torno

Bico tipo “orelha de mula”

Reservatório bitroncocónico

Colo troncocónico invertido

Asa vertical

Base convexa

Decoração de tonalidade avermelhada, textura porosa, com a presença de e.n.p de dimensões superiores a 1 mm

Pasta de tonalidade avermelhada, textura porosa, com a presença de e.n.p de dimensões superiores a 1 mm

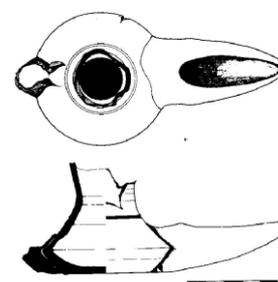
Superfícies alisadas

Cronologia séc. X

Dimensões largura: 75 mm; diâmetro da base: 47 mm; largura 150 mm

Referências bibliográficas (Gómez Martínez, 2001, nº 27, p. 122); (Gómez Martínez, 2004, nº inv. CR/CF/0016)

Observações constitui uma das mais antigas formas de candil identificadas em Mértola



(In Gómez Martínez, 2004, nº inv. CR/CF/0016)

Nº 14 B

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Técnica de fabrico manual e torno

Bico levantado de paredes rectas, bem facetadas

Reservatório bitroncocónico com carena pronunciada

Colo cilíndrico

Asa de secção em “D”

Base recta e irregular

Pasta de tonalidade avermelhada de textura compacta

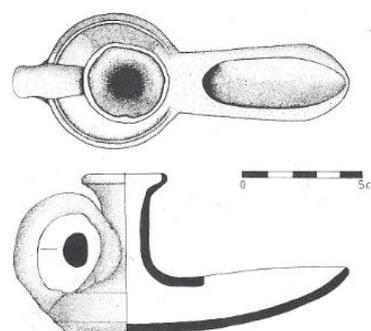
Superfícies cobertas por vidro plúmbeo de cor de mel

Cronologia meados do séc. XI

Dimensões altura: 68 mm; comprimento: 125 mm; diâmetro da boca: 36 mm; diâmetro da base 45 mm

Referências bibliográficas (Torres, 1987, nº 27); (Gómez Martínez, 2001, nº 29, p. 122); (*idem*, 2004, nº de inv. CR/CF/0009)

Observações encontra-se no Museu de Mértola



(In Torres, 1987, nº 28)

Nº 14 C

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Material de suporte metal

Técnica de fabrico molde

Bico de paredes direitas termina com duas pequenas saliências

Reservatório globular e piriforme

Colo troncocónico

Asa de fita aplicada no bordo e na parte inferior do reservatório. Apresenta um apêndice na parte superior em forma de flor de lótus estilizada

Base plana

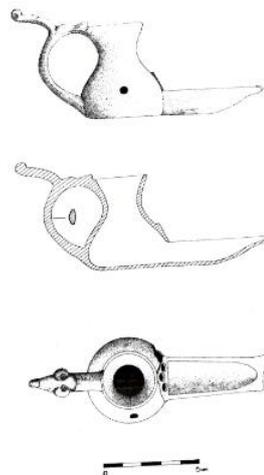
Decoração apêndice fitomórfico na asa de tradição almóada

Cronologia séc. XII

Dimensões altura: 50 mm; comprimento: 130 mm; diâmetro da boca: 30 mm; diâmetro da base: 36 mm

Referências bibliográficas (Torres, 1988, fig. 14)

Observações exemplar com o nº de inv. BR/CF/0001 do Museu de Mértola



(In Torres, 1988, fig. 14)

Nº 14 D

Sítio Silos 4 e 5

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Técnica de fabrico manual e torno

Reservatório bitroncocónico

Decoração traço de manganés sobre vidrado melado

Cronologia séculos XI e XII?

Referências bibliográficas (Macías, 1991, p. 405; 428); (*idem*, 1993, fig. 12, pp. 32 e 33)

Observações foram identificados dois fragmentos de bocais de candil, além do fragmento de reservatório que se apresenta.



(In Macías, 1993, fig. 12, p. 33)

Nº 14 E

Sítio Casa do Lanternim

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Técnica de fabrico manual e torno

Bico de forma aproximadamente pentagonal, bem facetado e de paredes planas

Reservatório bitroncocónico com carena pronunciada

Colo pouco desenvolvido

Asa aplicada entre o bordo e o reservatório

Base plana

Cronologia séculos XI e XII

Referências bibliográficas (Rafael e Lopes, 2007, p. 494)

Paralelos idêntico ao candil proveniente da Encosta do Castelo de Mértola (Gómez Martínez, 2001, nº 28, p. 122); (*idem*, 2004, nº inv. CR/CF/0015).



(In Rafael e Lopes, 2007, p. 494)

Nº 14 F

Sítio Encosta do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Reservatório cilíndrico

Técnica de fabrico molde

Decoração vidrado monocromo verde e motivo zoomorfo impresso no disco

Pasta de tonalidade alaranjada, textura porosa e com e.n.p de dimensões entre 1 e 0,3 mm

Superfícies vidradas e alisadas

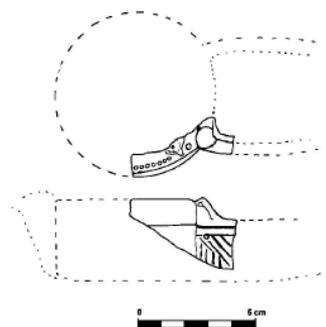
Cronologia segunda metade do séc. XII às primeiras quatro décadas do séc. XIII

Referências bibliográficas

(Gómez Martínez, 2004, nº inv. CR/CF/0050)

Paralelos Silves (Gomes e Gomes, 2001) e (Alcácer do Sal Paixão, *et alii*, 2001 *apud* Gómez Martínez, 2004)

Observações fragmento de candil de disco impresso



(In Gómez Martínez, 2004, nº inv. CR/CF/0050)

Nº 15

Sítio Mesas de Castelinho

Freguesia Santa Clara-a-Nova

Concelho Almodôvar

Técnica de fabrico manual e torno

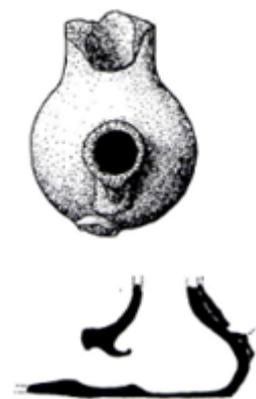
Reservatório globular

Cronologia século IX a inícios do séc. X

Referências bibliográficas

(Guerra e Fabião, 1993, fig. 15, p. 98); (*idem*, 2001, p. 173)

Observações apresenta-se muito fragmentado, pelo que a cronologia atribuída não está isenta de dúvidas.



(In Guerra e Fabião, 1993, fig. 15, p. 98)

Nº 16

Sítio Castelo das Relíquias

Freguesia Gíões

Concelho Alcoutim

Técnica de fabrico manual e torno

Bico desenvolvido

Reservatório de forma lenticular

Colo alto a terminar num bordo boleado

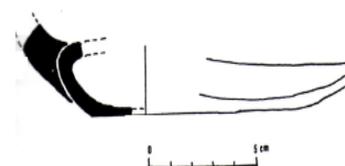
Decoração vestígios de traço a negro de manganés

Pasta de textura homogénea, tonalidade creme acinzentada e com e.n.p. finos

Superfícies vidradas de tonalidade melada clara

Cronologia período califal e reinos de taifas

Referências bibliográficas (Catarino, 1997, p. 460)



(In Catarino, 1997, est. LXXVII)

Nº 17 A

Sítio Castelo Velho de Alcoutim

Freguesia Alcoutim

Concelho Alcoutim

Técnica de fabrico manual e torno

Bico bem diferenciado

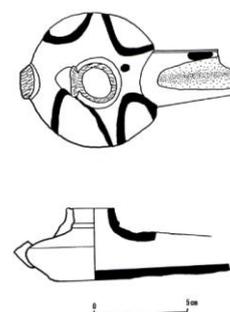
Reservatório lenticular

Colo alto

Asa dorsal de secção circular

Base plana

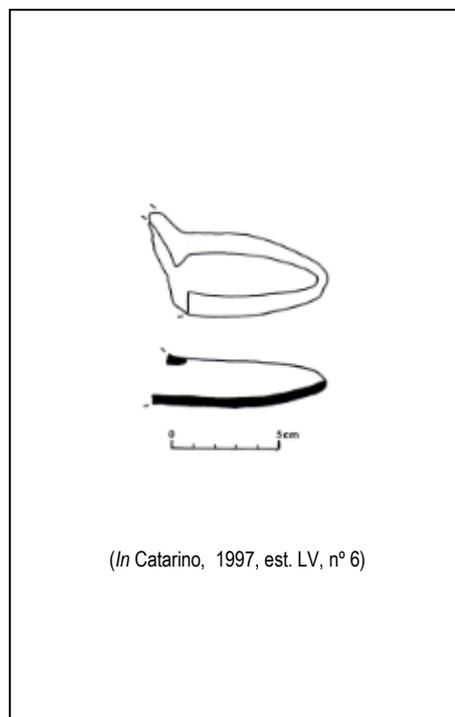
Decoração traços em segmentos de círculo a negro de manganés



(In Catarino, 1997, est. XXXVIII, nº1)

Pasta compacta de tonalidade alaranjada, com e.n.p. de grãos finos
Superfícies vidradas de tonalidade melada clara
Cronologia primeira metade do séc. X e século XI
Referências bibliográficas (Catarino, 1988, pp. 83; 84); (Catarino, 1992, pp. 299; 305); (Catarino, 1997, pp. 386; 387); (Catarino, 1999, p. 120)
Paralelos Mértola (Torres, 1987, n^os 27 e 28 *apud* Catarino, 1997, p. 387)
Observações exemplar associado à segunda fase de ocupação do Castelo Velho de Alcoutim.

N^o 17 B
Sítio Castelo Velho de Alcoutim
Freguesia Alcoutim
Concelho Alcoutim
Técnica de fabrico manual e torno
Bico curto
Pasta Grosseira de tonalidade avermelhada
Cronologia Séculos VIII a X
Referências bibliográficas (Catarino, 1997, p. 387)
Paralelos encontra semelhanças com o exemplar recolhido na camada 8 de Silves (Gomes, 1988, p. 186, Q3/C8-11)
Observações fragmento de bico curto que corresponde à série T33.3.3 de Gutierrez Lloret (1996, 124, fig. 50)
Remete para uma primeira fase de ocupação do Castelo Velho de Alcoutim.



N^o 18
Sítio Alcariaais de Odeleite
Freguesia Odeleite
Concelho Castro Marim
Técnica de fabrico manual e torno
Pasta de tonalidade clara
Superfícies vestígios de vidro (parcial) na parte exterior, de cor verde
Decoração com traços de manganés
Cronologia séculos X e XI
Referências bibliográficas (Santos, 2007, p. 582)
Observações foram recolhidos alguns fragmentos de candil com semelhantes características

Nº 19

Sítio *Ribat* da Arrifana

Freguesia Aljezur

Concelho Aljezur

Técnica de fabrico manual e torno

Decoração apresenta pingo de corda seca parcial

Pasta de tonalidade clara

Superfícies vidradas

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões comprimento: 0,165 m; altura: 0,080 m e largura : 0,070 m

Referências bibliográficas (Gomes e Gomes, 2007, p. 92)

Paralelos assemelha-se ao candil de Beja (Kemnitz, 1993 – 1994, p. 438)

Observações Já haviam sido identificados outros exemplares, de igual período, publicados na *Revista Portuguesa de Arqueologia* (Gomes e Gomes, 2005, pp. 471; 533)

Nº 20

Sítio Mina de Santo Estêvão

Freguesia São Bartolomeu de Messines

Concelho Silves

Técnica de fabrico manual e torno

Decoração em corda seca parcial

Referências bibliográficas (Catarino, 2005 – 2006, p. 118)

Observações encontra-se no Museu dos Serviços Geológicos (Lisboa)

Nº 21

Sítio Castelo de Salir

Freguesia Salir

Concelho Loulé

Técnica de fabrico manual e torno

Pasta de cor creme

Superfícies sem vestígios de vidrado

Cronologia século XII

Referências bibliográficas (Catarino, 1997, p. 527)

Observações fragmento de bico

Nº 22 A

Sítio Vale do Bôto

Freguesia Castro Marim

Concelho Castro Marim

Técnica de fabrico manual e torno

Bico comprido e facetado

Reservatório de forma lenticular

Asa dorsal vertical

Base plana

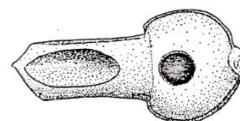
Pasta de textura homogénea, tonalidade rosada / esbranquiçada

Superfícies sem vestígios de vidro

Cronologia séc. X e inícios do séc. XI

Referências bibliográficas (Catarino, *et alii*, 1981, pp. 9; 27); (*idem*, 1988, p. 64)

Observações Recolheram-se vários fragmentos com características idênticas, apenas quatro permitiram reconstituição completa. Descreve-se o exemplar I12 - (s2) - 16.



(In Catarino, 1988, est. XXIV, nº 1)

Nº 22 B

Sítio Vale do Bôto

Freguesia Castro Marim

Concelho Castro Marim

Técnica de fabrico manual e torno

Bico largo

Reservatório lenticular aplanado e com carena acentuada

Pasta muito compacta, com raros e.n.p. de tonalidade esbranquiçada (Munsell 10 YR 8/3)

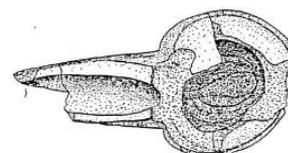
Superfícies apresentam vidro a verde intenso (Munsell 5 YR 5/4)

Cronologia séc. XII

Dimensões altura actual 38 mm

Referências bibliográficas (Catarino, *et alii*, 1981, pp. 9; 27); (Catarino, 1988, p. 64)

Observações descreve-se o exemplar F10 - 11



(In Catarino, 1988, est. XXIV, nº 3)

Nº 23 A

Sítio Horta

Freguesia Cacela

Concelho Vila Real de Santo António

Material de suporte metal

Técnica de fabrico molde

Bico longo e bem facetado com apêndice junto à ligação com o reservatório, servindo para aplicação da decoração

Reservatório globular

Colo alto

Asa decorada

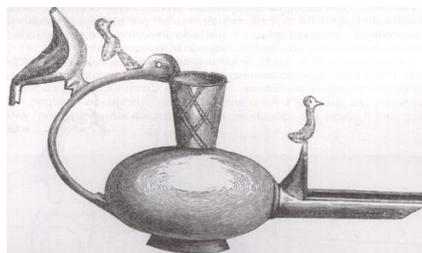
Decoração com motivos zoomórficos (apresenta três figuras estilizadas, de pássaros, duas ornamentam a parte superior da asa e a terceira encontra-se sobre o bico). Verificam-se algumas incisões no colo, constituindo motivos geométricos

Cronologia séc. XII

Dimensões altura: 8 cm; comprimento: 18 cm

Referências bibliográficas (Vasconcellos, 1899 – 1900, pp. 247; 248); (Vasconcellos, 1902b, pp. 119; 121); (Kemnitz, 1993 – 1994, 457; 459)

Observações pertencia à colecção de Francisco S. de Sousa Rocha, actualmente desconhece-se o paradeiro (*ibidem*, p. 462)



(In Vasconcellos, 1899 - 1900, p. 249 *apud* Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 26, p. 462)

Nº 23 B

Sítio Quinta da Fidalga

Freguesia Cacela

Concelho Vila Real de Santo António

Material de suporte metal

Técnica de fabrico molde

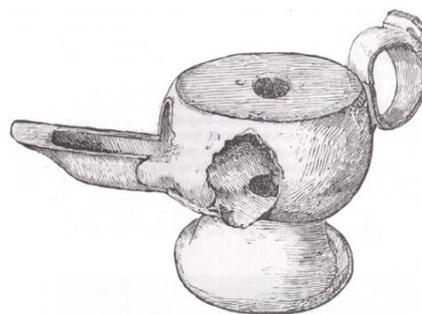
Bico possui dois. Apresentam canal com paredes laterais planas e fundos em meia cana

Reservatório em forma de esfera cortada por dois planos horizontais

Colo substituído por um disco com orifício de alimentação circular ao centro

Asa com ornamento incompleto na parte superior

Base apresenta-se uma espécie de peanha oca troncocónica



(In Vasconcellos, 1902, p. 120 *apud* Kemnitz, E., 1993 – 1994, fig. 26, p. 459)

Decoração em relevo, composta por pequenas incisões em torno dos orifícios de onde saíam os dois bicos

Cronologia séc. XII

Dimensões altura: 6, 8 cm; diâmetro: 6, 2 cm

Referências bibliográficas (Vasconcellos, 1899 – 1900, pp. 247; 248); (Vasconcellos, 1902, pp. 119; 121); (Kemnitz, 1993 – 1994, 457; 459)

Observações Candil nº17027 da colecção do Museu Nacional de Arqueologia

Nº 24

Sítio Netos

Concelho Tavira

Técnica de fabrico manual e torno

Bico de paredes rectas e lábio em bisel

Reservatório bitroncocónico

Asa vertical de secção em “D”

Base plana

Pasta de grão fino, tonalidade branca acinzentada, textura compacta com e.n.p. de reduzida dimensão

Cronologia séc. XI

Dimensões comprimento: 124 mm; altura: 50 mm; espessura de lábio: 5 mm; espessura de asa: 8 mm e 60 mm de largura máxima

Referências bibliográficas (AA. VV. 2003, fig. 193, p. 304)

Observação descreve-se o exemplar NT-96-17-2 (fig. 193), idêntico ao exemplar NT-97-62-1 (fig. 194)

Nº 25 A

Sítio Balsa (Torre d' Ares)

Freguesia Luz

Concelho Tavira

Técnica de fabrico manual e torno

Bico desenvolvido

Reservatório lenticular

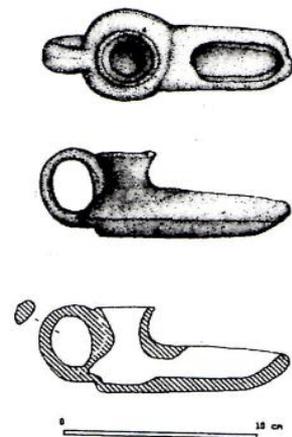
Colo estreito e pouco desenvolvido

Asa de secção em “D”

Base plana

Cronologia séculos X e XI ?

Referências bibliográficas (Paulo, 2006, p. 151 *apud* Paulo, 2009, fig. 17, p. 591)



(In Paulo, 2006, est. 159 *apud* Paulo, 2009, p. 591, fig. 17)

Nº 25 B

Sítio Balsa (Torre d' Ares)

Freguesia Luz

Concelho Tavira

Técnica de fabrico manual e torno

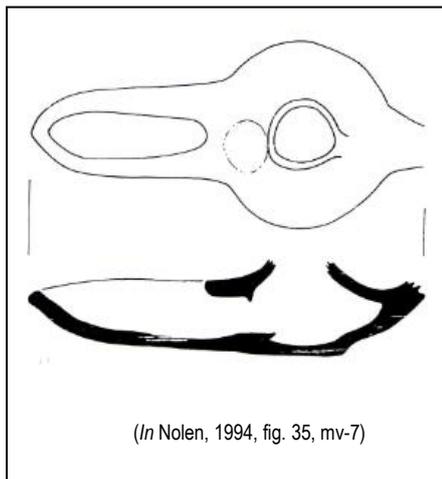
Bico comprido e facetado

Reservatório bitroncocónico

Cronologia séc. XI

Referências bibliográficas (Nolen, 1994, p. 230)

Observações candil com o nº inv. mv-7, nº 17013



(In Nolen, 1994, fig. 35, mv-7)

Nº 26

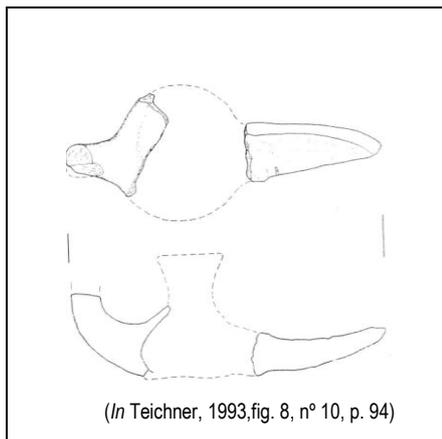
Sítio Milreu

Freguesia Estói

Concelho Faro

Referências bibliográficas (Teichner, 1993, p. 94)

Observações exemplar muito fragmentado



(In Teichner, 1993, fig. 8, nº 10, p. 94)

Nº 27 A

Sítio Largo da Sé

Freguesia Sé

Concelho Faro

Técnica de fabrico manual e torno

Reservatório bitroncocónico

Pasta de tonalidade avermelhada clara e textura compacta

Superfícies cobertas com vidrado plúmbeo

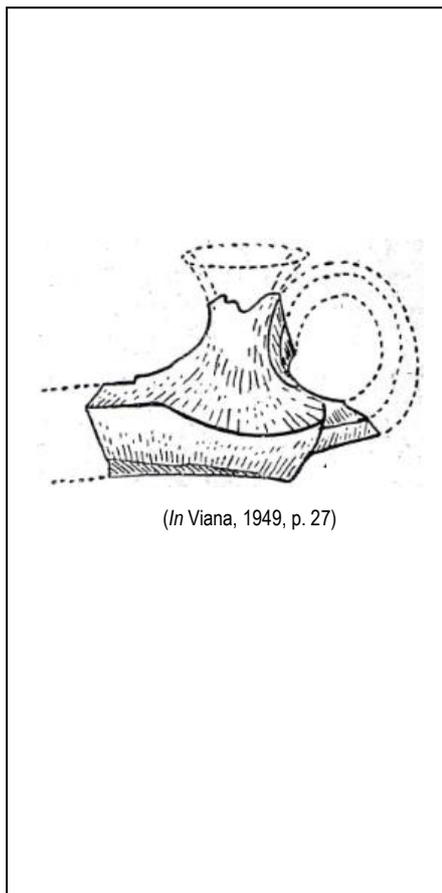
Cronologia séculos X e XI

Dimensões altura: 36 mm; comprimento: 72 mm; diâmetro de base: 36 mm

Referências bibliográficas (Viana, 1949, p. 27); (Paulo, *et alii*, 2000, nº 332, p. 56)

Paralelos Mértola (Torres, 1987; Gómez Martínez, 1997 *apud* Paulo, *et alii*, p. 56)

Observações exemplar fragmentado, preservando-se, no entanto, o receptáculo, o arranque da asa e o início do bico. Dália Paulo refere diversos candis dos séculos X e XI provenientes, na sua maioria, do Largo da Sé (Faro).



(In Viana, 1949, p. 27)

Nº 27 B

Sítio Largo da Sé

Freguesia Sé

Concelho Faro

Técnica de fabrico manual e torno

Decoração pintada com alguns traços a verde e manganês, semicírculos vidrados de cor melada

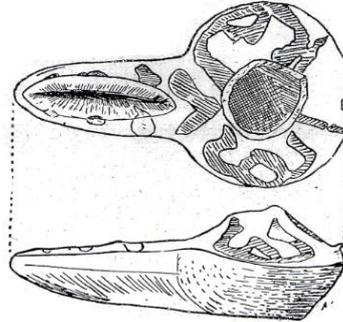
Pasta clara com textura homogénea e e.n.p. de grão fino

Cronologia séc. XI

Dimensões altura: 53 mm; comprimento: 96 mm; largura: 68 mm; espessura da parede: 4 mm e 9 mm de espessura da parede do bico

Referências bibliográficas (Viana, 1949, p. 30); (Paulo, *et alii*, 2000, nº 324, pp. 58; 59)

Paralelos Mértola (Torres, 1987); Moura (Macías, 1992); Cerro da Vila (Matos, L., 1991); Évora (Teichner, F., 1995)



(In Viana, 1949, p. 30)

Nº 27 C

Sítio Quintal da Polícia Judiciária

Freguesia Sé

Concelho Faro

Material de suporte metal

Técnica de fabrico molde

Reservatório troncocónico

Asa alta e saliente

Base com pequeno pé associado

Decoração a posição de destaque e a forma apresentada da asa levam a que se tenha sugerido que representa uma “cabeça de pássaro emplumada”

Cronologia séculos XI e XII ?

Dimensões altura: 55 mm; comprimento: 115 mm; largura: 40 mm

Referências bibliográficas (AA. VV., 1998, fig. 191, p. 166)

Nº 28 A

Sítio Cerro da Vila

Freguesia Quarteira

Concelho Loulé

Técnica de fabrico manual e torno

Reservatório globular / ovóide de grande diâmetro

Asa apenas se verifica o seu arranque

Base plana

Decoração traços a castanho de manganês sobre vidrado melado



(In Teicher e Schiert, 2006, nº 12, CdV – XXVI, p. 129)

Pasta de tonalidade castanha clara

Superfícies totalmente vidradas

Cronologia séculos IX e X

Dimensões altura: 42 mm; diâmetro de boca: 60 mm; diâmetro máximo: 106 mm; diâmetro da base: 70 mm

Referências bibliográficas (Matos, 1991, p.436); (Teicher e Schierl, 2006, p. 136)

Nº 28 B

Sítio Cerro da Vila

Freguesia Quarteira

Concelho Loulé

Técnica de fabrico manual e torno

Bico comprido e facetado

Reservatório bitroncocónico com canelura

Colo troncocónico invertido com lábio plano

Asa conserva-se apenas o seu arranque

Base plana

Técnica de fabrico manual e torno

Decoração sublinhando os locais onde foi aplicado o vidrado (colo e bico) com tintagem castanha

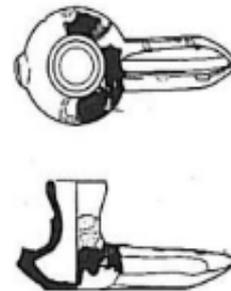
Pasta de tonalidade esbranquiçada, compacta, com pouco desengordurante

Superfícies apresentam vidrado parcial

Cronologia do séc. X a princípios do séc. XI

Dimensões altura: 66 mm; diâmetro da boca: 39 mm; diâmetro máximo: 70 mm; diâmetro de base: 43 mm

Observações Identificaram-se outros exemplares coevos



[In Teicher e Schierl, 2006, nº 11, CdV – XXVI, p. 129]

Nº 29 A

Sítio Castelo

Freguesia Silves

Concelho Silves

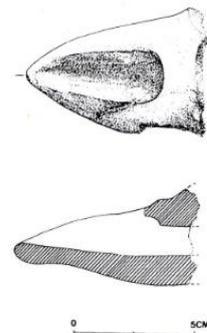
Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto, largo de forma triangular e com vestígios de combustão

Pasta de tonalidade rosada (Munsell 5 YR 7/4), homogénea, compacta e com e.n.p. de grão fino

Superfícies cobertas com aguada de cor branca

Cronologia séculos VIII e IX



(In Gomes, 1988, p. 186)

Referências bibliográficas (Gomes, 1988, pp. 168 e 186)

Observações exemplar nº Q3/C8-11. Conserva-se apenas o bico

Nº 29 B

Sítio Silves

Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto com paredes abauladas com espessamento na junção com o reservatório

Reservatório largo e lenticular

Colo largo e troncocónico invertido, com bordo boleado

Asa de fita que termina no interior do reservatório

Base circular e plana

Pasta de tonalidade bege clara, homogénea e bem depurada

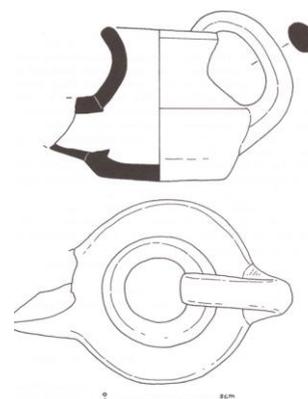
Superfícies cobertas com engobe claro

Cronologia inícios do séc. X

Referências bibliográficas (Kemnitz, 1993 – 1994, pp. 436; 437)

Paralelos Beja (Viana, 1962, figuras 159 e 160, p. 134); Santarém (AA. VV., 2002, nº 135, p. 153); Lisboa (Calado e Leitão, 2005, p. 463); Croca, Pedrartil (Barroca e Santos, 2006, pp. 312; 317)

Observações A autora revela que para além deste exemplar (nº inv. 16992), existe outro semelhante (nº inv. 17043 B), de proveniência desconhecida, na colecção do Museu Nacional de Arqueologia



(In Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 2, p. 436)

Nº 29 C

Sítio Arrabalde

Freguesia Silves

Concelho Silves

Técnica de fabrico manual e torno

Bico de canal, acentuado e facetado

Reservatório evidenciado acabamento cuidado revelando que a junção das duas partes foi feita por meio de uma carena

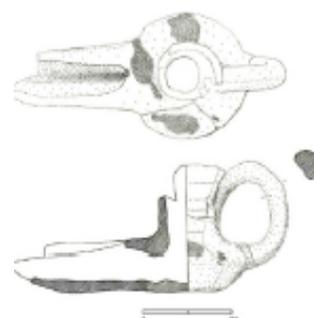
Colo troncocónico com bordo extrovertido

Asa de fita, que parte da carena até à base do colo

Base plana

Decoração apresenta pingos de vidro verde, na parte superior do depósito

Pasta de tonalidade bege / rosada, com reduzidos e.n.p.



(In Gonçalves, et alii, 2007, p. 651)

Referências bibliográficas (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 651)

Paralelos Faro nº 320 (Paulo, 2000, p. 57); (Niebla nº 9 (Beltran Pinzon, Gomez Toscano, 2005, p. 89); Moura (Macias, 1994, p. 134, fig. 13); Zozaya (1990, tabla IV, nº 303), entre outros *apud* Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 651

Nº 29 D

Sítio Silves

Técnica de fabrico molde

Bico curto

Reservatório troncocónico com pequeno orifício na parte superior

Asa apenas se conserva o arranque

Base plana e circular

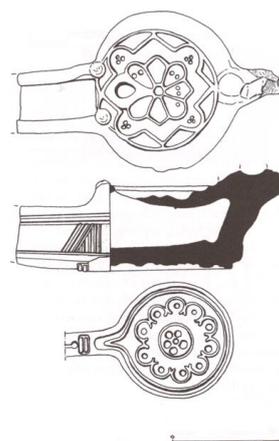
Decoração motivos geométricos e vegetalistas, impressos no disco e na base

Cronologia Segunda metade do séc. XII às primeiras quatro décadas do séc. XIII

Dimensões altura: 35 mm; diâmetro: 70 mm

Referências bibliográficas (Vasconcellos, 1902b, p. 122); (Kemnitz, 1993 – 1994, pp. 440; 442); (Gomes, 1999, pp. 276; 278); (Gomes e Gomes, 2001, nº 69); (Gomes, 2002, fig. 4 a, p. 19); (Gomes, 2004, p. 36)

Paralelos Alvor (Kemnitz, 1993 – 1994, 1994, figuras 8 e 9, pp. 442 e 443); (Gomes, 2002, p. 19)



(In Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 7, p. 441)

Nº 30

Sítio Alvor

Concelho Portimão

Técnica de fabrico molde

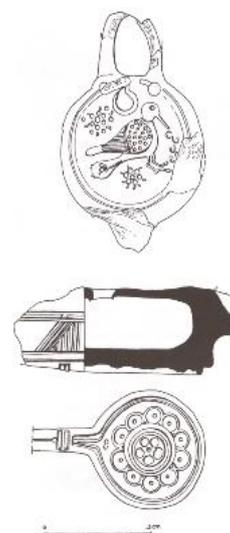
Bico curto

Reservatório troncocónico com pequeno orifício na parte superior

Asa apenas se conserva o arranque

Base plana e circular

Decoração apresenta motivo zoomorfo no disco - uma ave em posição de pouso, rodeada de flores estilizadas e, na base decoração estampilhada e incisões no bico e na parede do depósito



(In Kemnitz, 1993 - 1994, fig. 9, p. 443)

Cronologia segunda metade do séc. XII às primeiras quatro décadas do séc. XIII

Dimensões altura: 3, 5 a 3, 7 cm; comprimento máximo 9, 8 cm, diâmetro de base 5 cm; diâmetro de topo 6, 6 cm

Referências bibliográficas (Kemnitz, 1993 – 1994, 1994, figuras 8 e 9, pp. 442 e 443); (Gomes, 2002, p. 19)

Paralelos Silves (Vasconcellos, 1902, p. 122); (Kemnitz, 1993 - 1994, figuras 6 e 7, pp. 440 e 441); (Gomes e Gomes, 2001, nº 69)

Observações exemplar do acervo do Museu Nacional de Arqueologia (995. 193)

Nº 31

Sítio Odiáxere

Freguesia Odiáxere

Concelho Lagos

Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto fusiforme

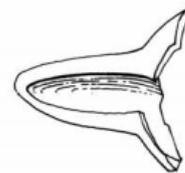
Pasta apresenta tonalidade creme clara, homogénea, com grãos finos, de cor creme claro esbranquiçado

Superfícies sem vestígios de vidro

Cronologia séculos VIII e X

Referências bibliográficas (Silva e Silva, 2005, pp. 55; 106)

Observações apenas se conserva o bico.



(In Silva e Silva, 2005, nº 95, fig. 21, p. 89)

Candeias

Nº 1

Sítio Castelo

Freguesia S. João Baptista

Concelho Tomar

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Reservatório

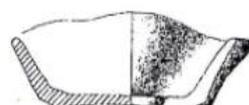
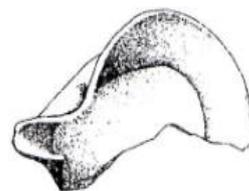
Asa não possui

Base plana

Cronologia terceiro quartel do séc. XII

Referências bibliográficas (Ponte, *et alii*, 2001, fig. 6H, p. 433)

Observações utensílio associado à última fase de ocupação islâmica do Castelo



(In Ponte, *et alii*, 2001, fig. 6H, p. 433)

Nº 2

Sítio S. Gião da Nazaré

Freguesia Famalicão

Concelho Nazaré

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado com vestígios de utilização

Reservatório

Base plana

Pasta grosseira

Referências bibliográficas (Almeida e Garcia, 1966, p. 6); (*ibidem*, foto 20, p. 17); (Garcia, 1978, p. 10)

Observações encontra-se fragmentada no reservatório, pelo que não permite, a partir da fotografia, verificar se seria ou não desprovida de asa

Nº 3

Sítio Travessa da Lameira, nº 21

Freguesia Marvila

Concelho Santarém

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Pasta de tonalidade alaranjada (Munsell 2,5YR6/8), compacta e dura, evidenciando elementos não plásticos

Superfícies muito queimadas de tonalidades que variam entre o castanho-claro (Munsell 2,5YR4/4) e o cinzento (Munsell 10YR3/2)



(In Mendes, *et alii*, 2000, fig. 23, p. 274)

Cronologia meados do séc. XIII a inícios do séc. XIV
Referências bibliográficas (Mendes, *et alii*, 2000, p. 274)

Nº 4

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia S. Estêvão

Concelho Alenquer

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Reservatório troncocónico invertido

Asa parte do interior do receptáculo

Base plana

Cronologia séculos XII / XIII (?)

Dimensões médias: 6 a 10 cm de comprimento, por 2 a 3 cm de altura máxima

Referências bibliográficas (Matos, 1971, pp. 571; 576)

Observações integram a colecção do Museu Hipólito Cabaço (Alenquer)



(In Matos, 1971, est. V, fig. 31)

Nº 5 A

Concelho Sintra

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Referências bibliográficas (Gómez Martínez, 2004, p. 224)

Observações A sumária referencia a esta luminária, indica que integrou a exposição do Museu associando-se a um conjunto de candis e candeias de pé alto.

Nº 5 B

Concelho Sintra

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Referências bibliográficas (Gómez Martínez, 2004, p. 224)

Observações A sumária referencia a esta luminária, indica que integrou a exposição do Museu associando-se a um conjunto de candis e candeias depósito aberto.

Nº 6 A

Sítio Rua da Judiaria

Freguesia Almada

Concelho Almada

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado e ligeiramente espessado, apresentando vestígios de utilização

Reservatório

Asa vertical

Base plana

Pasta de tonalidade alaranjada

Superfícies cobertas com engobe de tonalidade avermelhada e, possivelmente alisadas

Cronologia séc. XII ?

Dimensões diâmetro do bordo: 9 cm; diâmetro do fundo: 7 cm; espessura média: 0,3 cm

Paralelos (Ramos, *et alii*, 1993, est. 4, p. 34 *apud* Leal, 2000, p. 204)

Observações fragmentos do bico, do receptáculo e da asa.

A autora refere a utilização desta forma na longa diacronia, indicando que terá paralelo com a candeia exumada do Castelo de Aljustrel. Menciona, ainda, que tal luminária se situa cronologicamente entre os séculos IX, X, XI e inícios da centúria seguinte, o que nos leva a discordar, pois as candeias surgem apenas nos finais do séc. XII e inícios do séc. XIII (Gómez Martínez, 2000, p. 427).

Nº 6 B

Sítio Rua da Judiaria

Freguesia Almada

Concelho Almada

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Pasta clara e bem depurada

Superfícies cobertas com esmalte aderente de tonalidade creme amarelada

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões altura: 3 cm; espessura média: 0,7 cm

Referências bibliográficas (Leal, 2000, p. 204)

Observações apenas se conserva um fragmento do pé

Nº 7 A

Sítio Castelo

Freguesia Santa Maria do Castelo

Concelho Alcácer do Sal

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto

Reservatório circular

Pasta de cor bege com e.n.p. de grão muito fino

Superfícies cobertas por espesso esmalte verde escuro

Cronologia séculos XII e XIII

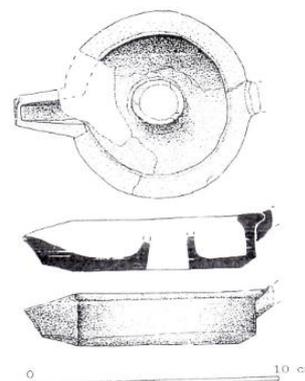
Dimensões diâmetro da base 67 mm

Referências bibliográficas (Carvalho e Faria, 1993, fig. 17, p. 107)

Paralelos Silves candeia nº Q8/C2-6 (Gomes, R., 1988, pp. 238 e 239 *apud* Carvalho e Faria, 1993, p. 102); Tavira (VV. AA., 2003, p. 309)

Observações apenas se conhecem três exemplares com tais características morfológicas, o de Alcácer, o de Silves e o de Tavira, remetendo para cronologias entre o séc. XII e as primeiras quatro décadas do séc. XIII. Embora fragmentadas, estas candeias evidenciam a particularidade de conter no interior do receptáculo, em posição central, um apêndice cónico.

Pertence ao acervo do Museu Municipal Pedro Nunes (nº inv. 3397)



(In Carvalho e Faria, 1993c, fig. 17, p. 107)

Nº 7 B

Sítio Castelo

Freguesia Santa Maria do Castelo

Concelho Alcácer do Sal

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Paixão, e Carvalho, 2001, 199; 229); (*ibidem*, fig. 35, p. 227)

Paralelos segundo os autores “os candies de pé alto encontram-se bem representados em Alcácer e não apresentam diferenças substanciais com outros encontrados em contextos Almoadas do al-Andalus” (Paixão e Carvalho, 2001, 199; 229)

Observações fragmento do reservatório, arranque da asa e peanha.



(In Paixão, A. e Carvalho, A., 2001, fig. 35, p. 227)

Nº 8 A

Concelho Beja

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

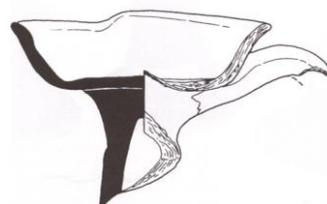
Pasta de tonalidade cinzenta escura

Superfícies cobertas com vidro monocromo

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Kemnitz, 1993 – 1994, pp. 453; 455)

Observações esta candeia, com o nº inv. 12000/8/79 pertence ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Na cidade de Beja já haviam sido identificadas luminárias semelhantes, por Abel Viana (1945). Recentemente, durante as intervenções realizadas na Rua do Sembrano, identificaram-se candeias com e sem pé alto, como refere Susana Gómez (2004, p. 221) e como tivemos oportunidade de verificar no museu aí implantado.



(In Kemnitz, 1993 – 1994, fig. 17, p. 453)

Nº 8 B

Sítio Avenida Miguel Fernandes

Freguesia Santiago Maior

Concelho Beja

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Martins, 2001, p. 189)

Observações Abel Viana já havia referido a existência de candeias de depósito aberto no acervo do Museu Regional de Beja, provenientes do centro histórico da cidade (1954, pp. 333; 338). Os exemplares que apresenta são desprovidos de asa.

De igual modo, nos silos da avenida Miguel Fernandes se identificaram candeias com semelhantes características.

Nº 9 A

Sítio Nossa Senhora do Castelo

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

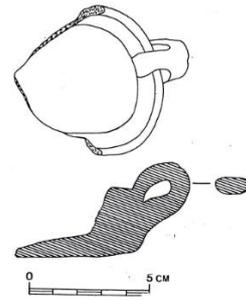
Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Ramos, *et alii*, 1993, p. 13)

Paralelos Almada (Leal, 2000, p. 204)



(In Ramos, *et alii*, 1993, est. 4, p. 34)

Nº 9 B

Sítio Nossa Senhora do Castelo

Freguesia Aljustrel

Concelho Aljustrel

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Ramos, *et alii*, 1993, p. 13)

Observações fragmento de pé alto

Nº 10 A

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico molde ?

Cronologia séculos XII e XIII

Bico rectangular levemente saliente, com lábio boleado para o exterior

Reservatório troncocónico

Asa circular com secção convexa

Base plana

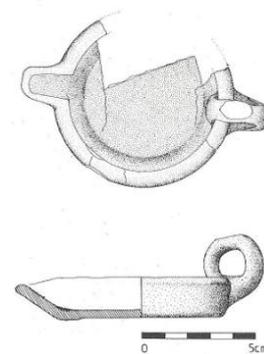
Pasta de tonalidade alaranjada e textura compacta com muitos e.n.p. agregados

Superfícies cobertas com vidrado de tonalidade bege

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões altura: 18 mm; diâmetro da boca: 78 mm; diâmetro da base: 75 mm

Paralelos Salir (Catarino, 1997, p. 1187); Silves (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 653)



(In Torres, 1987, fig. 29)

Observações distingue-se das outras candeias simples, pela qualidade de acabamentos e simetria que apresenta.

Nº 10 B

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado com lábio ligeiramente boleado

Reservatório troncocónico invertido

Asa a partir do interior do receptáculo

Base plana

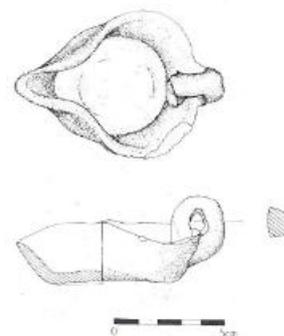
Pasta de cor creme e textura compacta

Superfícies cobertas com vidrado plúmbeo cor de mel

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões altura: 28 mm; diâmetro da base: 57 mm

Referências bibliográficas (Torres, 1987, fig. 30);
(Torres, 1988, fig. 16)



(In Torres, 1987, fig. 30)

Nº 10 C

Sítio Alcáçova do Castelo

Freguesia Mértola

Concelho Mértola

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico com lábio arredondado e paredes irregulares

Asa vertical de secção em “D” com incisão em todo o comprimento

Pé alto central, bitroncocónico e com moldura externa

Peanha plana

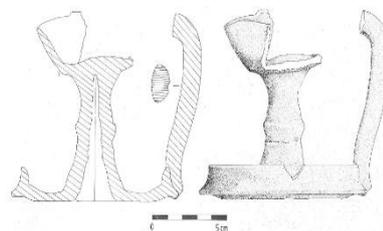
Pasta de tonalidade avermelhada, textura escamosa com muitos e.n.p.

Superfícies cobertas com vidrado plúmbeo de cor mel

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões altura máxima 97 mm; diâmetro da base 114 mm

Observações na década de 90, Eva Kemnitz (1993 – 1994, pp. 453; 454) referindo-se às candeias de pé alto, patentes na colecção do Museu Nacional de Arqueologia, remete para alguns fragmentos provenientes de Mértola.



(In Torres, 1987, fig. 31)

Referências bibliográficas (Torres, 1987, fig. 30); (*idem*, 1988, fig. 17); (Gómez Martínez, 2001, pp. 160; 161); (*idem*, 2004, nº CR/CF/003)

Paralelos Lorca e Murcia (Navarro Palazón, 1986b, nº 228-229, 420; 424) *apud* Gómez Martínez, 2004, nº CR/CF/0003)

Nº 11 A

Sítio Castelo

Freguesia Salir

Concelho Loulé

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico molde?

Bico rectangular com bordo plano e ligeiro bisel interno

Asa vertical

Base plana

Pasta de tonalidade creme (Munsell 10 YR8/3), textura homogénea e compacta

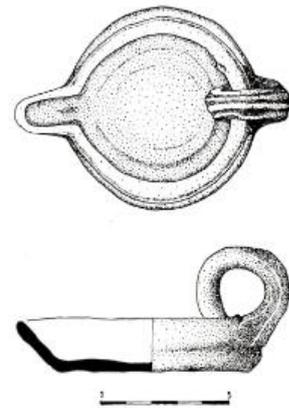
Superfícies cobertas com vidro verde

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões diâmetro do bordo: 54 mm; espessura do bordo: 7 mm; espessura das paredes: 5 mm; diâmetro do fundo: 67 mm; espessura do fundo: 7 mm; altura total: 21

Referências bibliográficas (Catarino, 1996, p. 28); (*idem*, 1997, est. CIII, figuras 1 e 2, p. 1187)

Paralelos Mértola (Torres, 1987, fig. 29); Silves (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 653)



(In Catarino, 1996, p. 28)

Nº 11 B

Sítio Castelo

Freguesia Salir

Concelho Loulé

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico em pinça

Reservatório com paredes curvo-convexas e bordo adelgaçante

Superfícies vidradas em tons de melado escuro

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Catarino, 1995, p. 29); (*idem*, 1997, est. CIII, figuras 1 e 2, p. 1187); (*idem*, 1999 / 2000, fig. 11, nº 4, p. 118)

Paralelos Mértola (Torres, 1987, fig. 31 *apud* Catarino, 1995, p. 29)

Nº 12 A

Sítio Castelo

Freguesia Silves

Concelho Silves

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico curto

Reservatório cilíndrico

Superfícies esmaltadas de cor verde turquesa

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Gomes, 1988, p. 213); (Gomes, 1991, fig. 24, p. 399)

Paralelos Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, fig. 17, p. 107)

Observações candeia com o nº inv. Q8/C2-6

Nº 12 B

Sítio Castelo

Freguesia Silves

Concelho Silves

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Reservatório cilíndrico

Base plana

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Gomes e Gomes, 2001, figuras 60, 61, 70 e 214); (Gomes, 2002, p. 41)

Observações foram identificadas candeias semelhantes durante a intervenção no Teatro Gregório Mascarenhas, *vide* Ramos, 2006, p. 68.

Nº 12 C

Sítio Arrabalde

Freguesia Silves

Concelho Silves

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico repuxado

Reservatório aberto de forma trilobada, com paredes ligeiramente extrovertidas

Asa de fita partindo do exterior do receptáculo

Pé alto troncocónico e oco

Peanha plana, de rebordo elevado

Pasta de tonalidades bege ou avermelhada, com reduzidos e.n.p

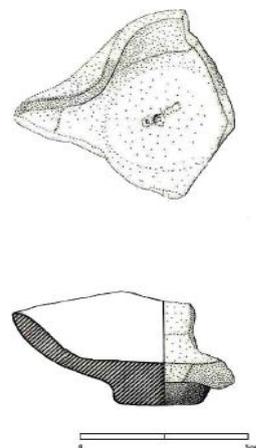
Superfícies vidrado no interior e no exterior, variando entre o castanho, o melado e o verde

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Gonçalves, *et alii*, 2007, tipo D, p. 645).

Paralelos Castelo de Silves, C2-13 (Gomes, 2002, pp. 242; 243); Silves-Arochela AR.Q1/E3/C1-51 (Gomes e Gomes, 2001, p. 131; Silves – TGM 19D (Ramos, 2006, p. 68); Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho, 2001, p. 227), Mértola CR/CF/0003 (Torres, 1987, fig. 31), Mértola CR/CF/0017 (Gómez Martínez, 2000, p. 433); Beja MNA 12000/8/79; Mértola MNA12000/10/79; MNA12793; MNA12794A; MNA12794B (Kemnitz, 1993 – 1994, p. 454); Tavira GL-99-13-3 (AAVV., 2003, p. 309), Cacela (Alvaro Sánchez, 2000, p. 462); Salir H10-6-33 (Catarino, 1997, p. 1187), etc. *apud* Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 645

Observações Na dissertação de Mestrado de Maria José Gonçalves há referência à identificação de candis, e candeias (com e sem pé alto), *vide* Gonçalves, 2008.



(In Gonçalves, *et alii*, 2007, tipo D, p. 645).

Nº 12 D

Sítio Arrabalde

Freguesia Silves

Concelho Silves

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico molde ?

Bico curto e facetado

Reservatório aberto, circular com paredes direitas

Base plana

Pasta de tonalidade clara e reduzidos e.n.p

Superfícies apresentam vidrado no interior e exterior, de tonalidade melada e esbranquiçada

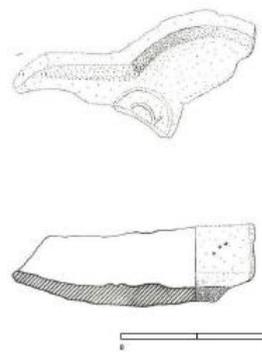
Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Gonçalves, *et alii*, 2007, p. 645]

Paralelos Mértola CR/CF/0006 (Torres, 1987, fig. 29);

Salir H10-3-245 (Catarino, 1997, p. 1187)

Observações as autoras referem a existência de três exemplares congêneres ao descrito.



(In Gonçalves, *et alii*, 2007, tipo C, subtipo C. 1, p. 645)

Nº 12 E

Sítio Castelo

Freguesia Silves

Concelho Silves

Morfologia depósito aberto

Material de suporte metal

Técnica de fabrico molde

Bico possui dois

Reservatório globular

Asa vertical

Base côncava

Cronologia finais do séc. XII

Dimensões altura: 50 mm; comprimento: 95 mm; largura: 69 mm

Referências bibliográficas (AA. VV., 1998, fig. 194)

Observações apresenta base desenvolvida, onde assenta o receptáculo que possui um apêndice cilíndrico no interior.

Integra a coleção do Museu Municipal de Arqueologia de Silves

Nº 13 A

Sítio Cerca do Convento

Freguesia S. Clemente

Concelho Loulé

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico saliente e triangular

Reservatório troncocónico invertido

Pasta de cor laranja textura compacta, bem cozida, de grão médio a fino, presença de elementos não plásticos (médios a finos)

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões espessura do bordo: 5 mm; espessura média das paredes: 5 mm; diâmetro da base: 54 mm; espessura média do fundo: 6 mm; diâmetro máximo conservado: 67 mm; altura conservada 26 mm

Referências bibliográficas (Luzia, 2003, p. 58)

Observações mais recentemente, numa intervenção no nº 5 do Largo D. Pedro I (Loulé), Isabel Luzia (2009, p. 96) refere o aparecimento de fragmentos de candeias.

Luminárias igualmente identificadas no Castelo de Loulé e publicadas por Gomes (2009, pp. 66; 68).

Nº 13 B

Sítio Cerca do Convento

Freguesia S. Clemente

Concelho Loulé

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Luzia, 1996, p. 71)

Observações apenas se conserva um fragmento da peanha

Nº 14 A

Sítio Lixeira 2 da Pensão Castelo

Freguesia Santiago

Concelho Tavira

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Asa ausente

Base plana

Superfícies Vestígios de vidro

Cronologia Séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Basílio, *et alii*, 2006, fig. 2, p. 109)

Nº 14 B

Sítio Palácio da Galeria

Freguesia Santa Maria de Tavira

Concelho Tavira

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Reservatório para-cilíndrico

Asa associada a um cone oco no interior do reservatório

Superfícies Apresentam vidrado

Cronologia Séculos XII e XIII

Dimensões Comprimento máximo: 77 mm; altura máxima: 53 mm; largura máxima: 60 mm

Referências bibliográficas (AA.VV., 2003, nº 222, p. 309)

Paralelos Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, fig. 17, p. 107); Silves candeia nº Q8/C2-6 (Gomes, 1988, pp. 238 e 239)

Observações exemplar mais completo dos três que se conhecem publicados.

Nº 15

Sítio Largo da Sé

Freguesia Sé

Concelho Faro

Morfologia depósito aberto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado com lábio boleado

Reservatório troncocónico invertido

Pasta de cor vermelha contemplando e.n.p. de grão médio

Cronologia séculos XII e XIII

Dimensões altura 28 mm; comprimento 82 mm; espessura das paredes 3 mm

Referências bibliográficas (Paulo, *et alii*, 2000, p. 61)

Observações não apresenta asa.

Nº 16

Sítio Cacela Velha

Morfologia pé alto

Técnica de fabrico manual e torno

Bico trilobado

Reservatório troncocónico invertido

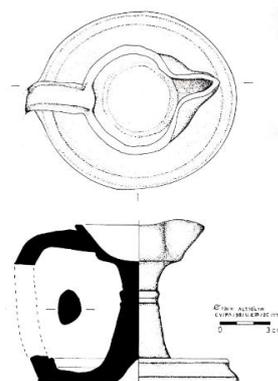
Asa vertical

Base plana

Pé troncocónico

Cronologia séculos XII e XIII

Referências bibliográficas (Alvaro Sánchez, 2000, pp. 453; 464)



(In Alvaro Sánchez, 2000, lâmina II, fig. 2)